



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

MARCELA COCKELL MALLMANN


**Manoel Bomfim: um intelectual polêmico e engajado  
na Belle Époque tropical (1898-1914)**

Rio de Janeiro

2011

Marcela Cockell Mallmann

**Manoel Bomfim: um intelectual polêmico e engajado  
na Belle Époque tropical (1898-1914)**



Dissertação apresentada como requisito parcial para  
obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-  
graduação em Processos Formativos e Desigualdades  
Sociais, da Universidade do Estado do Rio de  
Janeiro.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra.Sônia Camara

Rio de Janeiro

2011

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/A



Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação.

---

Assinatura

---

Data

Marcela Cockell Mallmann

**Manoel Bomfim: um intelectual polêmico e engajado  
na Belle Époque tropical (1898-1914)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Processos Formativos e Desigualdades Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 31 de agosto de 2011.

Banca Examinadora:

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Sônia Camara (Orientadora)  
Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Arlette Medeiros Gasparello  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Márcia Cabral da Silva  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

---

Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Jorge Antonio da Silva Rangel (Suplente)  
Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2011

*Para minha mãe,  
suas palavras e conselhos serão  
sempre o meu maior aprendizado.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente à Professora Sônia Camara, minha orientadora, pelo incentivo em relação ao tema, por acreditar na proposta do trabalho e pelo carinho em todos os momentos.

À minha mãe, pelo apoio em todos os momentos da minha vida.

Ao Hugo, pela cumplicidade e paciência, entre conversas e silêncio.

À Fernanda, minha irmã e Luis, por serem a família que admiro.

Ao Professor Jorge Antonio da Silva Rangel, o Fidel, por todas as significativas sugestões e pelo estímulo para adentrar o curso de mestrado.

Às Professoras Arlette Medeiros Gasparello e Márcia Cabral da Silva pelas contribuições durante o meu Exame de Qualificação e na defesa deste trabalho.

Ao Professor José Pereira da Silva, por todos os ensinamentos, minha total admiração.

Aos professores do curso de pós-graduação.

Ao Professor José Gonçalves Gondra pelos ensinamentos ministrados na disciplina Seminários de Consolidação Temática, indispensável para a minha pesquisa.

Ao Professor Antonio Bittencourt Júnior pelas informações em relação a Manoel Bomfim.

A todos os contatos de Aracajú, terra de Manoel Bomfim, pelas conversas e estímulos à minha pesquisa: Sr. Luiz Oliva, Diretor do SEGRASE, pela prestatividade e envio dos livros “Manoel Bomfim e a América Latina”, suas secretárias Raíssa e Micheline, a todos da Editora Diário Oficial e Cinthia da Livraria Escariz..

A todos do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em História da Educação e Infância, o NIPHEI, pelos agradáveis encontros e debates.

Aos funcionários dos acervos e bibliotecas que tanto me ajudaram: da Academia Brasileira de Letras, do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, do Instituto de Educação do Estado do Rio de Janeiro, da Biblioteca Nacional, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Aos secretários da pós-graduação Marcus Vinícius e Andréia pelo auxílio e atenção.

Aos colegas do curso de mestrado, em especial, os meus colegas de orientação: Júnior, Milena, Paula e Jodar por todo o apoio.

Ao CNPQ pela bolsa de estudo que possibilitou a elaboração desta dissertação.

A todos que conhecem ou virão a conhecer Manoel Bomfim.

Se todo grande homem chega a ser considerado, acima de tudo, precisamente como o filho autêntico do seu tempo e, em todo caso, sofre de todas as suas mazelas com mais força e mais sensibilidade do que todos os homens menores, então o combate de um tal grande “contra” seu tempo é, ao que parece, apenas um combate sem sentido e destrutivo contra si mesmo. Mas, justamente, apenas ao que parece; pois o que ele combate em seu tempo é aquilo que o impede de ser grande, e isto para ele significa apenas: ser livre e inteiramente ele mesmo.

*Friedrich Nietzsche*



## RESUMO

COCKELL, Marcela. *Manoel Bomfim: um intelectual polêmico e engajado na Belle Époque tropical (1898-1914)*. 2011. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

O objetivo deste trabalho é estudar Manoel Bomfim (1868-1932) como um intelectual da educação, traçando as suas redes de sociabilidade durante o período da *Belle Époque tropical* (1898-1914). Bomfim está inserido neste contexto histórico relevante para a história cultural brasileira, em que a remodelação da cidade do Rio de Janeiro influencia espaços, urbanos, sociais e culturais. As pequenas ruas em torno da Avenida Central se tornaram um importante cenário para os debates intelectuais entre cafés, jornais e livrarias. Consideramos Bomfim uma figura pertencente a este espaço, juntamente com outras personagens de sua rede como Alcindo Guanabara, Olavo Bilac e Sílvio Romero. Estas discussões entre intelectuais, especialmente após a publicação do livro *A América Latina: males de origem* (1905), consolidou Bomfim em seu engajamento como intelectual, principalmente ao demonstrar a sua constante preocupação com a educação. Contudo, a obra era um contraponto ao discurso científico da época, a teoria das raças, com um texto metafórico que confundia o campo intelectual. Para Bomfim, o atraso de uma nação não estava em sua descendência racial, mas na ausência do investimento em educação, na instrução pública. Neste trabalho os livros *A América Latina: males de origem* (1905) e *Através do Brasil* (1910) serviram para ilustrar estas questões em torno do autor nesta cena histórica. No entanto nos servimos de outras obras de Bomfim além da *Belle Époque* para ilustrarmos a sua importância como um cientista da educação.

Palavras-chave: Manoel Bomfim, redes de sociabilidade, *Belle Époque*, intelectual, educação.

## ABSTRACT

COCKELL, Marcela. *Manoel Bomfim: a polemic and engaged intellectual in Belle Époque tropical (1898-1914)*. 2011. 130 f. MSc. Dissertation (Education) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

The aim of this work is to study Manoel Bomfim (1868-1932) as an intellectual education, tracing its social networks during the *Belle Époque* tropical (1898-1914). Bomfim is situated in this historical context relevant to the cultural history of Brazil responsible to remodeling of the city of Rio de Janeiro with influence in urban, social and cultural lifestyle. The small streets around Avenida Central became an important scenario for the intellectual debates at cafes, bookstores and newspapers. Bomfim is considered a figure acting in this space, along with other characters in your social network as Alcindo Guanabara, Olavo Bilac and Sílvio Romero. These discussions among intellectuals, especially after the publication of the book *A América Latina: males de origem* (1905), consolidating Bomfim and his intellectual engagement, demonstrated in his constant concern about education. However, this book was a counterpoint to the scientific discourse in that moment, the theory of races, with metaphorical text that confused the intellectual field. To Bomfim, the backwardness of a nation wasn't in their racial descent, but in the absence of investment in education, public education. In this paper, the books *A América Latina: males de origem* (1905) and *Através do Brasil* (1910) were used to illustrate these issues about this historical scene of the author, but the other books of Bomfim beyond the *Belle Époque* to illustrate its importance as a education scientist.

Keywords: Manoel Bomfim, social networks, *Belle Époque*, intellectual, education

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Caricatura dos interlocutores das redes de sociabilidade de Manoel Bomfim.....	12
Figura 2	Capa da primeira edição de <i>A América Latina: males de origem</i> de 1905.....	27
Figura 3	Capa da primeira edição de <i>O Brasil na América</i> de 1929.....	33
Figura 4	Capa da primeira edição de <i>O Brasil na História</i> de 1931.....	34
Figura 5	Capa da primeira edição de <i>O Brasil Nação</i> de 1931.....	35
Figura 6	Café Paris .....	40
Figura 7	Inauguração da Avenida Central por Pereira Passos.....	62
Figura 8	Cartão postal da Avenida Central.....	63
Figura 9	Fachada do edifício do <i>Pedagogium</i> .....	92
Figura 10	Capa da segunda edição de <i>Através do Brasil</i> de 1913.....	100
Figura 11	Maceió em <i>Através do Brasil</i> de 1913.....	109
Figura 12	Maceió em <i>Através do Brasil</i> de 1922.....	110

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>1</b>	<b>MANOEL BOMFIM, UM OBSERVADOR ALÉM DAS APARÊNCIAS</b>	<b>19</b>
1.1	<b>O pêndulo do autor/ator.....</b>	<b>19</b>
1.2	<b>Tecendo redes de sociabilidade: Manoel Bomfim e seus interlocutores.....</b>	<b>37</b>
<b>2</b>	<b>A CIDADE ATRAVÉS DO ESPELHO: A BELLE ÉPOQUE TROPICAL.....</b>	<b>56</b>
2.1	<b>A antítese dos becos e bulevares.....</b>	<b>56</b>
2.2	<b>Alguns espaços de encontro no cenário da Belle Époque.....</b>	<b>65</b>
2.3	<b>Penetrando no nevoeiro das aparências.....</b>	<b>72</b>
2.4	<b>Quando a América Latina tornou-se Tebas.....</b>	<b>81</b>
<b>3</b>	<b>MANOEL BOMFIM, UM INTELLECTUAL DA EDUCAÇÃO.....</b>	<b>89</b>
3.1	<b>A educação para o progresso.....</b>	<b>89</b>
3.2	<b>Através do Brasil, uma aventura educativa.....</b>	<b>98</b>
	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>112</b>
	<b>RERERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>115</b>
	<b>ANEXO - Quadro Biográfico de Manoel Bomfim.....</b>	<b>125</b>



Figura 1- Caricatura dos interlocutores das redes de sociabilidade de Bomfim, iniciando pela esquerda: Olavo Bilac, Alcindo Guanabara, Manoel Bomfim e Sílvio Romero (Por Kiart Estúdio em novembro de 2010).

## INTRODUÇÃO

Alguns dos meus atos se agitam em uma via da minha natureza como um trem que percorre a campanha, seguindo involuntariamente com a mesma arte que foge (CHAR apud ORLANDI, 2007, p. 2).

Quando escolhemos um tema para dissertar parece que compramos um bilhete único para um lugar sem volta. A apreensão para embarcarmos é involuntária ora fazemos parte dela, ora queremos fugir. Nestes momentos de dúvida recebi um conselho que me fez perceber que aquele bilhete não era único, era possível mudar e, melhor, escolher o lugar para onde se deseja ir. Esta convidativa sugestão partiu do olhar observador da Professora Sônia Câmara em torno da minha área de formação e objeto de pesquisa permitindo que este trabalho iniciasse seus primeiros esboços. Tinha recebido uma proposta para seguir uma nova jornada e um convite para conhecer Manoel Bomfim<sup>1</sup> a partir do livro *Através do Brasil*. Posteriormente, em nossos primeiros encontros de orientação refleti acerca do caráter multidisciplinar da pesquisa em educação, em convergência com a minha formação acadêmica, com graduação em Letras e pós-graduação em Língua Portuguesa. Nestes cursos desenvolvi pesquisas linguísticas considerando o caráter histórico e literário da língua, como nos sermões de Padre Antônio Vieira e na obra *Verdadeiro Método de Estudar* de Luís Antônio Verney, que me levaram a estudar questões relacionadas à linguagem como o léxico e as formações de palavras no âmbito da metáfora e metonímia, tema da minha pesquisa em estudos da linguagem atualmente.

Ao receber o incentivo de minha orientadora em repensar um projeto que somasse a minha área de formação às disciplinas do curso de educação, não havia possibilidade de negativa. Decidi mudar o destino daquele bilhete e de preferência ao objeto de estudo que possibilitasse explorar os horizontes da educação, literatura e história. Enfim, o bilhete para conhecer Bomfim estava em punho. E as ideias anteriores, em torno de uma análise descritiva dos bastidores das Leis de Diretrizes e Bases da Educação<sup>2</sup>, tiveram de ser guardadas no bolso.

Sendo assim, os livros *A América Latina: males de origem* de 1905 e *Através do Brasil* de 1910 foram os pontos de partida para delimitar este estudo em torno do autor considerando, não o

---

<sup>1</sup> Encontramos divergências quanto à grafia do nome de Manoel Bomfim nas referências consultadas para este trabalho. Damos preferência à forma utilizada por Aguiar (2000), responsável pela biografia do autor, que é a mesma registrada no acervo da Academia Brasileira de Letras.

<sup>2</sup> Tema inicial do projeto do curso de mestrado.

seu aspecto biográfico, mas os fatores que interagiam com Bomfim como o recorte histórico da *Belle Époque* tropical (1898-1914), o campo intelectual e o seu envolvimento com a educação. Estas duas obras estão localizadas neste recorte específico e também tiveram especial atenção neste trabalho devido ao seu conteúdo.

Em relação ao contexto histórico em que Manoel Bomfim está inserido, a *Belle Époque* carioca, é uma importante fase na história cultural brasileira que, segundo Needell (1999, p. 39), se inicia no governo de Campos Salles em 1898 e tem seu auge no governo do Prefeito do Distrito Federal Pereira Passos de 1902 a 1906, abarcando o período entre 1898 a 1914. Em linhas gerais, podemos destacar neste período os ideais de modernidade e progresso convivendo com as crises políticas e econômicas da primeira República. Segundo Sevcenko, havia uma busca em realizar a vida moderna na cidade através da sua remodelação urbana inspirada no modelo francês. No cenário da *Belle Époque* tropical investigaremos a convivência do intelectual com o seu espaço histórico, e este atuando como um agente influenciador e também influenciado pelo cotidiano e pelos sujeitos que nele interagem (CERTEAU, 1998, p. 31). Desse modo, será possível observar o seu diálogo com a sociedade e o campo intelectual através de seus livros, artigos publicados em revistas e jornais, bem como discursos tipografados, em um movimento que demonstra o seu engajamento e o seu entrelaçamento em redes de sociabilidade.

Em *A América Latina: males de origem* investigaremos o contradiscurso<sup>3</sup> e a consolidação de Bomfim como um intelectual engajado e *Através do Brasil*, uma narrativa de cunho didático escrita em coautoria com Olavo Bilac, é relevante para a análise de suas preocupações acerca da educação como ciência e prática. Contudo, pretendemos investigar outros livros, discursos e artigos do autor que, embora não pertençam a este período demarcado, consideramos significativos para ilustrar o pensamento e a atuação de Bomfim. Dentre eles, por exemplo, a tríade formada pelo *O Brasil na América* de 1929, *O Brasil na História* e *O Brasil Nação*, ambas de 1931, o discurso *O Respeito à criança* de 1906 e os artigos presentes em *Cultura e Educação do povo brasileiro* de 1932.

Através de sua bibliografia, é possível observar o envolvimento do autor nas questões relacionadas à educação tanto em suas obras quanto em sua atuação como professor, diretor do *Pedagogium* e político. É possível ainda notarmos o seu movimento dialético com outros

---

<sup>3</sup> Este contradiscurso de Bomfim pode ser apresentado inicialmente como o discurso crítico divergente do discurso ideológico dominante em relação ao atraso brasileiro, dessa forma foi entendido como uma “contradição”. A obra *A América Latina: males de origem* foi marcante ao tornar pública a posição contrária do autor.

intelectuais, estabelecendo um contato social através de redes que entrelaçam o autor, o ator e o meio social em que está inserido.

Consideraremos Bomfim assumindo as características dos “atores autores” definida por Faria (1993, p. 3), como uma figura que combina a sua produção com a sua atuação, buscando um intencional engajamento com a sociedade, isto é, um compromisso voluntário. Nesta perspectiva, teceremos alguns fios das redes de sociabilidade de Bomfim, entrelaçando o seu caráter intelectual engajado em meio às questões educacionais de sua época, quando a cidade do Rio de Janeiro sofria as transformações urbanas e culturais advindas da modernidade inspirada nos padrões franceses. Enfim, o objetivo deste estudo é analisar Manoel Bomfim na perspectiva do intelectual da educação e assim investigar, juntamente com em suas redes de sociabilidade, o seu engajamento na esfera pública da *Belle Époque* tropical.

Uma importante questão em torno de Manoel Bomfim levantada por outros autores como Aguiar (2000), Botelho (2002), Gontijo (2003), Priori e Candeloro (2009), Sussekind e Ventura (1984) e Uemori (2006) usados como referência neste estudo, é o aparente esquecimento deste intelectual no campo intelectual brasileiro. Desse modo, qualquer pesquisa sobre Bomfim se torna uma busca árdua, quase garimpeira, de informações pessoais e profissionais. No âmbito deste trabalho não pretendemos aprofundar esta questão. No entanto, vale ressaltar esta dificuldade. O perfil discreto de Manoel Bomfim deixou um legado que abrange, sobretudo, suas obras. Não publicava tantos artigos quanto os seus contemporâneos, pois tinha preferência pelos livros. Não existe um acervo relacionado ao autor, já que não participou da Academia Brasileira de Letras e a única instituição que foi de fato vinculado, o *Pedagogium*, extinto em 1919, não possui um acervo disponível para consulta. Até mesmo as primeiras edições de algumas de suas obras são difíceis de serem localizadas e ou se encontravam mal conservadas, impossibilitando a consulta. Apesar destes percalços, valemo-nos dos acervos da Academia Brasileira de Letras, do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, da Biblioteca Nacional e do Instituto de Educação do Estado do Rio de Janeiro (este último com poucas informações para consulta em relação ao autor) para consultarmos suas obras, alguns jornais e discursos tipografados. No Arquivo da Academia Brasileira de Letras foi possível localizar o acervo dos imortais, como de Alcindo Guanabara, Olavo Bilac e Sílvio Romero, interlocutores da rede de sociabilidade de Bomfim. Somados a estes fatores, segundo Aguiar (2000, p. 308), o esquecimento de Bomfim teve outras



colaborações dentre elas a própria obra *A América Latina: males de origem*, devido ao seu texto crítico com alto teor interpretativo assumindo um papel que incomodava a sociedade.

Felizmente, nos dias atuais, notamos uma redescoberta, representada por novas publicações e estudos acadêmicos, conforme as referências bibliográficas deste trabalho. Este movimento ganhou força a partir do artigo de Darcy Ribeiro *Males de origem da América Latina*<sup>4</sup> publicado em 1984 na *Revista do Brasil*. O texto ressaltava o valor do autor nas ciências sociais, inclusive nos estudos antropológicos, utilizando como pano de fundo a obra *A América Latina: males de origem*:

O fato é que Manoel Bomfim surgia com um livro sábio e profundo, pensado, trabalhado, em que demonstra cabalmente, dizendo-o com todas as letras – exemplificando com propriedade, contracitando com sábios europeus que se opunham aos teóricos do racismo tão admirados no Brasil – que nossos males vem do povo.

É evidente que ele estava desmesuradamente à frente do que se escrevia e do que se lia naquele Brasil, ainda mais alienado do que o de hoje (RIBEIRO, 1984, p. 51).

Este incentivo dado por Darcy Ribeiro, de certo modo, impulsionou a figura de Bomfim, que era pouco comentado pelos representantes da intelectualidade brasileira. A experiência da coletânea de textos e prefácios de Carlos Maul de 1935 não alcançou bons resultados, devido às modificações realizadas no texto de Bomfim. Este estudo pretende contribuir para as pesquisas já existentes e, sobretudo, para o desenvolvimento das reflexões em torno de Manoel Bomfim.

No **Capítulo I – Manoel Bomfim, um observador além das aparências**, apresentaremos sucintamente a trajetória pessoal e intelectual de Bomfim, passando por suas mais relevantes experiências em convergência com as suas obras como a *América Latina: males de origem* de 1905 e a tríade publicada posteriormente formada pelo *O Brasil na América* de 1929, *O Brasil na História* e *O Brasil Nação*, ambas de 1931. *A priori* constatamos que Manoel Bomfim está inserido em um determinado contexto histórico, da *Belle Époque* tropical, e rodeado por diversos personagens que interagem entre si, e de algum modo, influenciam a sua atuação e suas ideias na esfera social (VELHO, 1981, p.22). A partir desta interação será possível estabeleceremos as redes de sociabilidade de Bomfim, considerando como interlocutores as

---

<sup>4</sup> Este mesmo texto foi republicado como prefácio da edição comemorativa de *A América Latina: males de origem* em 2005.

figuras que teceram um contato relevante com ele, por meio da afinidade como Alcindo Guanabara e Olavo Bilac ou da aversão, no caso de Sílvio Romero. Dentre estes interlocutores, relacionados por meio de afinidades, Olavo Bilac estabelece um contato mais produtivo em relação a Alcindo Guanabara, pois eram coautores em obras didáticas e colegas de trabalho no *Pedagogium*. A aproximação de Bomfim e Bilac no âmbito da educação é facilmente localizada em seus escritos e atuações convergentes em muitos aspectos. Tal fato não ocorre em relação a Alcindo Guanabara, que não tem registros escritos com Manoel Bomfim, trabalhando juntos poucos dias no jornal *A Nação*. Eram amigos que divergiam em questões políticas, e praticamente não registraram questões relacionadas com a educação. Apesar desta escassez de escritos, mantivemos a figura de Alcindo Guanabara como um dos interlocutores da rede de sociabilidade de Bomfim por sua importância na vida pessoal do autor. Por fim, Sílvio Romero, como interlocutor e desafeto de Bomfim, responsável pelo debate em torno da obra *A América Latina: males de origem* com cáusticas críticas, convidando Bomfim às discussões com a intelectualidade da época.

No **Capítulo II – A cidade através do espelho: a Belle Époque tropical**, abordaremos Bomfim em face às modificações trazidas pela *Belle Époque* carioca, movimento histórico e cultural caracterizado pela transformação urbana da cidade refletindo em aspectos políticos, econômicos e sociais. Dentre eles, a criação de espaços urbanos que determinavam o pertencimento de seus participantes entre pobres, elite, crianças, intelectuais e políticos. Dentre estes espaços, podemos destacar aqueles frequentados pelos intelectuais como Bomfim. São eles os Cafés, as livrarias, os jornais e a Academia Brasileira de Letras.

Neste estudo consideraremos Bomfim conforme a ideia de “intelectual engajado” formulada por Sartre, isto é, um intelectual que intervém na sociedade em que está inserida e a critica com autonomia (NOVAES, 2006, p. 161). Abordaremos ainda a obra *A América Latina: males de origem* como uma representação da consolidação das ideias de Bomfim no pensamento intelectual de sua época, especialmente por apresentar um contradiscurso somado às teses de parasitismo e nacionalismo, buscando na educação a solução para o atraso brasileiro. Em relação à obra, ainda investigaremos o uso de metáforas organicistas e biológicas por Bomfim, resultando em um texto que intrigou os seus contemporâneos, como Sílvio Romero, pelo teor de seu discurso e pelo seu estilo interpretativo.

Finalmente, no **Capítulo III – Manoel Bomfim, um intelectual da educação**, analisaremos a parcela Bomfim como um intelectual da educação, abordando a sua participação no *Pedagogium* e investigando a sua produção literária em textos e discursos. Para o autor, a democracia e a liberdade no ensino eram essenciais para alcançar o progresso. A preocupação de Bomfim em torno da educação é evidenciada em suas ideias acerca da metodologia e didática de ensino e o aprendizado das crianças. Para esta criança educanda, Bomfim desenvolveu livros de leitura com finalidade didática, como *Através do Brasil* de 1910 que servirá para demonstrar o pensamento educacional de Bomfim.

Enfim, ao aceitar o incentivo de outro destino para a minha jornada acadêmica, dando uma nova função àquele bilhete, busco me aproximar dos caminhos labirínticos de Manoel Bomfim, e convidar a refletir o autor e suas palavras, pois as palavras merecem ser lidas, as histórias merecem ser contadas e os bilhetes não merecem ser únicos.

## CAPÍTULO I

### MANOEL BOMFIM, UM OBSERVADOR ALÉM DAS APARÊNCIAS

#### 1.1 O pêndulo do autor / ator

Basta observar, sabendo observar, penetrando no nevoeiro das aparências, dominando o desencontro dos detalhes, para achar o fundo solo das causas reais. Observação difícil e geralmente incompleta. Uma sociedade é um fenômeno vasto demais; para dominá-lo, no conjunto das suas manifestações, é preciso que o espírito se sobreponha a si mesmo, e não se deixe nunca tentar nem absorver por uma série de efeitos. No entanto, a tentação é por vezes irresistível, na vida e na própria natureza (BOMFIM, 1905, p. 263).

Das arenosas terras de Sergipe, nascia no dia 8 de agosto de 1868, em uma família de treze irmãos, Manoel José do Bomfim. Filho de Paulino José e Maria Joaquina<sup>5</sup>. Manoel Bomfim ou “Nezinho”, como costumava ser chamado por seus familiares, passou sua infância e adolescência<sup>6</sup> (AGUIAR, 2000, p. 88) no engenho da família em Carira, no interior do estado de Sergipe.

Aos dezesseis anos comunicou à família sobre o seu desejo em se tornar médico, e mesmo contra a vontade do pai, iniciou os preparatórios para cursar medicina. A posição contrária de Paulino José neste primeiro momento refletia o desejo do pai em manter os filhos nos negócios da família. Contudo, a decisão do jovem Bomfim já estava tomada e no início de 1886, aos 18 anos, ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia. Durante o período, passou a residir em uma Pensão que funcionava como uma república de estudantes, a Pensão Santa Teresinha. Nesta pensão conheceu o jovem jornalista, natural de Magé, município Rio de Janeiro, Alcindo

---

<sup>5</sup> O casal possuía algumas curiosidades que ressaltavam à época: primeiramente a diferença de idade, Paulino José tinha 18 anos e Maria Joaquina, 26. Vinham de ambientes sociais diferentes, ele um sertanejo, e ela filha de comerciantes portugueses. Além disso, o primeiro marido de Maria Joaquina morreu de cólera, quando tinha 20 anos, era conhecida com a viúva de Laranjeiras.

<sup>6</sup> O menino Juvêncio retratado em *Através do Brasil* (1910) foi um amigo pessoal da infância e adolescência de Manoel Bomfim. Era um menino negro filho de escravos do engenho do pai. Posteriormente, no terceiro Capítulo, retomaremos a obra e ao personagem. Nesta narrativa, os protagonistas são Carlos e Alfredo os jovens protagonistas saem em busca do pai enfermo se aventurando em uma longa viagem repleta de paisagens e personagens que refletem a cultura brasileira, juntamente como companheiro sertanejo Juvêncio.

Guanabara, que na época também estudava medicina na Capital. O contato com Alcindo acabou por interferir em suas escolhas em relação à mudança de seu curso de medicina da Bahia para o da Capital Federal, que acabou se concretizando dois anos depois.

A mudança de Bomfim para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro pode ser compreendida, em parte, pela diferença de abordagens científicas entre estas instituições. Conforme Schwarcz (1993, p. 196), em 1808 D. João VI criou duas escolas de anatomia e operações cirúrgicas uma no Rio de Janeiro e a outra na Bahia. Em 1832, essas escolas transformaram-se em Faculdades de Medicina organizadas nos moldes da Academia Francesa, contudo, nos anos seguintes, estas faculdades passaram a vigorar com novas regras e estatutos como, por exemplo, a divisão em três seções: "ciências acessórias, medicina e cirurgia". Grande parte dos alunos do curso de medicina eram filhos da elite agrária e buscavam nesta carreira assegurar uma posição social. Além disso, poderiam assegurar com o título cargos administrativos e políticos, e não propriamente ao exercício da profissão.

Enquanto a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro procurava desenvolver a saúde e o controle urbano (LUZ, 1982, p. 126) através de estudos das doenças das cidades inspirado na medicina europeia, a Faculdade de Medicina da Bahia mantinha seu foco nas patologias inerentes às condições rurais, centrando sua discussão no tema racial (LUZ, 1982, p. 130). Neste momento, Bomfim já mantém contato com as propostas relacionadas à questão racial e suas controvérsias, que posteriormente será abordada em sua obra *A América Latina: males de origem* de 1905. Como vimos, sua escolha é por seguir a abordagem adotada no Rio de Janeiro:

(...) Os médicos da faculdade do Rio de Janeiro buscavam sua originalidade e identidade na descoberta de doenças tropicais como a febre amarela e o mal de Chagas, que deveriam ser prontamente sanadas pelos programas "higienicos". Já os médicos baianos farão o mesmo ao entender o cruzamento racial como nosso grande mal, mas, ao mesmo tempo, nossa suprema diferença. Ou seja, enquanto para os médicos cariocas tratava-se de combater *doenças*, para os profissionais baianos era o doente, a população doente que estava em questão. Era a partir da miscigenação que se previa a loucura, se entendia a criminalidade (SCHWARCZ, 1993, p. 190) (grifos da autora).

Era o momento de novos voos para Bomfim, em uma nova cidade que lhe proporcionava outras perspectivas para as suas convicções. Em 1888, desembarcou no cais *Pharoux* onde atualmente se localiza a Praça XV de Novembro sendo recebido pelo amigo Alcindo Guanabara e

seu colega, até então desconhecido de Bomfim: Olavo Bilac. A Capital Federal vivia os momentos que antecediam a abolição da escravatura e a queda do Império, e a imprensa efervescia dividindo opiniões entre àqueles que eram contra e a favor dos últimos acontecimentos. Levado por Bilac, Bomfim passou a frequentar a redação do jornal *Cidade do Rio*, de José do Patrocínio. A amizade e admiração de ambos foi mútua. O resultado desta primeira experiência na redação do jornal permitiu que Bomfim entrasse em contato com a intelectualidade da época, passando a participar das grandes rodas dos intelectuais nos cafés, jornais e livrarias. Em meio a estes debates, surge a ideia da criação do Semanário *A Rua*, que tinha como colaboradores Guimarães Passos, Coelho Neto, Alberto de Oliveira, Arthur Azevedo, Gastão Bousquet, Pedro Rabelo, Augusto de Lima, Olavo Bilac e Manoel Bomfim. As suas críticas giravam em torno do militarismo republicano, o qual repudiava veementemente:

A propaganda republicana rejubilava do poderosíssimo auxílio e irmanava-se com as reivindicações do Exército (...) a propaganda aproveitou quanto pôde a atitude dos militares: aproveitou demais; assim como com ele a campanha pela República passou das mãos dos propagandistas consagrados para ser a revolução feita como que exclusivamente pelo Exército, na forma infeliz de um levante militar.

(...) Pode haver nada mais monstruoso numa organização democrática, do que os privilégios das patentes militares, conferidos nessa constituição republicana, que, no entanto, aboliu todos os outros? E a negação do voto aos praças? Não se conhece, na vida moderna, mais flagrante desigualização perante a lei. Daí resultou a atual monstruosidade: obrigado ao tempo da fileira, o brasileiro decai da situação de eleitor; isto é, o serviço da nação determina diminuição da personalidade política do cidadão (BOMFIM, 1931, p. 146).

Conclui a Faculdade de Medicina em 1890, defendendo a tese *Das Nefrites*, dissertação apresentada à Cadeira de Patologia Médica. O trabalho descrevia tipos de patologias inflamatórias renais. Este ano também é marcado pelo seu noivado com Natividade Aurora de Oliveira e pelo ingresso em seu primeiro emprego. Por intermédio de Alcindo Guanabara consegue o cargo de médico da Secretaria de Polícia do Rio de Janeiro, sendo promovido a médico-cirurgião da Brigada Policial. Para um recém-formado o trabalho era promissor, no entanto, ainda muito distante do que idealizava em relação às pesquisas médicas. Durante este ofício participou de expedições em regiões indígenas, sendo responsável por tratar de verminoses, feridas e doenças venéreas (BOTELHO, 2002, p. 89).

Seu casamento foi oficializado em 1891, ano em que o país vivia a crise do encilhamento. Neste ano foi eleito Deodoro da Fonseca à Presidência da República e Floriano Peixoto, à Vice. A renúncia de Deodoro da Fonseca levou Floriano Peixoto ao poder causando conflitos e discussões controversas quanto à veracidade jurídica que legitimava este ato como constitucional, sendo sugerida a realização de novas eleições. A divergência estimulou a discussão entre parlamentares e intelectuais que assumiam posições acerca da eleição. Aqueles que se opunham a Floriano Peixoto eram presos e deportados. Manoel Bomfim e Olavo Bilac se incluíam neste grupo. A prisão de Bilac neste momento estreitou a amizade entre eles, mas também levantou rumores de sua própria prisão. Em meio a este clima turbulento, em 1893 Bomfim decidiu se mudar para Mococa, interior de São Paulo, com Natividade e sua filha Maria temendo pela segurança de sua família. Durante sua estadia na cidade dedicou-se, exclusivamente, à clínica médica. Enquanto esteve exercendo a medicina em São Paulo, Bomfim não publicou artigos ou qualquer outro escrito. Entretanto, no ano de 1894 a morte de seu pai por problemas cardíacos e de sua filha de um ano e dez meses de tifo, acarretaram em novas mudanças em seus planos. Apesar das tristezas, este ano também lhe trouxe um afago: o nascimento de seu filho, Aníbal. Enfim, era hora de recomeçar, decidiu retornar para o Rio de Janeiro.

A Capital Federal se encontrava em meio aos afrescos urbanos proporcionados pela *Belle Époque*. A eleição de Prudente de Moraes contribuía para um retorno pacífico de Bomfim. Porém, este recomeço exigia um esforço para se estabilizar financeiramente, afinal tinha sido demitido da Secretaria de Polícia quando se mudou para São Paulo e não pretendia mais exercer a medicina. Seus rendimentos eram obtidos de aulas particulares de português, ciências e história natural e de revisões de provas gráficas para o livreiro Francisco Alves (AGUIAR, 2000, p. 187). Trabalhou, ainda, por um curto período de tempo como redator do jornal *A República*. Sua mãe, que também costumava lhe ajudar financeiramente, faleceu no início do ano 1896. Os tempos ainda pareciam tempestuosos, mas ainda não eram errantes.

Neste mesmo ano foi apresentado pelo amigo Alcindo Guanabara ao Prefeito do Distrito Federal Francisco Furquim Werneck de Almeida, recebendo deste o convite para assumir o cargo de subdiretor do *Pedagogium*. Neste mesmo ano, é alçado ao cargo de diretor. O instituto foi criado para a instrução livre do professorado. Este fato aproximaria Bomfim da educação e refletiria por toda a sua vida.

Criado em 16 de agosto de 1890, pelo governo provisório, através do decreto N°. 677, o *Pedagogium* tinha a função de coordenar e controlar as atividades pedagógicas do país e de ser um centro impulsionador e estimulador de reformas e melhorias para o ensino público. O ingresso de Bomfim no *Pedagogium* vai balizar sua trajetória e o seu interesse pela educação, sobretudo pelo tema da instrução pública, despertado pela leitura do *Report of the Commissioner of Education*<sup>7</sup>, publicando no *A República*. O artigo *Instrução Popular*, posteriormente compilado em *Cultura e educação do povo brasileiro*, é exemplar desse interesse, em que discutia o tema demonstrando que:

A natural reação contra a centralização imperial levou os constituintes da República a retirar à União toda e qualquer ingerência na organização da instrução popular do país. (...) Todos os governos das nações cujas condições políticas mais se aproximam das nossas, intervêm na organização moral e política da escola primária e contribuem largamente para a instrução popular (...) o que não conheço é país onde o governo central se despreocupe tão absolutamente da instrução primária como entre nós; não sabendo o que o povo aprende nem se há escolas, nem o que nelas se ensina; não concorrendo com um ceítal para a instrução do povo, ignorando, por inteiro, tudo o que isto se refere (BOMFIM, 1932, p. 58).

O empenho de Bomfim no *Pedagogium* demonstrava que a instituição deveria atuar como um centro de cultura superior na formação de professores. Desse modo procurava estimular os estudos e debates sobre a educação. Este movimento pode ser notado nas publicações da *Revista Pedagógica* e do periódico *Educação e Ensino*, revista oficial da Diretoria da Instrução Pública, do qual se tornou redator e secretário:

(...) Bomfim dirigiu o mensário *Educação e Ensino*, revista oficial da Diretoria de Instrução Pública; no mês seguinte, lançou a revista *Pedagógica*, da qual saíram apenas cinco números. E, ambos os periódicos, Bomfim procurou debater as ideias e teses mais atualizadas sobre a educação em geral, além de discutir questões específicas da realidade brasileira (AGUIAR, 2000, p. 197).

Durante este tempo foi indicado para a cadeira de moral e cívica da Escola Normal do Distrito Federal, onde passou a lecionar. Nesta instituição foi nomeado diretor interino

---

<sup>7</sup> Segundo Gontijo (2001, p.53), este relatório foi elaborado pelo governo dos Estados Unidos da América em 1893 e apresenta dados estatísticos relativos ao biênio 1889-1890 realizado por uma comissão denominada *Comissão dos Dez* que produziu estatísticas acerca do ensino de diversos estados da federação, avaliou programas escolares e condições de administração das principais escolas do país.



permanecendo por apenas seis meses. Logo a seguir foi convidado a assumir o cargo de diretor da Instrução Pública, designando Olavo Bilac para o cargo de diretor interino do *Pedagogium*. Permanece no cargo até fevereiro de 1900, quando retorna ao *Pedagogium*, como diretor e à Escola Normal ministrando aulas de moral e cívica.

Bomfim foi diretor do *Pedagogium* por dezessete anos, de 1896 a 1905 e de 1911 a 1919 quando a instituição foi extinta<sup>8</sup>. Entre 1905 e 1911 afastou-se do cargo para desempenhar outras funções de cunho político. Vale ressaltar que enquanto esteve fora do *Pedagogium*, nomeou Olavo Bilac, seu amigo de confiança que já atuava como inspetor da instituição, para o cargo de diretor, assegurando a continuidade de seu trabalho. O seu envolvimento com as questões relacionadas à educação convergia com outras funções exercidas por Bomfim, logo, podemos dizer que o *Pedagogium* transitou por sua vida em confluência com seus outros projetos, isso demonstrava a sua preocupação com a instrução, especialmente com a instrução primária e com a formação de professores. A respeito da atuação de Bomfim na instituição, Aguiar (2000) destaca o seu empenho em desenvolvê-la como referência no campo da formação de professores:

O exame de um conjunto de documentos e ofícios relativos ao *Pedagogium* indica que, pelo menos, duas dinâmicas opostas e divergentes coexistiam na instituição: de um lado, a constante escassez de recursos e gente, agravada pelo envelhecimento precoce das instalações físicas do prédio; de outro, o ânimo permanente de Manoel Bomfim no sentido de elevar o *Pedagogium* à condição de um centro de estudos e pesquisas de elevado porte (AGUIAR, 2000, p. 143).

Outro importante momento na trajetória de Bomfim é a inauguração da Academia Brasileira de Letras, em 20 de julho de 1897<sup>9</sup> que passou a institucionalizar o campo dos letrados. Apesar do convite pessoal de Machado de Assis, primeiro presidente da Academia, para compor o quadro de imortais, Bomfim não aceitou o convite por motivos pessoais<sup>10</sup> que envolvia, em linhas gerais, o fato de entender que fazer parte deste seletivo grupo era uma forma de distinção

<sup>8</sup> O *Pedagogium* foi extinto pelo Prefeito Paulo de Frontin pelo Decreto nº 1360 de 19 de julho de 1919, em seu artigo 157 que estabelecia “as bases para a organização do ensino público municipal” (BASTOS, 2002, p. 251). O envolvimento de Manoel Bomfim com a instituição será aprofundado no Capítulo III deste trabalho.

<sup>9</sup> A inauguração da Academia foi realizada em uma sala do *Pedagogium*, já que não possuía uma sede própria. Apenas em 1923, o governo francês doou à Academia o prédio que permanece até os dias de hoje. Réplica do *Petit Trianon de Versailles*, construído no ano anterior para abrigar o pavilhão da França na Exposição Internacional comemorativa do Centenário da Independência do Brasil, no Rio de Janeiro.

<sup>10</sup> Retomaremos a esta questão no Capítulo II, em que trataremos da fundação da Academia Brasileira de Letras durante o período da *Belle Époque* carioca.

social. Segundo Aguiar (2000), Sussekind e Ventura (1984) e Uemori (2003), tal negativa demonstra não só a personalidade de Bomfim, mas também colabora, mesmo superficialmente, para o seu esquecimento.

Em 1902, além da publicação do *Compêndio de zoologia geral*, Bomfim viajou para a Europa, em comissão pedagógica como representante do governo brasileiro, durante o governo de Rodrigues Alves para estudar psicologia experimental. Em Paris, foi aluno de Alfred Binet e Georges Dumas, no laboratório também frequentado pelo jovem Piaget, em um anexo à Clínica de Jouffroy, em *Saint'Anne* (GONTIJO, 2001, p. 57). O livro *Pensar e Dizer: estudo do símbolo no pensamento e na linguagem* de 1923 revela a sua atenção no campo da pesquisa psicológica, se materializando, inclusive na inauguração de um laboratório no *Pedagogium* inspirado no modelo francês, em 1906.

Segundo Freitas (2002, p. 365), apesar de pouco conhecido este estudo de Bomfim teve significativa importância ao abordar a psicologia para além das fronteiras da medicina, da psiquiatria e da prática forense e, sobretudo, por dar continuidade à sua reflexão acerca da psicologia da aprendizagem. Este movimento, pela busca de uma psicologia educacional, converge com trabalhos como *Através do Brasil* (1910), *Lições de pedagogia: teoria e prática de educação* (1915) e *O método dos testes* (1926), além do *Pensar e Dizer* (1923), já mencionado. Antes de partir para França, Bomfim foi transferido da cadeira de moral e cívica para a de pedagogia na Escola Normal, tal aspecto reflete em suas novas percepções acerca do estudo da aprendizagem, iniciado pelos estudos de psicologia experimental estimulados, possivelmente, por esta viagem e demonstradas em suas obras.

A sua estadia na Capital francesa permitiu seu contato direto com a realidade cosmopolita, isto é, com a modernidade urbana. Retorna no ano seguinte, em 1903, com o livro *A América Latina: males de origem* redigido. Bomfim começou a escrever o livro em Paris, embora já viesse, há vários anos, acumulando observações e reflexões acerca das questões ali presentes. Segundo Aguiar (2000, p. 253), Bomfim não elaborou o seu contradiscurso durante a sua temporada na França. Contudo através do convívio acadêmico e elementos teóricos, adquiridos lá, organizou seu pensamento para melhor fundamentá-lo.

O livro *A América Latina: males de origem* foi publicado em 1905 pela editora Garnier, recebendo críticas de diferentes segmentos da intelectualidade, sobretudo, do escritor Sílvio Romero. Crítico literário, ensaísta, poeta, filósofo, professor e político. Era membro da Academia

Brasileira de Letras, e relevante representante da intelectualidade brasileira. Contudo, também era conhecido pelas polêmicas, pelas críticas ácidas e agressivas. Seus comentários cáusticos recaíram sobre *A América Latina: males de origem* considerado por Romero uma “panaceia”. Chegou a publicar em 1906 uma série de artigos em crítica à obra, resultando em uma compilação denominada *A América Latina: Analyse do livro de igual título do Dr. M. Bomfim*<sup>11</sup>.

Cabe ressaltar, a importância desta obra e de sua repercussão, especialmente levando em consideração o contexto em que foi publicada. A obra de Bomfim discutia a relação entre atraso brasileiro em contraste com os países europeus, a desigualdade racial e a mestiçagem. Neste período, especialmente entre 1889 a 1914, a tese do branqueamento foi aceita por grande parte da elite intelectual brasileira, com destaque para Nina Rodrigues<sup>12</sup>, João Batista Lacerda<sup>13</sup> e Afrânio Peixoto<sup>14</sup>. Sílvio Romero<sup>15</sup> e Euclides da Cunha<sup>16</sup> possuíam divergências em relação à teoria, e procuravam estrategicamente, repensá-la, no entanto, sem o objetivo de contradizê-la.

Quando mencionamos o contradiscurso de Bomfim notamos o seu ponto de vista contrário ao paradigma corrente. Neste momento, sua imagem como um intelectual ganhou destaque. Podemos sintetizar como proposta central da obra, a reflexão acerca das questões preconcebidas sobre a formação do povo brasileiro levando em consideração as concepções racistas dominantes à época. Bomfim defendia que os males que nos afligiam não eram reflexos de nossa composição étnica, climática ou de uma suposta inferioridade racial. Para o Brasil se

---

<sup>11</sup> Também publicado em *Annaes*, n. 63 a 70, em 1906, uma série de dezesseis artigos apenas criticando a obra de Bomfim.

<sup>12</sup> Médico e antropólogo, assumiu a cátedra na Faculdade de Medicina da Bahia (1891), onde promoveu a nacionalização da medicina legal brasileira. Desenvolveu profundas pesquisas sobre origens étnicas da população e a influência das condições sociais e psicológicas sobre a conduta do indivíduo.

<sup>13</sup> Médico e cientista brasileiro, formado médico pela faculdade do Rio de Janeiro. Dedicou-se também à microbiologia e aos estudos sobre febre amarela. Foi diretor do Museu Nacional em 1895 e presidente da Academia Nacional de Medicina de 1893 a 1895.

<sup>14</sup> Médico, político, professor, crítico literário, ensaísta, romancista e historiador brasileiro. Era membro da Academia Brasileira de Letras. Ministrou aulas de Medicina legal na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1907) e assumiu os cargos de professor extraordinário da Faculdade de Medicina (1911); diretor da Escola Normal do Rio de Janeiro, em 1915 e diretor da Instrução Pública do Distrito Federal no ano seguinte. Em 1932 foi professor de História da Educação no Instituto de Educação do Rio de Janeiro, atuando até a sua aposentadoria em 1935 como reitor da Universidade do Distrito Federal.

<sup>15</sup> Crítico, ensaísta, poeta, filósofo, professor e político brasileiro. Também era membro da Academia Brasileira de Letras. Nos aprofundaremos sobre o autor adiante.

<sup>16</sup> Escritor, sociólogo, repórter jornalístico, historiador, geógrafo, poeta e engenheiro brasileiro e se tornou famoso internacionalmente por sua obra-prima *Os Sertões* que retrata a Guerra dos Canudos. Era membro da Academia Brasileira de Letras.

tornar um país democrático e progressista era necessário investir na educação, desmistificando os ideais darwinistas de seleção natural e superioridade da raça:

Um dos problemas levantados à época era se a composição multirracial do Brasil era um obstáculo para a formação da nação. Entre as questões mobilizadoras da intelectualidade estava o desejo em pensar acerca da potencialidade do Brasil se tornar civilizado, para isso perguntava-se sobre as possibilidades de existir uma nação civilizada onde a população fosse predominantemente formada por negros, índios e mestiços. A teoria da desigualdade inata das raças, defendidas por Gobineau e Gustave Le Bon influenciou, sobremaneira os intelectuais brasileiros e, conseqüentemente o pensamento social e político do Brasil. Pensadores como Oliveira Martins, Oliveira Viana e Sílvio Romero viam na questão racial o grande problema da inferioridade brasileira. (CAMARA; COCKELL, 2010, p. 4).

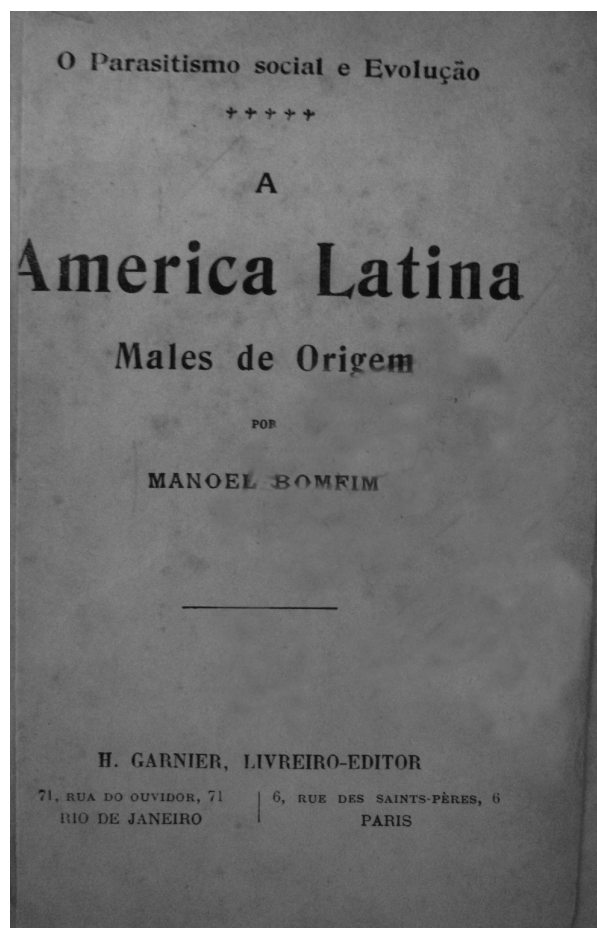


Figura 2 - Capa da primeira edição de *A América Latina: males de origem* de 1905. Fonte: ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, foto tirada por mim.

Ainda no ano de 1905, Bomfim criou com Renato de Castro e Luís Bartolomeu a revista *O Tico-Tico*<sup>17</sup> publicação que evidenciava uma preocupação educacional sobre os mais variados assuntos científicos, literários e culturais. Neste momento, é nomeado diretor interino da Instrução Pública Municipal deixando a direção do *Pedagogium*. Após dois anos é eleito Deputado Federal pelo Estado de Sergipe. Em sua vida política engajou-se na política oligárquica da época com o intuito de levar à Câmara dos Deputados as suas preocupações com a educação. No entanto, os ecos de *A América Latina: males de origem* ainda eram ouvidos e incomodava um parlamento dominado por forças políticas que ia contra a sua proposta política, sobre isso Bomfim afirmava: “Apenas pude verificar que é longo e penoso o movimento de ideias no mecanismo da política que se fazia e que se faz no Brasil” (BOMFIM, 1932, p. 76). Manoel Bomfim se centrou no fomento a educação pública, não apenas como uma obrigação dos estados, mas também da União. A instrução primária era fundamental, pois a alfabetização é um requisito para o exercício do voto. Vale ressaltar que além da manutenção de escolas primárias pela União, Bomfim defendeu a criação de escolas normais. O mandato parlamentar de Bomfim encerrou-se em dezembro de 1908, e apesar da tentativa não conseguiu se reeleger.

Retornando ao ano de 1904, vale ressaltar a participação de Bomfim no projeto de Elysis de Carvalho denominado Universidade Popular de Ensino Livre, que tinha como objetivo instruir a população trabalhadora, ou seja, o operariado. Foi oficialmente instalada, no dia 20 de março de 1904 no Centro das Classes Operárias<sup>18</sup>, no Rio de Janeiro e estava ligada ao Partido Operário Independente, de inspiração anarquista (AGUIAR, 2000). Estavam envolvidos neste projeto: José Veríssimo, Rocha Pombo, Pedro do Couto, Domingos Ribeiro Filho, Frota Pessoa, Fábio Luz, Felisbello Freire, Sinésio de Faria, Evaristo de Moraes e Curvelo de Mendonça:

A Universidade Popular estava ligada ao Partido Operário Independente, de inspiração anarquista, que reunia trabalhadores, agitadores e literatos, entre os quais Manoel Bomfim. (...) Bomfim não era e nem nunca foi, um anarquista, embora conhecesse bem a doutrina e tivesse por ela uma indisfarçável simpatia. Socialista, Bomfim aproximou-se do Partido Operário Independente (como mero simpatizante, entenda-se) com o objetivo de levar à população – e, principalmente, aos trabalhadores - as propostas que vinha formulando e

<sup>17</sup> Segundo Rosa, Bomfim se inspirou nas escolas de primeiras letras da Capital, chamadas de tico-ticos, para o nome da revista que seguia como modelo a publicação francesa *La semaine de Suzette* (1991, p. 32).

<sup>18</sup> De 1902 a 1904 funcionou no Rio de Janeiro o Centro das Classes Operárias, não chegava a ser um partido político, mas tinha ação reivindicatória. Foi fechada pelo exército em 1904 (CARONE, E. 1975, p. 204).

defendendo. A Universidade Popular seria, a seu ver, um dos instrumentos principais desse processo de transmissão de saber (AGUIAR, 2000, p. 280).

Bomfim ficaria encarregado de organizar e ministrar dois cursos: um de psicologia e outro de pedagogia. A proposta da Universidade Popular foi abortada prematuramente e, as poucas referências bibliográficas como as citadas por Aguiar (2000) e Gontijo (2001) não apontam para um motivo aparente, mas apenas como um empreendimento que se desgastou em suas ideias sem realizações práticas<sup>19</sup>.

Em 1910, publicou *Através do Brasil* em coautoria com Olavo Bilac<sup>20</sup>. Segundo Arroyo (1968, p. 192), a obra necessita de atenção tanto como um significativo representante da literatura infantil, quanto da literatura de consciência nacional. O livro ressalta aspectos metodológicos que evidenciam diferentes níveis de abordagem e ensino que podem ser trabalhados pelos professores no texto. No ano seguinte desta publicação, Bomfim retorna ao *Pedagogium* como seu diretor atuando na instituição até a sua extinção em 1919.

A sua atuação como professor contribuiu para os textos de Bomfim, proporcionando o registro de suas reflexões acerca de metodologias e didáticas de ensino, apontando para os seus estudos sobre psicologia do aprendizado. Um destes estudos é a obra *Lições de pedagogia: teoria e prática de educação* de 1915, que reúne as suas aulas de pedagogia ministradas na Escola Normal do Distrito Federal. Neste livro, Manoel Bomfim analisa métodos de ensino procurando desenvolver um debate sobre o lugar da pedagogia na ciência da educação. Neste momento, Bomfim considera que, embora não houvesse delineada uma ciência da educação, existia ciência na educação, ou seja, a confluência entre a teoria e a prática, que caracterizou como a “arte da educação”, remetendo a ideia de que a educação como ciência é a “arte de ensinar” (BOMFIM, 1915, p. 10). No ano seguinte é nomeado professor da disciplina de psicologia aplicada e educação na Escola Normal.

O interesse de Bomfim pelos estudos de psicologia e pedagogia tinha como foco refletir sobre os métodos de aprendizagem e didática, levando em consideração a sua formação em medicina. Estando à frente destas investigações, é convidado a fazer parte da Liga Brasileira de Higiene Mental, fundada em novembro de 1923, pelo médico higienista Gustavo Riedel, que foi

---

<sup>19</sup> De fato, em um momento posterior a “Universidade Popular de Cultura Racionalista e Científica” é fundada por Florentino de Carvalho em 1915 tendo como perspectiva as ideias levantadas anteriormente, mas sem a presença de Bomfim.

<sup>20</sup> Aprofundaremos adiante sobre a obra no Capítulo III.

incumbido pelo filantropo Clifford W. Beers, pai da higiene mental moderna, a criar “na América do Sul a primeira Associação de Medicina Social” (RIEDEL, 1925, p. 210). Um ano mais tarde, a organização foi reconhecida como de utilidade pública pelo governo federal. Os membros da Liga representavam uma seleta aristocracia intelectual da época, formada majoritariamente por médicos psiquiatras, ainda contava com “médicos de distintas especialidades, juristas, educadores, jornalistas, homens de letras e outros intelectuais” (*Campanha de pró-higiene mental: a mais relevante de todas as obras medico-sociais em nosso paiz* apud. WANDERBROOCK JUNIOR; BOARINI, 2009, p. 3). Bomfim aceita o convite, ingressando na Liga em 1924.

O nascimento da Liga Brasileira de Higiene Mental coincidiu com o crescimento urbano advindo da *Belle Époque*. Podemos dizer que apesar da urbanização, grande parte da população sofria com epidemias, precárias condições habitacionais e de higiene. Nesta perspectiva, esses intelectuais acreditavam que a nação precisava da medicina e do nacionalismo para superar os obstáculos que dificultavam o progresso. Os problemas mentais também partiam deste pressuposto, já que a população pré-disposta à doença mental também se tornaria um empecilho ao desenvolvimento da nação. Como vimos, o ingresso de Bomfim na Liga ocorre em 1924, participando da comissão para a implantação de testes de inteligência no ensino primário. Seu objetivo era desvendar problemas de aprendizado, resultando na publicação do livro *O método dos testes* de 1926. Os testes, com o uso das “escalas de Binet” (FREITAS, 2002, p. 365), buscavam diagnosticar as diferenças de aprendizado entre crianças, procurando compreender porque algumas aprendem com mais facilidade que outras. Desse modo, os testes também significavam uma forma de entender o ensino e os problemas da educação em relação às crianças. Como assinalou Bomfim (1928, p. 23), “o poder educativo dos *tests* (e que é grande) consiste em levar a criança a não hesitar, a pensar metodicamente as diferentes questões que lhe são apresentadas”. Uma vez definida a capacidade intelectual de cada aluno, era preciso realizar na escola um método que respeitasse os ritmos de cada um. Para Bomfim esse procedimento era essencial para se criar a homogeneização escolar:

(...) valor de inteligência, como capacidade de aproveitamento e como aptidão especial para determinadas disciplinas. Essa distribuição de alunos – segundo o nível de inteligência e de aproveitamento, e que não se pode obter somente pela aplicação da medida de inteligência, é, certamente, condição indispensável para o bom rendimento escolar (BOMFIM, 1928, p. 20).

Ficava clara a posição de Bomfim em relação a uma ciência da educação que pensasse a criança. Seus testes objetivavam apurar a possibilidade da independência e da individualidade do aprendizado da criança, zelando pela sua diferença em termos de pensamento e compreensão. Para Bomfim, a criança era um indivíduo e tanto a escola quanto os professores, deveriam tratá-la como tal. Desse modo, atentava para outra importante questão, a importância do ensino primário. Segundo Freitas (2002, p. 366), Bomfim já investigava uma ciência sobre a criança fora dos laboratórios, insistindo na relação entre os papéis do professor e do educando.

Bomfim alternava a sua dedicação entre suas aulas na Escola Normal e suas observações, sobretudo, relacionadas à psicologia. Contudo, ainda no ano de 1920 publicou *Primeiras Saudades*, um livro de leitura com finalidade educativa: falava “à inteligência e ao coração”, isto é, procurava ter “influência sobre a alma da criança” (BOMFIM, 1920, p. 5). Para Bomfim, a função primordial que todo livro de leitura deveria desempenhar junto à infância era “servir à educação moral”, oferecendo lições concretas de moral através de episódios verídicos, “vividoss e sentidos” pelo aluno<sup>21</sup>, ou seja, relacionados com o mundo. Dessa forma, o aluno aprenderia a proceder mediante a “compreensão dos atos” descritos e narrados nas lições “interessando-se e comovendo-se por eles” (BOMFIM, 1920, p. 7). Bomfim concorreu com este livro ao prêmio Francisco Alves instituído pela Academia Brasileira de Letras, e conseguiu, ganhando com ele menção honrosa.

Em 1923 publicou *Pensar e dizer: estudo do símbolo no pensamento e na linguagem*, como vimos, um relevante trabalho de Bomfim que para Freitas (2002) é o mais significativo no campo da psicologia. Na obra, Bomfim transcreve um relatório de trabalho acerca da psicologia em laboratório, estudando mesmo dentro de suas limitações métodos possíveis e aplicáveis em relação ao processo de simbolização e a linguagem<sup>22</sup>:

Ele foi lançado no Rio de Janeiro, no mesmo ano em que Piaget publicou, em Paris, o seu “A linguagem e o pensamento da criança”. Isso mostra como os estudos de Bomfim estavam avançados. Bomfim não temia pensar, e tinha a audácia de divulgar os seus pensamentos inovativos. Há, em *Pensar e Dizer*, a transcrição de um relatório de trabalho de Manoel Bomfim. Pois bem, o relatório

<sup>21</sup> Esse ponto de vista já pode ser observado em *Através do Brasil* de 1910.

<sup>22</sup> Na obra Bomfim inicia um estudo das metáforas no vocabulário (Capítulo VIII – O Léxico): demonstrar o estudo da metáfora relacionada à linguagem e à cognição, mesmo em caráter preliminar, pode ser considerado pioneiro. Podemos ainda chamar atenção para articulação de Bomfim na relação dos vocábulos (o próprio léxico em si) e as ideias, iniciando suas contribuições acerca da linguagem e seu aprendizado estarem correlacionadas com o pensamento dentro da perspectiva cognitiva.



mostra que Bomfim fazia estudos e pesquisas psicológicas que somente seriam feitos no Brasil anos mais tarde, a partir de 1925, no Laboratório de Psicologia da Colônia de Psicopatas, no Engenho de Dentro, sob a direção de Waclaw Radecki (PENNA apud AGUIAR, 2000, p. 255).

Nesta obra Bomfim apontou a existência de articulação entre a função simbólica (semiótica) e suas relações com o pensamento e a linguagem, procurando estabelecer esta abordagem no processo educativo, desse modo seria possível investigar o processo de aprendizagem se manifestar por diversos fatores oriundo da mente, associados à psicologia e à linguagem e ao social:

Tudo resumindo: a linguagem ou comunicação das consciências é indispensável para a expansão e realização da vida afetiva (...) para a formação da vida mental humana e a capacidade intelectual de cada indivíduo; e é o processo explícito de organização da vida humana, consciente e socializada. Antes de se realizar em ação, o homem manifesta-se em linguagem, que, em si mesma, já é ação (BOMFIM, 1923, p. 8).

O seu envolvimento com a educação persiste por toda a sua vida, expandindo seus horizontes para a antropologia, a pedagogia, a sociologia e a linguagem. Seu conhecimento tem ação e significado, na maioria das vezes partindo de suas experiências. Deste modo, a partir de *América Latina: males de origem*, Bomfim maturou novas ideias em sua tríade composta por *O Brasil na América*, de 1929, *O Brasil na História* e *O Brasil Nação*, ambos de 1931, logo, podemos entender que posteriores são complementos da sua obra de 1905. Isto não reduz a importância das obras posteriores. Esta tríade possui subtítulos bem sugestivos em relação ao assunto abordado na obra. O primeiro, *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*, Bomfim procurou caracterizar o processo histórico brasileiro a partir das condições latino-americanas de formação colonial, além disso, considerou a expressão “América Latina” como parte de um discurso que dava sustentação aos interesses franceses. Para Bomfim, as nações latino-americanas deveriam ser consideradas neoibéricas:

Expressão de tanto uso, essa América Latina deve servir, sensatamente para designação geográfica – do grupo de nações formadas por ibéricos, num regime colonial de subordinação e dependência imediata, e que logo se degradou em parasitismo, despótico, antiprogressista. No mais, é designação nula, própria somente para a tecnologia fútil dos que, aceitando a divisão fácil do ocidente em – latinos, germânicos, eslavos...voltados para este lado, concluem que deve

haver uma América Latina, para contrapor-se à América Inglesa. Assim se gerou a noção (BOMFIM, 1929, p. 13).

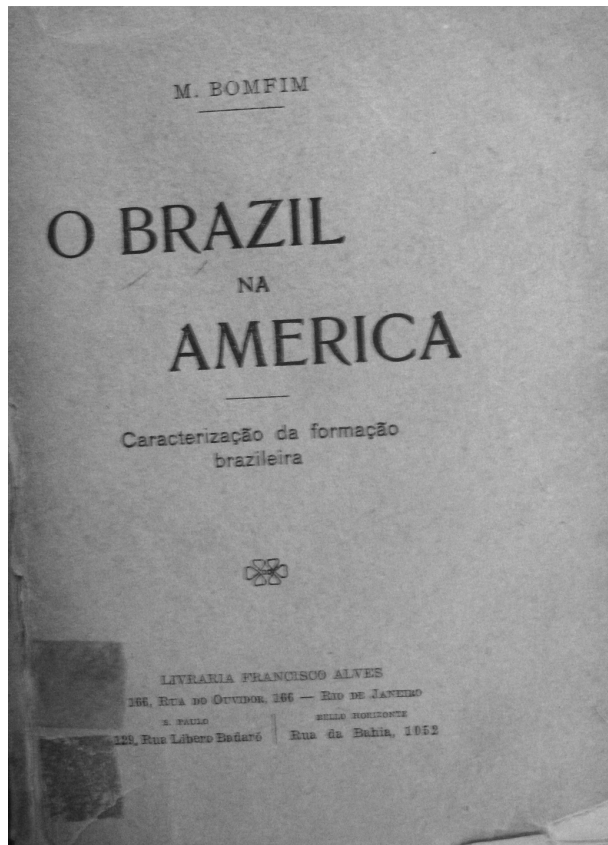


Figura 3 - Capa da primeira edição de *O Brasil na América* de 1929. Fonte: ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, foto tirada por mim.

Em 1931, publicou *O Brasil na História: deturpação das tradições e degradação política*, segundo livro da série sobre a formação social brasileira. Nesta obra, Bomfim realizou uma crítica à historiografia brasileira e à visão dos viajantes estudiosos acerca do Brasil. Seu ponto de vista era relatar a história em uma perspectiva nacionalista. Da mesma forma que nos livros anteriores utilizou a ideia de “dominadores” e “dominados”:

(...) é o campo onde se travam todos esses combates de que resulta a vitória de umas instituições sobre as outras, de classes e doutrinas em detrimento de outras, pois que – as instituições, e classes, e doutrinas – são outros tantos veios em que deriva a experiência comum, como são os aspectos concretos em que as tradições se confrontam e se combatem. No final, toda a história se reduz

a contendas de tradições, sem perder, por isso, o seu papel superior – se fazer a confiança da nação nos próprios destinos, delineados pelos fatos já explícitos (BOMFIM, 1930, p. 37).

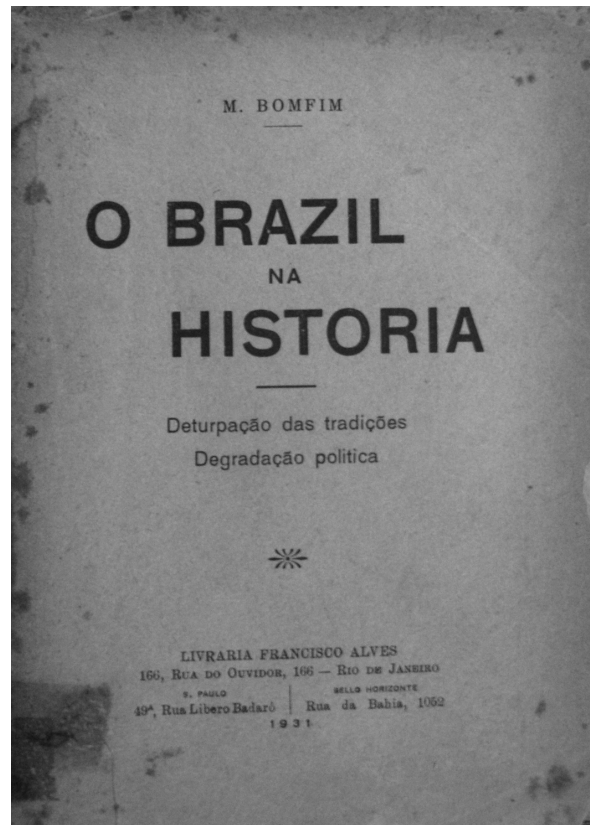


Figura 4 - Capa da primeira edição de *O Brasil na História* de 1931. Fonte: ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, foto tirada por mim.

Quando foi publicado *O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira*, segundo livro de 1931 o estado de saúde de Manoel Bomfim já era considerado crítico. Este fato contribuiu para que o texto se apresentasse visivelmente diferente dos demais com longos períodos, repetições de palavras e de ideias somados à ausência de revisão. Embora, *a priori*, estas características estejam em evidência para alguns leitores, os mais desavisados podem se incomodar. A explicação para este fato pode ser encontrada no afã de Bomfim em concluir a sua obra, já que pertencia a uma trilogia e, portanto, uma sequência de ideias, ou seja, uma síntese do seu pensamento em relação à evolução histórica e política da sociedade brasileira (AGUIAR, 2000, p. 495). No livro, Bomfim reflete sobre os dilemas políticos e sociais do Brasil de forma

amarga, sem propor soluções otimistas. Sua visão de 1905 a 1931 em relação aos “males nacionais” persiste, e em sua concepção é aguçada. Em *A América Latina: males de origem a educação* era o foco, em sua última publicação suas ideias admitem um caráter revolucionário. Desse modo, podemos dizer que Bomfim foi mais áspero em relação à sua primeira publicação, em que tinha em mente a educação como o “remédio” para curar os “males” da nação. Neste momento, a solução era revolução, uma revolução nacionalista popular, como forma de libertação e “desalienação” das elites:

A democracia, voz da maioria, converteu-se em regime de exploração da maioria trabalhadora, desde que as condições históricas deixaram formar-se essa reserva de energias humanas que é o capital. Senhora dele, uma minoria pode subordinar o aparelho democrático aos interesses capitalistas e, assinada nos direitos patrimoniais, pessoais, exige a garantia dos privilégios de fato em que está montada, privilégios que significam justamente o sacrifício do grande número. É esta uma situação que só se pode resolver revolucionariamente (BOMFIM, 1931, p. 9).

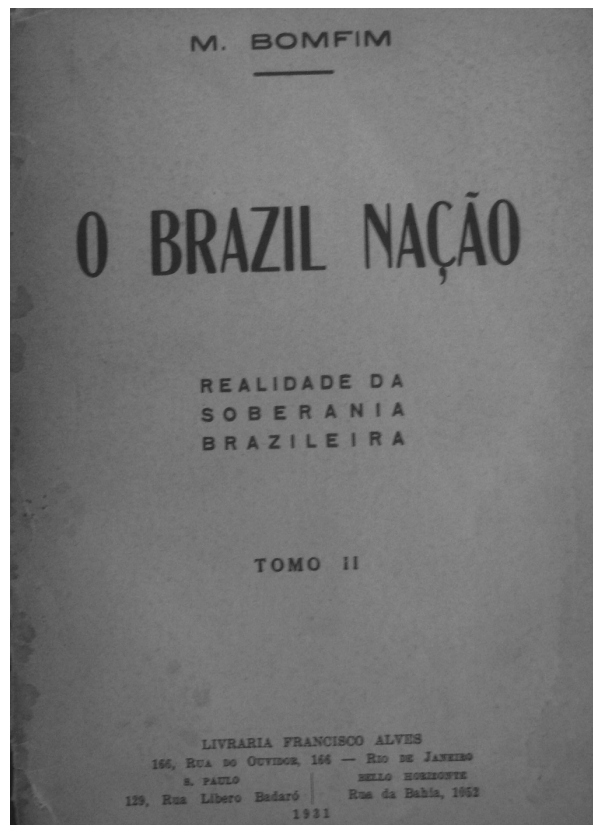


Figura 5 - Capa da primeira edição de *O Brasil Nação* de 1931. Fonte: ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, foto tirada por mim.

Diferentemente do que ocorreu em *A América Latina: males de origem* as obras da trilogia foram bem recebidas pela imprensa, com críticas positivas e consideradas de grande relevância para os estudos sobre o Brasil. Os jornais *O Correio da Semana*, *Jornal do Brasil*, *Diário de Notícias*, *O Estado de São Paulo* e *O Globo* além de noticiar, elogiaram a publicação sob a perspectiva de sua colaboração na descrição da história brasileira. Segue crítica do *Diário Carioca* de 25 de novembro de 1931, escrita por Almir Ferreira:

Mais um bom livro (...) acaba de ser publicado pelo historiador competente, psicólogo profundo, escritor primoroso que é o professor Manoel Bomfim. Além de esclarecer pontos controversos da nossa história, diz verdades incontestáveis sobre as condições do Brasil no passado e no presente. (...) A leitura de *O Brasil nação* impõe-se a todos os estudiosos da história e das coisas do nosso país (FERREIRA, 1931, sem página).

Os problemas de saúde de Manoel Bomfim devido a um câncer se iniciaram em 1925. Neste momento se desfez de todo o seu patrimônio para ajudar seu filho Aníbal de uma ruína financeira. Bomfim não acompanhou o lançamento destas obras, pois a partir de 1928, já estava muito debilitado. Faleceu no dia 21 de abril de 1932 na casa de sua irmã mais nova Maria José, no bairro de Santa Teresa, na cidade do Rio de Janeiro. Despediu-se da vida deixando obras não acabadas, entre elas: *Moral de Darwin* e *Plástica na poesia brasileira*.

É possível notarmos através deste breve percurso da trajetória de Bomfim, que seu conhecimento e suas experiências complementam o seu olhar atento sobre a sociedade, se debruçando em busca de soluções, que em seu ponto de vista, eram encontradas na educação. Desse modo, estabelece um caráter entrelaçador, entre o ator e o autor. Sua atuação era, certamente, multidisciplinar, contudo, concernente ao campo educacional, destacamos dois importantes momentos que se destacaram na relação de Bomfim com a educação. O primeiro tem como ponto de partida *A América Latina males de origem*<sup>23</sup>, e o segundo as suas ideias acerca da ciência da educação, em que articula com a psicologia para educação visando o aprendizado da criança.

Esses pontos podem ser representados em alguns de seus escritos, como por exemplo, no discurso *O Respeito à criança* de 1906, que para Freitas (2002, p. 362) fundamentou uma

---

<sup>23</sup> Abordaremos mais profundamente a obra no Capítulo II.

reflexão de Bomfim em relação ao aprendizado da criança. Em sua fala, faz uma crítica ao modelo escolar estabelecido pela subordinação da criança à autoridade do professor:

(...) Considerar a criança um ser sem vontade e substituir o seu querer, o seu julgamento e a sua consciência pela vontade, discernimento e consciência do educador. A criança é um cego: menos que um cego – um autômato. Exige-se o ato, sem levar-lhe a convicção da sua vantagem; impõe-se a ideia sem indagar sequer se ela foi compreendida e assimilada. E a personalidade nascente, vivaz, mais frágil e inconsistente ainda, sentindo essa oposição constante a todos os seus surtos naturais, deforma-se, estiola-se, perverte-se definitivamente, ou anula-se na banalidade passiva, artificial (BOMFIM, 1906, p. 15).

O discurso é destinado a orientar as formandas da Escola Normal do Distrito Federal a compreender a instabilidade infantil, respeitando as individualidades. Sua intervenção intelectual em relação às questões educacionais relacionadas à infância foi ali demonstrada. Além deste momento, temos outra importante indicação, a obra *Através do Brasil* publicada em 1910. O livro é destinado ao cotidiano escolar, sobretudo, no ensino primário, e como um livro de leitura levantou novamente o assunto da centralidade do professor na formação escolar, e estabeleceu a criança leitora como agente de sua aprendizagem. Segundo Freitas (2002, p. 364), Bomfim via nas crianças a capacidade de adquirir conhecimento por si só, e os educadores como cientistas voltados não apenas à transmissão de saberes, mas também à observação e à coleta de dados de seus educandos. Desse modo, Bomfim tecia um esboço de suas ideias em relação à ciência da educação e à psicologia da aprendizagem.

## 1.2 Tecendo redes de sociabilidade: Manoel Bomfim e seus interlocutores

O homem nada mais é que uma rede de relacionamentos, e somente isso, é o que interessa para ele. (Saint-Exupéry. 1982, p. 15).

Bomfim parece realizar um entrelaçamento de seus saberes e suas atitudes, convergindo sua parcela autor e ator. Segundo Uemori (2006, p. 15), este movimento pode ser demonstrado por suas características como um intelectual múltiplo uma vez que se dedicou a escrever ensaios historiográficos, estudos de psicologia, livros didáticos de biologia, pedagogia, artigos sobre

educação e obras dirigidas ao público infanto-juvenil como, por exemplo, *Através do Brasil*<sup>24</sup>. Notamos também estas múltiplas facetas em sua atuação profissional, que também segue estas características: médico, professor, diretor do *Pedagogium*, editor de revistas e político:

O seu ecletismo pode ser estendido para o Bomfim leitor. Sociólogos, historiadores, antropólogos, filósofos, escritores, psicólogos, biólogos são mencionados em seus escritos histórico-sociológicos, em estudos de psicologia, em artigos sobre educação. Era um leitor voraz e eclético. Assim como é difícil definir seu perfil profissional, o mesmo se dá quanto à definição do seu perfil intelectual (UEMORI, 2006, p. 26).

Em suma, Bomfim era um representante da intelectualidade, pertencente ao círculo social dos intelectuais e produtivos em relação ao movimento de ideias, isto é, de criticar e se engajar em questões centrais relacionadas à sociedade (CANDIDO, 2006, p. 123). Neste trabalho, consideramos Bomfim um intelectual engajado conforme conceito formulado por Sartre, como sendo aquele que intervém criticamente na sociedade, dialoga intencionalmente com as ideias mais densas procurando dar direção a elas, e revelando a sua opinião crítica de forma autônoma e objetiva (NOVAES, 2006, p. 161). No campo das ideias o intelectual engajado produz inquietação e reflexões. Enfim, é dialético com outros intelectuais e com sua época cosendo pontos comuns ou não, alinhavados em redes, as redes de sociabilidade, que permite este movimento de ideias entremeadas com a sociedade.

Para Barnes (1987, p. 61), a expressão “rede social” é utilizada pelas ciências sociais para analisar processos interativos dos indivíduos, suas afiliações a grupos e suas conexões interpessoais construídas cotidianamente. Desse modo, a noção de rede vai além de um instrumento metodológico, trata-se da inserção de indivíduos em uma sociedade, agindo sobre ela como um elemento participante do que está em curso, refletindo sobre o seu tempo na busca por compreendê-lo:

O caminho mais direto para o estudo da estrutura social é a análise dos padrões de laços que ligam as pessoas. A análise de redes busca as estruturas profundas de sociabilidade – padrões regulares de redes – existentes por baixo dos sistemas sociais. Tenta-se descrever estes padrões e usar estas descrições para aprender como as estruturas de redes condicionam comportamentos e influenciam mudança social (WELLMANN, 1983, p. 157).

---

<sup>24</sup> Nos Anexos deste trabalho relacionamos um quadro biográfico e uma relação das obras do autor.

Esses atores estão inseridos em uma estrutura de rede social, criando perspectivas micro e macro na ação individual e em um contexto mais amplo, definida por sua posição na estrutura social, ou seja, no campo em que pertence e atua. Desse modo, Manoel Bomfim como um intelectual e constrói sua rede com base nas relações intelectuais compartilhadas, nos posicionamentos ideológicos, nas atuações nos diversos campos político, educacional, social, etc e nas experiências conjugadas (SIRINELLI, 2003, p. 253).

Para Velho (2006, p.50), o círculo social também reflete na interação dos intelectuais como interlocutores do processo social de sua época e, por isso, admitem um papel de “reinventores da vida social”. Esta interação que estrutura as redes é constituída de vínculos, geográficos e afetivos: de amizade e de cumplicidade, mas também de hostilidade e rivalidade, conforme definido por Sirinelli (2003, p. 248), um “ecossistema”. Os participantes de uma rede convergem e se opõem dialeticamente em um espaço próprio, cuja dimensão organizacional encontrou afetos, desafetos, ideais e ilusões:

O meio intelectual constitui, ao menos para seu núcleo central, um “pequeno mundo estreito”, onde os laços se atam, por exemplo, em torno da redação de uma revista ou de um conselho editorial de uma editora. A linguagem comum homologou o termo “redes” para definir tais estruturas. Elas são mais difíceis de perceber do que parece. (...) As “redes” secretam, na verdade, microclimas à sombra dos quais a atividade e o comportamento dos intelectuais envolvidos frequentemente apresentam traços específicos (SIRINELLI, 2003, p. 248).

As redes de sociabilidade no meio intelectual da *Belle Époque* tropical (1898–1914) contavam com a participação em rodas boêmias, grupos literários, cafés, livrarias e salões. Eram nestes ambientes sociais que se formavam um intercâmbio de ideias. Os intelectuais contemporâneos de Bomfim eram homens de letras influentes, que frequentavam palestras na Livraria Garnier e grupos boêmios no Café Inglês, no Café de Londres, no Café do Rio situados na rua do Ouvidor e suas adjacências, como o Café Papagaio na rua Gonçalves Dias, o Café de Java, no Largo de São Francisco e o Café Paris no Largo da Carioca (Figura 6).





Figura 6 - Café Paris situado no Largo da Carioca em 1910. Fonte: Acervo Pereira Passos, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Traçar as redes de sociabilidade de Manoel Bomfim é uma tarefa árdua, conforme já levantado por Uemori (2006, p. 9), devido aos poucos elementos disponíveis para análise como cartas, diários e autobiografias. Seus escritos tiveram de cumprir este papel mais intimista, trazendo suas opiniões, ideias, tensões, conceitos e etc. Neste trabalho, *A América Latina: males de origem* (1905) e *Através do Brasil* (1910) terão este papel com maior destaque, embora as outras obras também sejam citadas. Como protagonistas destas redes, optamos por eleger aqueles que se tornaram, a nosso ver, mais próximos ao autor, em relação à cumplicidade e à rivalidade. Essas redes são constituídas por Alcindo Guanabara, Olavo Bilac e Sílvio Romero<sup>25</sup>.

Alcindo Guanabara participou ativamente da vida de Bomfim, amigo de longa data, mas especificamente desde 1885 enquanto ainda cursava a Faculdade de Medicina da Bahia. Alcindo também cursava medicina, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, mas não chegou a finalizá-la se dedicando apenas ao jornalismo. O contato entre os dois se manteve quando

<sup>25</sup> Sílvio Romero torna-se um importante interlocutor de Bomfim por divergir de suas ideias e criticar ferinamente sua obra *A América Latina: males de origem*, criando um debate intelectual que marcou a trajetória destes dois personagens.

Bomfim chegou ao Rio de Janeiro se tornando, juntamente com Olavo Bilac, companheiros com afinidades profissionais e pessoais.

Alcindo Guanabara era jornalista, atuando na política como Deputado Federal e membro fundador da Academia Brasileira de Letras. Segundo Sodré (1999, p. 349), era um jornalista político por excelência, isto é, um relevante representante da imprensa política. Segundo Aguiar (2000, p. 257), Alcindo Guanabara e Manoel Bomfim divergiam em relação aos posicionamentos políticos, enquanto o primeiro se posicionava defensor das ideias republicanas e muitas vezes adotava um caráter mais conservador em relação às críticas ao governo, Bomfim se demonstrava mais influenciado por ideias que levassem a movimentos revolucionários e nacionalistas. Uemori (2006, p. 18) destaca a possibilidade da influência de Bomfim por autores anarquistas, como Kropotkin, Proudhon e Bakunin, além de Marx.

Através da indicação de Alcindo Guanabara, Manoel Bomfim conseguiu o seu primeiro trabalho como médico na Brigada policial do Rio de Janeiro, e também o cargo de subdiretor do *Pedagogium* em 1896. Em 1903 Bomfim trabalhou com Alcindo Guanabara no jornal *A Nação*. Cabia a Bomfim escrever uma seção denominada *Hoje e amanhã*, em que comentava os acontecimentos políticos de maior evidência no país e no mundo. Seu primeiro artigo abordava a questão do Tratado de Petrópolis, em que se discutia o pertencimento do estado do Acre ao Brasil. Segundo Aguiar (2000, p. 258), o jornal se intitulava como independente, uma espécie de manifesto em que eram discutidos temas éticos e ideológicos. Em seu segundo número, Bomfim criticou o funcionamento do Congresso Brasileiro:

Para que então cansar e iludir o povo? Para que fatigá-lo à força de decepções que se encontram em todos esses remédios e panacéias improdutivas? Mais vale dizer-lhe a verdade; o que aí está não presta, mas o mal não vem das fórmulas; ela se resume nas próprias condições da nação brasileira, constituída por uma camada dirigente estiolada que nem deseja ver o presente nem organizar o futuro, e por uma grande massa popular inapta, condenada ao sofrimento, à esterelidade e à exploração (*A Nação*, 11/12/1903).

Este curto período de tempo no jornal é justificado pelas divergências doutrinárias entre eles. Bomfim insistia em manter o jornal isento de pensamentos conservadores buscando o seu teor revolucionário, divergindo da opinião do amigo. Quando Alcindo Guanabara autorizou a publicação de um discurso de Rui Barbosa com teor “cristão-católico” (SUSSEKIND; VENTURA, 1984, p. 143), Bomfim optou por deixar o jornal, permanecendo apenas doze dias

em sua função. Apesar da longa amizade, segundo Aguiar (2000, p. 263) e Uemori (2006, p. 23), tal momento provocou uma crise entre os amigos, que não chegou a ser um rompimento, de fato mas um afastamento. Mesmo com certa mágoa, o contato entre eles continuou. Em 1910 montaram juntamente com Francisco Alves, uma companhia para importação de máquinas e equipamentos gráficos. A estima de Bomfim também é demonstrada no livro *Pensar e dizer* de 1923, dedicado a Alcindo Guanabara, como uma homenagem póstuma ao amigo.

Com Olavo Bilac, a amizade de longa data iniciada ainda na época de sua chegada ao Rio de Janeiro, permanecendo por toda vida. Diferentemente de Alcindo Guanabara, a relação de Bomfim e de Bilac tinha uma afinidade quase fraternal. Eram companheiros profissionais e também parceiros ideológicos, especialmente no campo da educação. Logo, não há momentos de crise registrados, pelo contrário, notamos muitas vezes a preocupação de Bomfim em auxiliar o amigo e trazê-lo da boemia para a realidade. Essa parceria na forma de pensar no âmbito da educação é evidente, pois ambos acreditavam no progresso através da educação e buscavam colaborar com obras com uma metodologia que pudesse ser usada na sala de aula.

A parceria de Bomfim e Bilac pode ser destacada em alguns momentos significativos, como no *Pedagogium* e na autoria de livros, nestes casos é possível notarmos a sua interação biográfica e bibliográfica. As rodas de conversas entre Bilac e Bomfim nos Cafés demarcavam o seu intercâmbio com a intelectualidade da época e suas discussões em relação à política. Durante os primeiros anos da República publicaram artigos nos jornais *Cidade do Rio*<sup>26</sup> de cunho antimilitarista<sup>27</sup>.

Por intermédio de Bomfim, Bilac assumiu o cargo de inspetor de instrução pública nomeado pelo então prefeito Cesário Alvim em 1899. No mesmo ano, também a pedido de Bomfim, Bilac assumiu o cargo de diretor interino do *Pedagogium* enquanto foi nomeado Diretor da Instrução Pública:

Estava eu como diretor do *Pedagogium* quando fui convidado para diretor da Instrução. Nomeado, indiquei Bilac para substituir-me, interinamente, no *Pedagogium*. No meu novo cargo, propus a criação de mais alguns, de inspetor escolar, e disse a Bilac que escrevesse a Cesário Alvim, que era o prefeito, pedindo a sua nomeação para um deles. Escrupuloso em tudo, Bilac relutou. Não

<sup>26</sup> Fundado pelo abolicionista José do Patrocínio, circulou entre 1887 e 1893, quando foi interdito por ter publicado um manifesto contra a Revolta Armada. Voltou a ser publicado entre 1895-1902.

<sup>27</sup> Bomfim e Bilac se opuseram ao governo militar de Floriano Peixoto, utilizando os jornais como um meio de levar a público esta insatisfação. Estas críticas resultaram na prisão de Bilac e na perseguição de Bomfim, que preferiu se mudar para o interior de São Paulo. Contudo, vale diferenciar esta posição antimilitarista do apoio de Bilac ao ensino cívico e do estímulo nacionalista à educação de Bomfim.

sabia pedir. Obriguei-o a sentar-se, e a escrever a carta. Dias depois saíam as nomeações, entre as quais a dele. E ninguém ficou mais espantado com o sucesso da carta do que Bilac, o qual não podia compreender que um homem público, mesmo Cesário Alvim, contrariasse a ambição de dezenas de políticos, protetores de outros candidatos, simplesmente para atender a um poeta (CAMPOS. 1954, p. 111-112).

Através de Bomfim em 1906 foi aceita a sugestão da composição, por Olavo Bilac, de um hino em homenagem à bandeira brasileira para ser cantado nas escolas. O pedido foi feito diretamente ao prefeito Pereira Passos. A confluência de ideias entre Bomfim e Bilac em torno da educação visava o estímulo cívico tendo como objetivo estimular a nacionalidade e construir uma representação de país rumo ao progresso. Contudo, Bilac foi um incentivador do ensino militar, diferentemente de Bomfim que se limitava apenas à valorização da nação através do ensino.

Manoel Bomfim e Olavo Bilac trabalharam em coautoria nas seguintes publicações: *Livro de Composição* de 1899, *Livro de Leitura* de 1901 e *Através do Brasil* de 1910. As duas primeiras obras constituem uma seleção de textos de diversos autores, dando início à “carreira didática” dos autores (LAJOLO, 1982, p. 54). Segundo Aguiar (2000, p. 239), os autores escreveram as duas primeiras obras antes de incursar ao *Pedagogium*:

(...) Livro de Composição para o curso complementar das escolas primárias (1899); Livro de leitura para o curso complementar das escolas primárias (1901); Através do Brasil (1910). Estes livros foram adotados no curso complementar das escolas primárias do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Sergipe, Amazonas e Ceará e Através do Brasil foi destinado ao curso médio (SANTOS, 2006, p. 50).

Contudo, é em *Através do Brasil* que produzem uma obra de fato original, com uma narrativa de texto estimulante em que reforçam as vantagens pedagógicas e didáticas como um instrumento para o aprendizado. O caráter nacionalista expressado pelos autores transmite a ideia de que o amor à pátria deveria se iniciar na escola. Na *Advertência e Explicação*, afirmam que o livro de leitura deveria orientar seus ensinamentos como uma fórmula da educação humana, ou seja, suscitando a coragem, harmonizando os esforços e cultivando a bondade (BILAC; BOMFIM, 2000, p.48). Embora este trabalho não estenda a sua discussão acerca da recepção da obra, autores como Lajolo (2002) e Santos e Oliva (2004) já realizam apontamentos, contribuindo para estudos futuros.

Destinado à *prática da Língua Portuguesa*, o conteúdo de suas lições procurava desenvolver o vocabulário, servindo como material para exercícios de linguagem e oferecia temas e assuntos para a elaboração de redações. A tipologia variada dos textos oferecia um leque de modelos ao leitor que pretendesse aprender e compreender a língua na prática cotidiana, entretanto, se estendendo às demais áreas, assim pretendia: “(...) além da leitura e da escrita, da gramática e da prática da língua vernácula, noções de geografia e de história, cálculo, sistema de pesos e medidas, lições de coisas, isto é, elementos de ciências físicas e naturais, os preceitos de higiene e saúde pública”. (BILAC; BOMFIM, 2000, p. 48).

Bomfim publicou o artigo *Olavo Bilac; um estudo sobre a vida intelectual desse poeta* em 1904, sobre sua obra poética e intelectual e também aproveitou para elogiar o amigo: “É o sonhador moderno, que deriva os seus sonhos do mundo atual para quem a inteligência é a força criadora de todo progresso; é nela que ele confia, da sua cultura depende o futuro, e para o futuro transporta ele todos os seus ideais.” (BOMFIM, 1904, p.5).

No texto Bomfim acentuou o conteúdo político da obra de Bilac que, embora não fosse revolucionária, não pregava a demagogia, preferindo seguir um contorno mais pacifista. Esta questão é fundamentada por Bomfim:

Na vida intelectual de Bilac, uma das passagens, mas características é a sua resposta ao discurso de recepção de Afonso Arinos. O novo acadêmico, afeiçoado já à sua função, vinha numa eloquência cuidada, a desvendar os artificios todos e os recursos de que se valia Eduardo Prado para dar à sua individualidade uns aspectos de originalidade, que faltavam completamente ao seu talento, nutrido de ideias velhas. Afonso Arinos, no seu enlevo de panegirista e discípulo, pretende fazer daquelas preocupações decrépitas e singularidades fictícias um ideal, quando Bilac, recebendo a palavra, formula numa singeleza radiante de verdade e de sentimento qual o verdadeiro local moderno – a democracia social, para a realização da justiça e da fraternidade humana. Houve como que uma transmutação de épocas e de cenário; o público sentiu-se arrancado à luz hesitante, ao ambiente viciado de bastidores, com as suas tintas falsas e perspectivas de ‘apoteoses’, ao terrapleno descampado e livre. Muitos estranharam de cordilheiras, aberto sobre a vida e sobre o futuro. Muitos estranharam o poeta na ocasião, e aí é que ele melhor afirmou a sua personalidade (BOMFIM, 1904, p. 6).

Olavo Bilac faleceu em dezembro de 1918, e sua morte foi muito sentida por Manoel Bomfim. Eram parceiros e amigos que dividiram experiências e, sobretudo, ideais. Ambos acreditavam na educação como instrumento do progresso e do desenvolvimento do povo

brasileiro. Nos primeiros anos da República, foram contra a militarização da vida política e por isso, foram perseguidos e mesmo após a calmaria dos anos posteriores vindo com o Presidente Prudente de Moraes em 1894 permaneceram pessimistas em relação ao jogo político. Sabiam que pertenciam a um grupo intelectual responsável pelo debate de ideias e desse modo, procuravam manter suas críticas imunes às alianças políticas. Bomfim se pronunciou sobre o amigo alguns anos depois, em 1926, a Humberto de Campos:

Eu convivi com ele mais de trinta anos – disse Bomfim. Escrevemos livros em colaboração, auxiliamo-nos mutuamente e, mesmo ao tratar de negócios, de coisas de recíproco interesse, jamais consegui fazê-lo levar a sério, em palestra, qualquer assunto. Blague discreta, elegante, maneirosa; mas sempre blague.

E como quem fere uma nota esquecida no teclado da memória:

– Não; minto: em Paris, uma vez, ouvi-lo falar sério, com palavras que adivinhei partidas do coração. Bilac acabava de ler o prelúdio do Chantecler, quando eu entrei no seu apartamento. Estava maravilhado. E foi, ainda, sob a emoção da leitura que me disse, com tristeza:

– Sabes qual é hoje o desejo mais ardente da minha vida?

E com os olhos parados:

– Não ter mais coisas práticas de que cuidar, recolher-me a casa, semanas, meses inteiros, escrevendo versos. Só assim eu poderia começar a obra que me supus capaz de escrever! (CAMPOS, 1954, p. 106).

Após localizarmos dois personagens amistosos pertencentes às redes de sociabilidade de Manoel Bomfim, passaremos a outro sergipano, àquele considerado a representação mais hostil dentro desta trama: Sílvio Romero.

O contato mais polêmico entre Sílvio Romero e Manoel Bomfim se deu após a publicação de *A América Latina: males de origem* em 1905. Nesta época, Romero já era um autor consagrado e temido por suas críticas com linguagem bélica e temperamental. E já era considerado um destaque como homem de letras, jornalista, crítico, historiador e membro da Academia Brasileira de Letras. Em suma, era um intelectual relevante à cena cultural, fazendo parte do discurso científico de sua época e de suas tensões que também adentravam as questões da identidade nacional. A característica romeriana é dada pelo contraste tanto pela sua notoriedade científica quanto pelo seu rancor, que lembram Dom Quixote e seus moinhos de vento:

A palavra crítica tinha para ele não apenas um sentido amplo de análise e revisão geral dos valores de toda a cultura, mas também, quase inconscientemente, de força negativa; é o que se percebe em alguns textos, onde vemos o conceito de “positivo” oposto ao de “crítico”, que deste modo fica assimilado a “negativo” (CANDIDO, 2006, p. 123).

O debate em torno do livro de Bomfim foi a público e acabou por colocar a obra e seu autor em evidência. Primeiramente, podemos dizer que este debate teórico entre esses dois intelectuais nos faz pensar sobre o processo de formação do campo intelectual no Brasil. A crítica de Romero a Bomfim é baseada, *a priori*, no modo de fazer ciência, em especial, no âmbito da análise sociológica. Obviamente, como já era conhecido, não poupava qualquer detalhe e não media as palavras. Segundo Candido (2006, p.125), Romero era uma figura perturbadora que demonstrava a intensidade do patriotismo, mas também certo pessimismo e por isso insistia na crítica científica prezando por sua objetividade: “Por ter um fundo de candura e espontaneidade, além do toque de megalomania, Sílvio Romero não policiava a sua vaidade nem renunciava ao prazer de falar de si a qualquer propósito”.

Ambos os autores apresentavam diferentes formas de análise sociológica em torno da interpretação do país, desse modo, vale ressaltar que Bomfim e Romero buscaram dar legitimidade ao tentar conceber uma análise da formação do povo brasileiro, e naquele momento, no auge das discussões se tornaram relevantes protagonistas do campo intelectual brasileiro.

Nesta geração acadêmica à qual pertencem Sílvio Romero e Manoel Bomfim, é vista uma nova representação do país, portadora do ideal de modernização e por isso, divergente da geração anterior: romântica e indianista. Estes intelectuais eram engajados no movimento por reformas políticas e econômicas com objetivo democrático. A sua formação acadêmica também colaborava para criar os espaços para essas aspirações e para fortalecer os debates a respeito da formação do povo brasileiro e da nação.

O discurso científico vigente divergia daquele adotado pelo romantismo, em que o povo brasileiro deveria ser estudado na definição do “bom selvagem”. Na passagem do século XVIII para o século XX a formação do povo brasileiro seria estudada no âmbito de determinantes biológicos e climáticos. No caso do Brasil, a heterogeneidade do povo se tornava um fator relevante a ser estudado.

A preocupação com a formação do povo brasileiro constituiu o principal debate da geração acadêmica de Sílvio Romero e Manoel Bomfim, que tinha como objetivo a construção de

uma nova nação comprometida com o progresso. Uma referência comum entre estes autores era Auguste Comte, teórico francês que propôs um pensamento sociológico na primeira metade do século XIX. Através da relação com as ciências naturais Comte estabeleceria a identificação de leis que regeriam a sociedade e os indivíduos. Dentro deste ponto de vista, o critério da experiência atua como a fonte do conhecimento, admitindo a sua descrição como ciência. Na teoria positivista concebe-se que as idéias conduzam e transformem o mundo e a evolução da inteligência humana determinaria o desenrolar da história dentro de um sistema social, definindo assim o povo. Apesar da proximidade teórica de ambos, tanto Bomfim quanto Romero possuíam perspectivas diferentes nos diálogos com estes autores contemporâneos à sua época.

Sílvio Romero privilegiava o determinismo racial como elemento autônomo que se impõe, a partir de fatores climáticos ou geográficos. Alguns conceitos e autores refletiram a sua posição, como o determinante geográfico de Spencer; o plano orgânico sugerido por Comte tendo em vista pensar nos indivíduos no âmbito geográfico, biológico e cultural; ideias concernentes aos costumes e valores familiares de Frédéric Le Play e a reflexão sobre a natureza comunitária da psicologia brasileira de Edmond Demolins. Segundo Santos (2006, p. 45), Romero dialoga na sua literatura com autores como Scherer, Taine, e Herder no evolucionismo; Frederic Lê Play e Henri Tourville na sociologia, Morton, Agassiz, Paul Broca e Gumbowitz no debate sobre as raças; Henry Buckle, Peter Willam Lund e Otis F. Mason no determinismo geográfico e Rousseau, Darwin na abordagem formação do povo, nestes dois últimos Romero não considera a perspectiva dos determinantes biológicos dos autores.

Para Bomfim a análise sociológica compreenderia observar que uma sociedade é o conjunto de fatos dependentes e relacionados uns com os outros, e assim refletem em leis que atuam organicamente, produzindo efeitos sistemáticos como em um organismo vivo em um corpo social. Dessa forma, emprega as categorias parasitas e parasitárias, retiradas das ciências biológicas, como metáforas das relações entre as camadas sociais, concebendo a sociedade dentro de um sistema, o “parasitismo social”, descrito em *A América Latina: males de origem*. No livro propõe que a cura dos males do atraso seria a educação.

A análise de Bomfim oscila entre Comte e Darwin ao tratar da concepção de progresso como um produto do conhecimento, isto é, da educação. Para Bomfim todos os povos são passíveis de desenvolvimento através da industrialização, de ciência e da educação popular, logo, a miscigenação racial não é um fator que produziria o atraso. Bomfim ainda admite que o



desenvolvimento cultural de um país deveria contar com uma ação política do Estado. De acordo com Santos (2006, p. 49), Bomfim se aproxima de Gabriel Tarde, em *Les lois de l'imitation* (1890), ao importar para a sociologia uma descoberta da psicologia dos anos 1880 em que através da imitação os comportamentos humanos são estabelecidos, ou seja, em processos hipnóticos inconscientes de imitação. Temos ainda na literatura de Bomfim a forte influência de Charles Darwin (1809-1882), que em *A origem das espécies* publicada em 1859 apresenta, na perspectiva da abordagem culturalista, uma evolução natural dos povos a partir de instrumentos tecnológicos (instrumento construído pelo homem) e a concepção de unidade da espécie humana.

Segundo Aguiar (2000, p. 231), a publicação de *A América Latina: males de origem* trouxe à tona a organização de um contradiscurso ao pensamento que vigorava a época entre os setores intelectuais do país. Até este momento as teorias explicativas para o atraso ou o progresso das nações advinham especialmente do positivismo de Comte; do evolucionismo de Spencer; do transformismo de Darwin e da etnologia de Gobineau, dentre outros. Foram estas teorias que, em grande parte, orientaram os discursos e os debates dos setores intelectuais e políticos sobre as possibilidades, ou não, da constituição de uma nação brasileira mais democrática e progressista.

O pensamento social da época também acabará sendo influenciado por esse tipo de reflexão, reorientando-se antigos debates teóricos. Assim, enquanto a etnografia cultural adaptava a noção monogenista aos novos postulados evolucionistas, darwinistas sociais ressuscitavam, com nova força, as perspectivas poligenistas de inícios do século. Era preciso pensar na antiguidade da “seleção natural” e na nova realidade que se apresentava: a mestiçagem racial (SCHWARCZ, 1993, p. 56).

Um dos problemas levantados à época era se a composição multirracial do Brasil era um obstáculo para a formação da nação. Entre as questões mobilizadoras da intelectualidade estava em pensar acerca da potencialidade do Brasil em se tornar civilizado, para isso perguntava-se sobre a possibilidade de existir uma nação civilizada onde a população fosse predominantemente formada por negros, índios e mestiços. A teoria da desigualdade inata das raças, defendida por Gobineau e Gustave Le Bon influenciou os intelectuais brasileiros e, conseqüentemente o pensamento social e político do Brasil. Pensadores como Oliveira Martins, Oliveira Viana e Sílvio Romero viam na questão racial o grande problema da inferioridade

brasileira. Com Sílvio Romero, especialmente, as divergências eram mais evidentes como assinalamos acima e como nos faz ver Santos:

Enquanto Manoel Bomfim busca evidenciar os problemas da formação da nação, como um “educador” que tende a evidenciar os erros cometidos e a formação que precisa ser orientada através de uma ciência, Sílvio Romero, através do papel do intelectual da sociedade, tem em vista dar uma forma à construção da realidade brasileira, e com isso propor o entendimento dos problemas existentes. Neste campo, o “educador da sociedade”, Manuel Bomfim buscou as causas do atraso político e social enquanto Sílvio Romero, destinado a desempenhar o papel do “intelectual da sociedade” teve em vista “exibir os motivos das originalidades, das particularidades, das diferenciações desse povo no meio de todos os outros (SANTOS, 2006, p. 67).

O contradiscurso de Bomfim ia de encontro às teorias vigentes. Em seu ponto de vista, a teoria do branqueamento e das etnias inferiores do povo brasileiro procurava justificar o imperialismo e a submissão das classes desprotegidas. Desse modo, denominou o parasitismo social a dominação externa imposta pelo colonialismo europeu combinada com a dominação interna imposta pelas elites e pelo Estado, causando profundos males aos povos latino-americanos (BOMFIM, 1905, p. 97). Em suma, para Bomfim, a questão das raças estava mais ligada às relações sociais entre as classes dominantes e dominadas. Logo, para o autor existia uma confusão de ideias em relação à questão racial e a identidade nacional, ou seja, o progresso era um produto da educação e não das questões raciais, isto é, era o “remédio” para os “males” do Brasil.

Sílvio Romero não poupou adjetivações ao que qualificou como sendo um livro “mal feito, tão falso, tão cheio dos mais grosseiros erros” (ROMERO apud SUSSEKIND, 2002, p. 609) principalmente ao desacreditar nos “males” que refletiam o atraso de nossa nação: “O autor de ‘América Latina’ supõe haver atirado com a raiz primária dos alludidos males sociaes e políticos e haver descoberto o remédio adequado a sua extirpação” (ROMERO, 1906, p. 11).

Em 1906, Romero publicou suas críticas iniciais em *Os Annaes* uma série de dezesseis artigos sob o título *Uma suposta teoria nova da história latino-americana*, sendo compilado em um livro no mesmo ano pela Livraria Chardon: *A América Latina: analyse do livro de igual título do Dr. Bomfim*. De início, Romero já questionava a forma de análise científica de Bomfim:

Falsa é a sua base científica, falsa a ethnographica, falsa a histórica , falsa a econômica. (...) Não admira, portanto, que falsa seja também a ‘causa’ a que atribúe os desvios e atropellos da evolução latino-americana, e sofrivelmente inefficaz a ‘medicação’ que propõe para corrigi-los. (...) Não é o talento do auctor que vai entrar em jogo; é , sim, a pouca segurança de muitas de suas vistas, a erronia das suas doutrinas capitães, a falsidade da mór parte de seus conceitos, a precipitação de suas conclusões, o nenhum valor das fontes em que bebeu (ROMERO, 1906, p. 11-12).

Sílvio Romero (1906, p. 194) considerou ultrajante Bomfim, o “homem do *Pedagogium*”, tecer críticas a autores renomados como Le Bon, censurando principalmente a forma como representava a América Latina, como uma vítima da tirania européia:

Refiro-me ao facto de apresentar o auctor a ‘América Latina’ como a victima da calumnia europea e, ao mesmo tempo, como ‘cheia das mais deprimentes mazellas.

As duas coisas se repelem: se a américa é uma ‘calumniada’, é que os males que lhe assacam os europeus não são verdadeiros; e se estes são verdadeiros, ella deixa de ser uma ‘victima’ da má votnade do Velho-mundo. (ROMERO, 1906, p. 13).

Bomfim, por sua vez, inovava ao se opor a este pensamento dominante que atribuía ao fator racial às causas do subdesenvolvimento com sua tese do parasitismo social. Segundo o autor, o parasitismo resultava em três efeitos: o enfraquecimento do parasitado; as violências que exerceram sobre eles; e a sua adaptação às condições de vida que lhes eram impostas pelos predadores. Desse modo, a educação agiria como o caminho encontrado para dar ao povo a liberdade de pensar e assim buscar o progresso para o país. Romero foi contra a proposta de Bomfim, afirma que:

N’esse final é que Bomfim propõe o remédio para todos os males latino-americanos: a instrução. (...) Repete esta panacéa por cerca de cinquenta páginas. (...) Inscrevo-me resolutamente contra essa these. A instrução, como ser uma bella coisa e uma arma muito útil, é inefficaz para preparar um largo e brilhante futuro ao Brasil (Ibidem, p. 254).

Romero também destaca na crítica a Manoel Bomfim contradições na estrutura do texto da obra do autor, em uma tentativa de desqualificar a sua cientificidade e a sua posição de “intelectual da sociedade”. Segundo Mota (2004, p. 25), Romero questiona Bomfim em relação ao “sentir” e ao “pensar” a formação da nação brasileira, na tentativa de caracterizar a veracidade da obra e de seu autor como dúbia: “A gente illustrada, os homens de verdadeira instrucção, de

séria cultura, decidirão quem está com a razão, quem seguiu a severa trilha da sciencia” (ROMERO, 1906, p. 12).

Os burburinhos acerca da publicação das polêmicas críticas de Sílvio Romero sobre *A América Latina: males de origem* já ecoavam pelos cafês das estreitas ruas do centro da cidade. Alcindo Guanabara e Olavo Bilac, cientes do temperamento de Bomfim, insistiram por uma resposta pública às críticas cáusticas de Romero. Até que Bomfim foi procurado por Walfrido Ribeiro editor e secretário da Revista *Os Annaes*, que tinha publicado o artigo de Sílvio Romero. Walfrido reiterava o pedido de réplica a Bomfim que finalmente, em quinze de março de 1906, aceitou escrever para a Revista um artigo denominado *Uma carta. A propósito da crítica do sr. Sylvio Romero ao livro A América Latina*. Segue abaixo a Carta e devido à sua importância para o nosso estudo optamos por mantê-la integralmente:

Meu caro amigo Sr. Walfrido:

É muita a sua gentileza de repetir-me em carta o oferecimento feito por intermédio de um amigo. Venho agradecer-lhe. Você põe à minha disposição as colunas de *Os Annaes* para que eu conteste a extensa descompostura passada à minha *A América Latina* pelo Sr. Sylvio, garantindo-me estar pronto a acolher uma resposta à altura da agressão. Lamento não poder aproveitar esta ocasião de honrar-me colaborando nas colunas da sua estimada revista. Não responderei diretamente ao Sr. Romero. Os sentimentos que lhe animaram a pena nessa extraordinária crítica são tais, e tão claramente se exprimem, que me dispensam de tratar diretamente com ele. É um indivíduo que não tem, sequer, o pouco de educação e de bom gosto necessários para mascarar em público os furores da inveja e da cólera. Os seus dezenove artigos são outras tantas séries de contorções grotescas, gestos e assobios, onde a gaitice insípida mal encobre um despeito minaz e vil traíndo um espírito que até na decrepitude é ridículo e pretensioso.

O Sr. Romero foi sempre um endeusador prejudicial e enfadonho, ou um xingador destemperado, xingador sem veemência, sem verve e sem brilho, na abundância da “logomaquia” dos degenerados mentais. Dos que o conhecem, os que o estimam têm-lhe dó; os outros desprezam-no, como bem merece ser desprezado o crítico que só se agita movido pelo ódio invejoso, ou pela reciprocidade do elogio.

Eis a razão por que, escrevendo eu um livro sobre fatos sociais de nosso meio, nunca me caiu a pena o nome desse crítico, que pretende entender de tais assuntos, e tanto se tem ocupado deles; eis a razão por que não me lembrou, sequer, oferecer-lhe um exemplar do meu livro...

Desprezava e desprezo esquecidamente o infeliz grosseirão. Ele, porém, distingue-me e preocupa-se comigo de modo excepcional. E desta preocupação, e deste zelo foi vítima o meu ilustre amigo, que viu a sua revista entupida, em dezenove edições, pela prosa informe e vilã do pretensioso crítico. Essa distinção me levaria a pensar nele se o respeito que devo a mim mesmo – ao meu caráter e meu pensamento, não me impedisse de tratar diretamente com um homem que, sem motivo confessável, faz da sua crítica a difamação sistemática, a injúria insossa, o remoço soez e aparvalhado.

E, quando assim não fora, nem por isso estava eu obrigado a responder-lhe. O meu livro é a recapitulação rápida de uns tantos fatos históricos incontestáveis, fatos de que eu induzo um princípio geral, uma teoria, baseando-me em noções rigorosamente científicas, noções de ciências biológicas e naturais. Com essa teoria procuro explicar as perversões e os vícios notados na evolução das sociedades latino-americanas. Para julgar e criticar uma obra tal, é indispensável um relativo preparo científico. Ora, o crítico de Lagarto é de uma ignorância absoluta, radical, e, já agora, irreduzível, nesses assuntos. E é por isso mesmo que ele tanto se esforça para reduzir o livro a uma simples dissertação de história – de que presume entender.

Para que o meu ilustre amigo ajuíze da ignorância do tal crítico nestas ciências, basta lembrar-se disto: ele acredita e afirma que durante o período glaciário na Europa já existiam civilizações na Média e na Bactriana!...Ele não sabe – bem-aventurado – que esse período glaciário foi geral para todas as zonas isotérmicas do hemisfério norte – porque a meteorologia não conhece as nossas convenções geográficas. No entanto, ele pensa que só a Europa – porque só ali os vestígios do *diluvium* têm sido bem estudados – que só aquela parte do mundo passou pela fase glaciária; e diz que, com esse período, coincidiram civilizações históricas na Ásia. Não me espanta que um criticógrafo considere as civilizações históricas da Índia e da Média contemporâneas do *diluvium*, que ocorreu nos fins do período terciário – começo do pleistoceno, justamente na época em que apareceram os primeiros sinais incontestáveis da existência do homem no planeta. Não me admira isto; ele está no seu papel de ignorante, disseminador de insanidades mentais; o que me espanta é que não se lhe note nenhum movimento de pejo ao falar destas coisas. É que lhe falta, não só preparo, a ciência, como também o método científico de pensar e julgar. O velho cacógrafo nunca passou de um verbocinante, indigesto na forma, caótico na substância. Por isso todos o reconhecem: não há desprazer intelectual comparável ao de lê-lo. A sua mentalidade é um pântano de ignorância, invejas e vaidades.

Mas há acusações formais – de erros e contradições, acusações que devem ser rebatidas, dirá você.

Ainda neste caso, poderia eu escusar-me a essa polêmica, que me obriga a um contato esperitual tão pouco agradável. Entregaria o livro e a crítica ao julgamento dos que podem julgar. Mas não será assim.

Não quero que seja assim. O meu livro é uma obra de amor – de muito amor à minha terra. Quando o escrevi, roubando o meu tempo às excursões, aos passeios e aos estudos que deveria fazer na Europa, é porque estava convencido que se deviam dizer e propagar as verdades que dele se dizem. Eu bem sabia que o reacionarismo dos eternos exploradores acharia penas que me enxovalhassem. Esperava por isso. Eu o sabia, e bem disse: que a exploração, o parasitismo, a violência e a injustiça dispõem de uns pseudo-sábios para defender-se. São esses mesmos que, há duzentos anos, seriam negreiros ou pegadores de índios – se tivessem coragem de afrontar a morte; hoje são teóricos, a serviço dos fortes e dos sugadores.

Sempre foi propósito meu aproveitar esses ataques para repetir e reforçar as afirmações do meu livro. Eis que aparece o infeliz (cujo último avatar criticológico é um lusitanismo agudo) e agride-me. Aceito jubiloso os seus doestos; não lhe respondo diretamente porque ele não tem direito a essa resposta. Mas acharei ocasião, e muito brevemente, de, propagando as ideias que me são caras, mostrar os verdadeiros intuitos dessa crítica alagada e insultuosa, e

de reduzir ao que elas valem as suas repetidas acusações. Serenamente, e implacavelmente, mostrarei também de que lado estão as asneiras, os dislates, as chatices, os Eros grosseiros, as toleimas... como se diz no estilo predileto criticógrafo.

Não perderei a ocasião, por mais que me penalize amargar a alma, já naturalmente odienta e turva, de um homem cuja insensatez mais se acentua com a velhice, e cujos despeitos invejosos crescem na medida do justo desconceito em que o tem o público letrado daqui. É um pobre de espírito que vai até reforçar a sua crítica com as mofinazinhas anônimas nos pedidos, ansioso por fazer escândalo em torno dos desalinhavos com que anunciava liquidar o meu livro. E mais lhe cresce a amargura e o ódio, porque ele sabe que a sua crítica, hoje, não faz mal, nem bem, não faz nem desfaz reputações; é uma enxurrada nada estranhável nesta época de cheias e brejais. Serve, quando muito, para os submedíocres do interior, que ingênuos, ainda pensam haver alguma significação de crítica na sonoridade desta meia dúzia de sílabas – sylvioromero. Cria-me muito amigo e admirador. Manoel Bomfim. (BOMFIM, 1906, p. 169-170).

Esta foi a única resposta de Manoel Bomfim a Sílvio Romero. É possível observar que Bomfim se recusou a debater o assunto com Romero, e a “ocasião para a resposta diretamente” mencionada na carta, nunca aconteceu. O fato é que na carta não houve uma discussão das ideias contidas em *A América Latina: males de origem* como, por exemplo, o parasitismo social, o racismo científico ou o sistema oligárquico de dominação das elites. Foram apenas insultos e explosões destemperadas. Apesar disso, a polêmica foi instaurada, e não houve demora na resposta de Sílvio Romero ao “Manoel das invejas”, novamente em *Os Annaes*. Posteriormente este artigo fez parte de uma compilação intitulada *Provocações e debates: contribuições para o estudo do Brasil social* de 1910, também pela Livraria Chardon:

O exagero da descompostura da falta de respeito atesta-o (...) Em vez de um artigo de ciência, ao menos da que ele sabe, saiu-se com um xingamento despreparado.

O jovem mestre o Pedagogium é um discípulo da mesma escola. A uma crítica em que se falava, é certo, com intenção de corrigir, em erros, ignorâncias, disparates, o moço retruca – espantando-me pela incivilidade – numa descompassada grita de alta geringonça, em que os epítetos mais réles são atirados ao adversário.

Coitado do Invejado! Tanta sandice! Que curto é esse demônio! Como dá trabalho, como é aborrecido lidar com um rapaz tão tapado! Bomfim não sabe nada de ciência alguma e exatamente nas ciências naturais é que ele é completamente zero. Tudo aquilo está errado.

Que trabalhadeira, meu amigo! Estou quase arrependido de ter escrito aqueles artigos, porque só a isso devo a obrigação desta nova marcada: ensinar, de graça, a quem nem sequer, entende o que se lhe ensina! Mas é o meu fado!

Pobre Invejado! Que rapaz estúpido! Se eu, repetindo verdades, pois que não existe uma só proposição nos meus escritos que não seja o resultado de acurado estudo, sou um disseminador de insanidades mentais, que ficará sendo o Invejado do Bomfim, que tem vivido a dizer tolices, erros e disparates?

Larga essa história de letras, Manoel; toma meu conselho: não tens embocadura para isso. Larga, larga e vai por aí a receitar drogas e purgantes. Mesmo nisso não farás boa figura, por que és pouco inteligente; mas, enfim, é onde apesar de tudo, poderás ficar. Mas toma cuidado que te não entrem a invejar...

(...) As carreiras, pois, devo passar sobre as insinuações do Bomfim, além da tal dos períodos glaciários, que ficou desfeita: a aludida inveja o meu lusitanismo, o desconceito do público letrado do Rio, o apreço dos submediócras do interior.

Com franqueza e sem a mais leve sombra de zanga, pois que estou a escrever estas linhas na mais perfeita calma, não sei porque é que o nosso manso Bomfim deu em se supor invejado.

Pela estirpe, pela geração, pela fidalguia da origem? Creio que não, e ele deve, provavelmente, saber o motivo.

(...) Pela posição política? Creio que não, a despeito da proteção do poderoso clã que dispunha até pouco tempo do instituto Profissional.

Pelo valor científico e literário? Menos ainda; porque o jovem Manoel Invejado é muito curto de inteligência (...) (ROMERO, 1910, p. 223-237).

Alguns estudiosos sobre Manoel Bomfim, como Aguiar (2000) e Uemori (2006) questionam acerca do seu silêncio em relação a Romero. Aquela era uma significativa oportunidade de reafirmar seu contradiscurso e assim valorizar *A América Latina: males de origem*, ademais Romero tinha lido sua obra e, embora tenha sido corrosivo em suas considerações, deu-se ao trabalho de escrever sobre ela e seu autor. Entretanto, Bomfim optou por se manter passivo e talvez por isso, pareceu amargar ares de derrota. Certamente ao escolher não participar de um debate com uma figura representativa como Romero, abriu mão de um importante instrumento do campo dos letrados para conquistar o público e construir uma reputação, isto é, estar em evidência entre os intelectuais. Bomfim preferiu não reagir, seu arsenal bélico de palavras estavam voltados às classes dominantes, ao Estado e aos parasitas da nação. O fato, é que sua intenção não era atingir Sílvio Romero ou Nina Rodrigues, mas aos estrangeiros. Se adentrarmos pela metáfora da rede, como um tear de convergências e divergências entre estes intelectuais, de fato, no calor do momento, Sílvio Romero se preocupava mais em quem seria a agulha e a linha. Em *Um Apólogo* de 1839, Machado de Assis nos apresenta a fábula da discussão entre a agulha e a linha sobre a importância na confecção de um vestido. A linha se considerava mais importante por ser a responsável por coser os babados e rendas e a agulha por guiar a linha pelos pontos certos. Alheia à conversa da caixa de costura, a costureira prossegue seu trabalho

dando os últimos arremates no vestido da senhora que anseia pelo baile da alta sociedade. Com o vestido pronto, a costureira guarda seus instrumentos e observa a dama partir, bem como a agulha observava a linha rumo ao baile. Entre a agulha e a linha, entre aquela que abre caminho e aquela que cose, bem fez o alfinete que finca, mas também espeta, se volta para a agulha com a moral da história: “Anda, aprende, tola. Cansas-te em abrir caminho para ela e ela é que vai gozar da vida, enquanto aí ficas na caixinha de costura”. Enfim, talvez Bomfim preferisse a posição de alfinete, não se preocupando tanto com as pompas dos babados do vestido, mas com o auxílio no ato de costurar. Contudo, em seu embate com Romero, a posição de agulha também pode lhe ser atribuída. E se *A América Latina: males de origem*, não carregou as rendas e as cores do momento, certamente este foi o seu diferencial em relação a tantos outros que circulavam no baile.

No capítulo seguinte, circularemos por este baile da *Belle Époque* tropical, desfilando pela Avenida Central e também pelos cafés nas ruelas cortadas pelo grande bulevar. É o momento de pensar no contexto histórico em que Manoel Bomfim estava inserido, e nos espaços da intelectualidade a qual pertencia. Como mencionamos, *A América Latina: males de origem* é uma obra importante neste momento, sobretudo, por balizar alguns pontos sobre Bomfim. Dentre eles, a sua carreira intelectual, a sua preocupação com a educação e até mesmo as suas nuances textuais interpretativas.



## CAPÍTULO II

### A CIDADE ATRAVÉS DO ESPELHO: A BELLE ÉPOQUE TROPICAL

#### 2.1 A antítese dos becos e bulevares

Convenceu-o que devia modificar radicalmente o aspecto da capital. Era preciso, mas devia ser feito lentamente. Ele não quis assim e eis a Bruzundanga, tornando dinheiro emprestado, para pôr as velhas casas de sua capital abaixo. De uma hora para outra, a antiga cidade desapareceu e outra surgiu como se fosse obtida por uma mutação de teatro. Havia mesmo na cousa muito de cenografia<sup>28</sup> (BARRETO, 2009, p. 38).

Período compreendido entre 1898-1914, a *Belle Époque* carioca pode ser considerada uma importante fase na história cultural brasileira, especialmente em relação às questões profundamente enraizadas ao passado carioca, que vão além de sua herança arquitetônica alcançando uma perspectiva histórica, social e cultural. No início do século XX novos valores ganharam força na sociedade brasileira, a cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, era um pólo irradiador de cultura, sobretudo em se tratando das novidades europeias. Podemos afirmar que naquele momento a Capital era um símbolo da República próspera e da brasilidade em caráter nacional e internacional. Para este estudo, procuramos relacionar o campo intelectual e literário neste momento histórico tendo em vista a sua relação com a atuação de Manoel Bomfim.

Segundo Needell (1999, p. 39), a *Belle Époque* inicia-se no governo do Presidente Campos Salles em 1898 indo até 1914. Antes do processo de transformação urbana, a situação da cidade do Rio de Janeiro era de péssimas condições urbanas e sanitárias. As praças e jardins eram poucos, além das habitações miseráveis. O espaço urbano era caracterizado por suas ruas de traçado irregular, becos, casario baixo e sobrados entremeados. As ruelas eram estreitas e mal cuidadas dificultando o trânsito e o comércio na região do centro da cidade. Somados a estes

---

<sup>28</sup> *Os Bruzundangas*, publicado em 1923 é obra póstuma de Lima Barreto. O autor satiriza uma fictícia nação onde ele mesmo teria residido. *Bruzundanga* (substantivo feminino que pode significar palavrado confuso, mistura de coisas imprestáveis, mixórdia, trapalhada, embrulhada) era um país onde a nobreza se dividia de duas formas, uma constituída pelos chamados doutores – aqueles que tinham feito medicina, direito, engenharia – e a outra formada por novos ricos que adquiriam títulos e prestígio indo à Europa. Neste livro Lima Barreto fala da arte de furto, de nepotismos desenfreados, de favorecimentos e privilégios, enfim, uma crítica aguda a sociedade.

problemas as epidemias com proliferação de febre amarela, de varíola, de malária e de tuberculose, assolavam a população. Segundo Sevcenko (1999, p. 33), a população mais pobre vivia em cortiços, antigos casarões deixados pela burguesia que abandonara o centro para as novas áreas de expansão da cidade, especialmente ao sul e a oeste da cidade.

Os ideais de progresso da *Belle Époque* conviviam com crises políticas e econômicas. Com um compasso próprio, era um período oscilante porém de ritmo intenso que se ampliava pelos setores da sociedade brasileira, especialmente a elite, pensando na ideia de progresso, prestígio e civilidade:

No afã do esforço modernizador, as novas elites se empenhavam em reduzir a complexa realidade social brasileira, singularizada pelas mazelas herdadas do colonialismo e da escravidão, ao ajustamento em conformidade com padrões abstratos de gestão social de modelos europeus ou norte-americanos. Fosse esses os modelos da missão civilizadora das culturas da Europa do Norte, do urbanismo científico, da opinião pública esclarecida e participativa ou da crença resignada da infalibilidade do progresso. Era como se a instauração do novo regime implicasse pelo mesmo ato o cancelamento de toda a herança do passado histórico do país e pela mera reforma institucional ele tivesse fixado um nexos co-extensivo com a cultura e a sociedade das potências industrializadas. A compreensão dos fenômenos do subdesenvolvimento e das desigualdades inerentes ao sistema de trocas no mercado internacional levou um longo tempo para germinar e adquirir uma significativa substância crítica entre as elites republicanas. E enquanto essa consciência crítica não amadurecia, prevaleceu o sentimento de vergonha, desprezo e ojeriza em relação ao passado, aos grupos sociais e rituais da cultura que evocassem hábitos de um tempo que se julgava para sempre e felizmente superado (SEVCENKO, 1998, p. 27).

A imediata modernização do país era uma das metas da nova elite republicana, que estimulou intensivamente a entrada de capitais ingleses e norte-americanos no Brasil. Durante este período ocorre a mais escandalosa fraude especulativa de todos os tempos no mercado de ações: o Encilhamento. Apesar de flutuante, estes recursos permitiam a ampliação do mercado industrial e de consumo, além das atividades de exportação e importação, ou seja, do comércio. A Capital tornava-se um centro de recursos comerciais e industriais. Em destaque, o Porto do Rio de Janeiro que, segundo Sevcenko (1998, p. 27), na virada do século era o décimo quinto Porto do mundo em volume de comércio. As sedes do Banco do Brasil e de outros bancos nacionais ou estrangeiros, além da Bolsa de Valores também se encontravam na Capital Federal. Além da maior rede ferroviária do país e um promissor mercado consumidor e de mão-de-obra industrial,

influenciando outras cidades brasileiras, como, por exemplo, Manaus, Fortaleza, Recife e São Paulo.

A cultura modernista da *Belle Époque* é eminentemente urbana, a cidade consolida os espaços culturais e seus sujeitos. Enfim, é o lugar da construção seja em prédios, seja em pessoas. A vida moderna representada pelo progresso é realizada através da ideia do conforto e da prosperidade. Este cenário exigia além da remodelação urbana, novos figurinos, espaços, cerceando relacionamentos sociais, políticos e intelectuais:

O Brasil entrou – e já era tempo – em fase de restauração do trabalho. A higiene, a beleza, a arte, o “conforto” já encontraram quem lhes abrisse as portas desta terra, de onde andavam banidos por um decreto da Indiferença e da Ignominia coligadas. O Rio de Janeiro, principalmente, vai passar e já está passando por uma transformação radical. A velha cidade, feia e suja, tem seus dias contados (BILAC, 1904, p. 5).

Logo se via a transformação do espaço público, do modo de vida e da mentalidade carioca através da mudança de hábitos costumes que lembrassem o popular e pudesse ir contra a imagem de civilidade, dentro dos padrões europeus, sobretudo, parisiense. Dos becos e ruelas aos bulevares, a cidade era a metáfora do progresso, e a “antiga cidade” já tinha a sua lápide de mármore:

No aludir das paredes, no ruir das pedras, no esfarelar do barro, havia um longo gemido. Era o gemido soturno e lamentoso do Passado, do Atraso, do Opróbio. A cidade colonial, imunda, retrógada, emperrada nas suas velhas tradições, estava soluçando no soluçar daqueles apodrecidos materiais que desabavam. Mas o hino das claro picaretas abafava esse protesto impotente. Com que alegria cantavam elas – as picaretas regeneradoras! E como as almas dos que ali estavam compreendiam bem o que elas diziam, no seu clamor incessante e rítmico, celebrando a vitória da higiene, do bom gosto e da arte! (BILAC, 1904), p. 6.

Em meio a esta euforia de modernização e “europeização” do Brasil por parte das elites nacionais, o país vivia inúmeros contrastes que representava o atraso e tais conflitos estavam presentes na Capital:

Embora os brasileiros invejassem a civilização e o progresso do Atlântico Norte, eles também os consideravam uma conquista específica da Europa. (...) Por outro lado, aceitava-se com naturalidade a precária adoção de tecnologias, costumes e capitais estrangeiros no Rio de Janeiro, reflexo das realidades neocoloniais. Na verdade, os habitantes das províncias pensavam no Rio como

uma cidade magnífica, capaz de conferir prestígio urbano a quem a visitasse. Apenas os brasileiros que conheciam o estrangeiro vislumbravam a enorme distância que separava sua pátria da Civilização (NEEDELL, 1993, p. 48).

Diversas tentativas de mudar os hábitos da população, principalmente as das camadas de baixa renda foram realizados. Como por exemplo, de civilizar o carnaval, seguindo os moldes venezianos substituindo as fantasias de índios por colombinas e pierrôs, além das religiões afrobrasileiras, sendo tolerável apenas kardecismo devido às origens francesas de Alan Kardec. Segundo Velloso (1987, p. 24), a elite adquiriu uma preocupação com o modo de vestir e de se comportar e para isto impôs um modelo civilizatório sem hesitar do aparato repressivo do Estado: como uma lei que obrigava todos os cidadãos a usar paletó e sapatos. As festas populares e as barracas de São João também foram alvo de proibições:

As barracas, quiosques, favelas, freges (restaurantes populares) e zungas (hospedarias baratas) são vistos como resquícios da velha cidade. Peças destoantes da nova estética arquitetônica, tais elementos devem ser varridos do mapa citadino. Para pôr fim a essa 'feira africana' é então criada uma vasta legislação destinada a eliminar de vez os pequenos comerciantes que comprometeriam a civilidade urbana (VELLOSO, 1987, p. 25).

Em suma, as reformas urbanas eram necessárias, sobretudo, para atender ao modelo de modernidade, ansiando construir um cenário de metrópole com o clímax cosmopolita do progresso, ou seja, a Capital tinha de deixar a realidade caótica para refletir uma nova identidade higiênica e ordenada. Desse modo, o discurso higienista não hesitou em apontar as formas populares de moradia localizadas no centro da cidade como a principal fonte de diversas doenças que assolavam a cidade na época, prejudicando a imagem do país no exterior. Assim foi declarada uma guerra aos cortiços, que passaram a seguir diversas regras impossibilitando a construção de novos e restringindo a reforma dos antigos.

Tencionando suplantar os estigmas da cidade pestilenta e insalubre, medidas como a vacinação sistemática e obrigatória, a desinfecção das habitações e o isolamento dos doentes foram impostas. A sua imposição visava sanar os males que acarretavam em números significativos de obituário, particularmente, entre as crianças que, subnutridas e malcuidadas, morriam de diarreia, gripe, varíola, malária, sarampo, entre outras doenças que poderiam ser evitadas ou, até mesmo, curadas (CAMARA, 2010, p. 86).

Era nítida a incompatibilidade da velha cidade colonial com as novas formas de articulação urbana impostas pela nova ordem econômica, deixando aberto o caminho para a realização das transformações urbanas nos moldes franceses do século XIX. A demolição e a consequente expulsão das camadas populares foi realizada sem nenhum plano de apoio, seja através de indenizações em dinheiro ou de acomodação em habitações populares, que acabaram resultando no início do processo de favelização do centro da cidade do Rio de Janeiro a partir de 1870:

Desde a segunda metade do século XIX, a idéia que faziam os governantes da ação urbanística sobre a cidade era primordialmente solucionar os problemas de circulação e saneamento. Já naquela época, em várias capitais européias, inspiradas nas obras do Barão de Haussmann, foram implantados novos projetos de alinhamentos para as ruas existentes, e inúmeras cirurgias – cortes abruptos do tecido urbano – deram origem a novas avenidas.

De um lado e de outro dessas vias, foram construídos imponentes prédios destinados a substituir as simplórias e insalubres edificações que ocupavam as áreas a renovar. As desapropriações tornavam-se imprescindíveis e as camadas sociais mais baixas eram virtualmente empurradas para locais menos nobres, afastadas pelos locais atingidos pelas intervenções (LIMA, 2000, p. 179).

Diante de tais problemas, Rodrigues Alves, que assumiu a presidência em quinze de novembro de 1902, aprovou, com o apoio do Congresso, a Lei nº 939, que alterava radicalmente a organização municipal do Distrito Federal, cabendo ao presidente a indicação do cargo de Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro. Desse modo, foi nomeado para o cargo de prefeito o engenheiro Pereira Passos (1903-1906), diplomado em Matemática pela Escola Militar e com curso de Engenharia na França. Pereira Passos já iniciaria em seu primeiro ano como prefeito um enorme programa de obras nos moldes de Paris de Haussmann<sup>29</sup>, concebendo um plano em três dimensões: a modernização do Porto, o saneamento da cidade e a reforma urbana. Rodrigues Alves contava com um time de técnicos com poderes ilimitados: o engenheiro Lauro Müller para a reforma do porto; o médico sanitariano Oswaldo Cruz para o saneamento e o engenheiro

<sup>29</sup> Juntamente com Luís Napoleão, Haussmann foi responsável pela reforma da Paris moderna entre 1853 e 1870. Esta reforma urbana consistia em três programas de demolição e construção: substituição das ruas estreitas e congestionadas por bulevares circulares e avenidas mais largas que passassem pelo coração da cidade; desmembramento de bairros operários superpovoados e potenciais centros de revolta alegando o controle de epidemias, podendo assim renovar o sistema de esgoto e o acesso a água potável; e por fim embelezar a cidade com a paisagem típica parisiense marcada por grandes monumentos e edifícios imponentes caracterizados pelo estilo de época, o *Beaux-Arts*. Estes combinam influências gregas e romanas com idéias renascentistas, com muitas colunas, flores, estátuas, etc - no Brasil, um exemplo é o Teatro Municipal do Rio de Janeiro, inspirado na Ópera de Paris (NEEDEL, 1993, p. 51).

urbanista Pereira Passos, que havia acompanhado a reforma urbana de Paris sob o comando do barão de Haussmann. Os três se voltaram contra os casarões da área central porque cerceava o acesso ao porto, comprometia a segurança sanitária e bloqueava o livre fluxo indispensável para a circulação numa cidade moderna.

Segundo Needell (1993, p. 55) e Sevckenko (1995, p. 31), a *Belle Époque* também se consolidou por representar os interesses de um grupo social hegemônico, a burguesia urbana, exibindo como grandes trunfos para a “regeneração” a *decor* urbana: logo, os casarões coloniais e imperiais eram demolidos para dar lugar a palácios de mármore, praças, jardins e amplas avenidas. Tanto a decoração quanto os materiais para construí-la eram importados da Europa. Estes monumentos e fachadas: do Palácio Monroe (1906), da Escola Nacional de Belas-Artes (1908), do Teatro Municipal (1909) e da Biblioteca Nacional (1910) refletiam muito mais que um cartão-postal. Sua importância metafórica na imaginação popular funcionava como um símbolo do progresso e transmitia uma sensação de civilidade.

Outro marco significativo no centro da cidade urbanizada era a Avenida Central (1904<sup>30</sup>). Idealizada por Lauro Muller, era imenso bulevar que cortava o centro da cidade (conforme Figura 6). Olavo Bilac, um entusiasta da remodelação da cidade, descreveu este momento em sua crônica *Inauguração da Avenida* (1905):

E, pela Avenida em fora, acotovelando outros grupos, fui pensando na revolução moral e intelectual que se vai operar na população, em virtude da reforma material da cidade.

A melhor educação é a que entra pelos olhos. Bastou que, deste solo coberto de baiúcas e taperas, surgissem alguns palácios, para que imediatamente nas almas mais incultas brotasse de súbito a fina flor do bom gosto: olhos, que só haviam contemplado até então betesgas, compreenderam logo o que é arquitetura. Que não será quando da velha cidade colonial, estupidamente conservada até agora como um pesadelo do passado, apenas restar a lembrança? Para que folhagens, para que sanefas, para que bandeiras, para que coretos? Tirem-me quanto antes, já, desta Avenida que é a glória da minha cidade, esta ornamentação de festa da roça! O enfeite da Avenida é a própria Avenida – é o que ela representa de trabalho dignificador e de iniciativa ousada, de combate dado à rotina e de benefício feito ao povo! (BILAC, 1996, p. 260).

---

<sup>30</sup> A Avenida Central foi inaugurada duas vezes em sete de setembro de 1904 em comemoração ao encerramento das demolições e em quinze de novembro de 1905 para celebrar o aniversário da proclamação da República (NEEDELL p. 60). Após a morte do Ministro do Exterior o Barão de Rio Branco, em 1912, a avenida foi rebatizada de Rio Branco.



Figura 7 - Inauguração da Avenida Central por Pereira Passos em 1904. Fonte: Acervo Pereira Passos, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

A Avenida Central atuava como uma via de ligação entre o novo cais do porto e a Avenida Beira Mar. A exemplo do modelo francês, duas praças também estariam interligadas, a Praça Mauá e a Praça Floriano (atualmente conhecida por Cinelândia). Em sua inauguração, em 1904, tinha cerca de trinta edifícios prontos e, aproximadamente, noventa em construção.

As obras para a construção da Avenida Central obedeceram às regras estabelecidas em concurso divulgado em 1903, que previa a destinação obrigatória dos pavimentos térreos a um comércio de luxo e estilo que fizessem os prédios do Rio de Janeiro semelhantes aos de Paris. Em suma, o traçado largo, seus jardins e edificações, a organização espacial e os prédios do Teatro Municipal, Biblioteca Nacional, Escola de Belas Artes e dos Poderes Legislativo e Judiciário deram também importância e caracterizaram o bulevar como um marco importante da *Belle Époque* carioca (na Figura 7). No entanto, na extremidade sul da avenida, na Praça Floriano, não

era difícil notar o contraste entre a população que desfilava a moda europeia na larga passarela e a população pobre e mestiça carioca da Favela<sup>31</sup> da Providência e do morro de Santo Antônio.



Figura 8 - Cartão postal da Avenida Central em 1906. Fonte: Acervo Pereira Passos, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Podemos dizer que as obras de demolição e remodelação não buscavam somente o aspecto arquitetônico, mas expulsar a população pobre do centro da cidade. As camadas populares passavam a representar a oposição das elites e um obstáculo para o seu progresso idealizado. Esse ideal de modernidade representou para o povo a repressão, o controle e o

---

<sup>31</sup> Euclides da Cunha provavelmente foi o primeiro escritor brasileiro a escrever a palavra “favela”, no texto da obra *Os Sertões* (1902), em que aborda a Guerra de Canudos. O termo não tinha o significado pejorativo atual e era uma descrição geográfica e botânica. Euclides da Cunha define o termo favela como: “Monte ao sul de Canudos” e também descreve o termo como uma “fava” espécie de planta euforbiácea ou leguminosa (CUNHA, 1984, p. 11).



desenraizamento cultural os colocando à margem da esfera política. Não é coincidência, o termo marginalizado ser amplamente utilizado para se referir àqueles que são excluídos dos iluminados bulevares e residem nos becos e nas favelas, ou seja, às margens. As camadas populares acabaram por criar o seu espaço autônomo, paralelo e em contraste com a cidade. O conflito era inevitável:

Na memória nacional ficou apenas o registro da Belle Époque: avenidas largas e iluminadas, bulevares, jardins, elegância, beleza e mundanismo. Um cenário *art-nouveau* que pouco corresponde à realidade conflituosa do início do século, onde vários elementos culturais se entrecruzam e se chocam numa relação que nada tem de harmônica (VELLOSO, 1987, p. 10).

A cidade estava sob o efeito do espelho, invertendo a sua imagem, refletindo um duplo real: de um lado a cidade problemática e em seu reflexo a cidade moderna. O “mito de Paris”, era a forma acabada de realização do progresso e da civilidade que só a modernidade é capaz de propiciar. Os símbolos arquitetônicos da cidade concretizavam a sensação renovadora e de transformação. O “sujeito da cidade” se consolida nesta nova paisagem e se inspira por este imaginário coletivo na busca por uma identidade nacional, mesmo de cultura importada. A urbanização de Pereira Passos estimulou o domínio do simbólico sobre o real: como Alice da obra de Lewis Carroll, a travessia para o outro lado do espelho revela um mundo imaginário maravilhoso, uma “cidade maravilhosa” tal qual o “país das maravilhas”, sim, é metonímico, e de efeito real. Ao atravessar o espelho temos a inversão e as aparências são ilusões:

(...) o sonho da travessia do espelho responde a esta necessidade de renascer do outro lado, ele faz espelhar a fascinante esperança de reconciliar o dentro e o fora, e de viver definitivamente ao lado do fantasma, do imaginário, num universo desembaraçado das injunções do real e das pressões da culpabilidade (MEICHIOR-BONNET, 1994, p. 14).

No entanto, não importava se a Rua do Ouvidor fosse quase um beco ou que a Avenida Central não tivesse a dimensão da parisiense *Champs Elysées*, pois a sensação de viver em uma metrópole dava sentido à existência. Sendo o imaginário social a forma de representação do mundo, ele se legitima pela crença e não pela autenticidade:

A cultura da modernidade é eminentemente urbana e comporta a conjugação de duas dimensões indissociáveis: por um lado, a cidade, é o sítio da ação social renovadora, da transformação capitalista do mundo e a consolidação de uma nova ordem e, por outro, a cidade se torna, ela própria, o tema e o sujeito das manifestações culturais e artísticas. Assim, é na correlação modernidade-cidade que encontramos a passagem da ideia da urbe com o “local onde as coisas acontecem” para a concepção do sujeito-cidade como objeto de reflexões (PESAVENTO, 1999, p. 157).

A cidade atravessou o espelho da *Belle Époque*, e além do estabelecimento do espaço urbano, outros espaços na cidade foram consolidados, dentre eles destacamos os da criança e dos intelectuais.

## 2.2 Alguns espaços de encontro no cenário da Belle Époque

Como vimos, o traçado engenhoso parisiense modelou a cidade. E além do espaço urbano outros espaços de cunho social foram desenhados pela *Belle Époque*. Neste momento apresentaremos dois espaços que dialogam com Bomfim: o espaço da criança e o espaço dos intelectuais. O primeiro deles é relevante na discussão do autor acerca da educação e também em sua perspectiva para o ensino das crianças<sup>32</sup> e o segundo representa o círculo social em que Bomfim está inserido e o define como intelectual engajado. Sob o efeito da rede, é possível alinharmos esses dois espaços em convergência com o livro *A América Latina: males de origem*, também abordado neste capítulo.

Nesta perspectiva, para o primeiro espaço iniciaremos com o romance *O Ateneu de 1888*, de Raul Pompéia já indicava a dimensão do espaço voltado para a educação ao retratá-las através de sua narrativa em torno do cotidiano de meninos cariocas no internato, constituindo um espaço único destinado a “distribuir a educação à infância”:

(...) Eu tinha onze anos.

Frequentara como externo, durante alguns meses, uma escola familiar do Caminho Novo, onde algumas senhoras inglesas, sob a direção do pai, distribuíam educação à infância como melhor lhes parecia. Entrava às nove horas, timidamente, ignorando as lições com a maior regularidade, e bocejava até as duas, torcendo-me de insipidez sobre os carcomidos bancos que o colégio comprara, de pinho e usados, lustrosos de contato da malandragem de não sei quantas gerações de pequenos. Ao meio-dia, davam-nos pão com manteiga. Esta recordação gulosa é o que mais pronunciadamente me ficou dos meses de externato; com a lembrança de alguns companheiros – um que gostava de fazer

<sup>32</sup> No Capítulo III esta questão será evidenciada em obras específicas como *Através do Brasil*.

rir à aula, espécie interessante de mono louro, arrepiado, vivendo de morder, nas costas da mão esquerda, uma protuberância calosa que tinha; outro adamado, elegante, sempre retirado, que vinha à escola de branco, engomadinho e radioso, fechada a blusa em diagonal do ombro à cinta por botões de madrepérola (POMPEIA, 2008, p. 13).

Conforme Gondra e Schueler (2008, p. 17), a preocupação com a educação era sinalizada no período da proclamação da República em 1889. Contudo no período da *Belle Époque*, a ideia de civilidade foi intensificada e a intervenção do Estado era vital para progresso da nação: a criança deveria ser educada e a escola era o seu lugar, onde aprenderia também a ser um cidadão. Em uma cidade civilizada, não havia espaço para a criança que vagava pelas ruas em contato com a criminalidade, ociosidade e mendicância, situações que pendiam para o atraso. Segundo Camara (2010):

Os sentidos da infância configuraram-se como demarcadores do seu pertencimento a lugares enraizadores de seu ser no mundo. As preocupações relativas ao alto número de crianças pelas ruas e à precariedade em que muitas viviam em seus lares direcionavam os diagnósticos que acabavam por associar o empobrecimento e a miséria, a delinquência, a vadiagem. Parte constitutiva das reflexões que envolviam as condições de vida das camadas populares, a criança foi tomada como aspecto central na composição do universo de questões sociais da cidade (CAMARA, 2010, p. 66).

Desse modo, podemos afirmar que, em relação à infância, o advento da modernidade restrito a *Belle Époque* foi responsável pela demarcação de fronteiras entre a vida pública e privada, ou seja, entre o espaço público e privado, entre a casa e a rua. Uma parte da cidade era o símbolo do progresso, e a elite considerava prejudicial à civilização a circulação da criança na rua. O discurso e a intervenção do Estado em relação à criança eram não só de proteção dos perigos urbanos, mas também de controle. A própria escola assume este papel de controle, ao ser considerada o lugar onde as crianças deviam estar quando não estão em suas casas. Dessa forma, os conceitos de infância, criança e escola tornam-se intimamente relacionados:

Por um lado, a criança investida de novas funções e que adquire uma visibilidade social inédita, centro da família nuclearizada. Tal criança deveria ser protegida dos perigos do espaço público expresso espacialmente na rua, tida como locus de perigo e desvio, reduzida a local de passagem e não mais de realização de uma sociedade intergeracional (GOMES; GOUVEA, 2008, p. 49).

Esta relação entre a casa e a rua admite papéis sociais: a casa é o espaço doméstico pertencente às mulheres e crianças, enquanto os espaços públicos, ou a rua, são associados à presença masculina e do trabalho. Esta demarcação de espaço público e privado, representada especialmente neste início do século XX, é consequência das ideias de modernidade e contribui para o desenvolvimento de uma identidade de diferentes significados tanto no mundo doméstico quanto da rua, tida como um lugar do exercício do trabalho do homem, mas que também possuía perigos e desordem. Nesta perspectiva, a rua não poderia ser um espaço para as crianças e se tornaria uma ameaça para a família nuclearizada.

Este discurso da época constitui em ações políticas e sociais que visam criticar as famílias das camadas populares, associando a rua à criminalidade e a desordem, e desse modo, antagonistas do progresso. Desse modo, conforme Gomes e Gouvêa (2008, p. 52) é possível concluir que a escola torna-se uma importante ferramenta de controle do Estado, partindo de um discurso ideológico da formação da criança, existente até os dias de hoje, embora com nuances distintas.

Na crônica *Prostituição infantil*, Olavo Bilac critica a pouca atenção dada às crianças prostituídas e exploradas que perambulam pelas ruas da cidade e não confia nas tardias promessas de providências do Estado e das famílias para uma possível solução:

Mas os dias correram. As providências anunciadas não vieram. Parece que a piedade policial não se estende às crianças, e que a cadeia não foi feita para dar agasalho aos que prostituem corpos de sete a oito anos... E a cidade, à noite, continua encher-se de bandos de meninas, que vagam de teatro em teatro e de hotel em hotel, vendendo flores e aprendendo a vender beijos. Bem sei que, enquanto o mundo for mundo e enquanto houver meninas – proteja-as ou não as proteja a polícia – haverá pais que as esbordoem, mães que as vendam, cadelas que as industriem e cães que as deflorem! (BILAC, 1996, p. 305).

O outro espaço pertencente ao cenário da *Belle Époque* é o espaço dos intelectuais, frequentado por Manoel Bomfim. A transformação urbana oferecia à intelectualidade novos aspectos em seu relacionamento social e comportamental. As rodas entre os intelectuais aconteciam em salões como os organizados por Coelho Neto, cafés e confeitarias e até mesmo a boemia sofria o processo de aburguesamento. A paisagem europeizada e embelezada do espaço público desencadeou, sobretudo, ao redor da nova avenida, transformações na fisionomia da cidade instalando nestes locais do perímetro central da cidade além dos restaurantes e comércio

também se situavam jornais, revistas, cinemas e livrarias. Logo, o centro da cidade era o reduto dos intelectuais, o seu ponto de encontro e circulação.

Os intelectuais, os homens de letras, tornaram-se aqueles que dialogavam com a sociedade com seu poder de ação social, e acabavam por diferenciar a linguagem dos letrados da coloquial e disseminando a chamada norma culta: “Procurava-se, dessa forma, ‘depurar’ a língua culta da popular, evitando que esta ‘adulterasse’ os padrões linguísticos considerados civilizados” (VELLOSO, 1987, p. 25).

A fundação da Academia Brasileira de Letras em 1897, inspirada nos moldes franceses, colaborou para consolidar o papel social dos escritores como intelectuais formadores de opinião e crítica literária. A Academia caracterizou o valor simbólico do “acadêmico” e “não-acadêmico”:

Os quarenta imortais tiraram seu número da instituição de Richelieu e adaptaram o mesmo ritual das cadeiras que passavam de ocupante para ocupante, batizando-as com o nome dos fundadores e fabricando, deste modo, a linhagem literária das cadeiras. Também adotaram o costume francês de receber e saudar os novos membros com discursos celebrando sucessores e predecesores. A praxe acadêmica sublinhava o que os discursos inaugurais explicitavam – tratava-se de uma organização *à lá française*, criada para fortalecer a tradição literária, preservar a pureza da língua e promover, na nação recém-nascida, o respeito pelos feitos literários e o encorajamento de uma literatura verdadeiramente nacional (NEEDELL, 1993, p. 226).

Bomfim era um homem de letras, possuía formação acadêmica, mas não participava do seletivo grupo dos imortais da Academia. Mesmo convidado pelo próprio Machado de Assis, primeiro presidente da Academia, para se tornar um dos imortais, não aceitou fazer parte da lista dos primeiros quarenta escolhidos. Alguns autores como Aguiar (2000, p. 202) e Uemori (2006, p. 19) apontam que esta negativa de Bomfim pode ter colaborado para o seu esquecimento. No entanto, Candido (2006, p. 144) nos leva a pensar sobre a impossibilidade de responder alguns questionamentos, já que eles são tão efêmeros e instigantes quanto às atitudes de nosso autor: “como funciona a mente de um escritor? Quais são os fatores imponderáveis que o levam a escrever isto e não aquilo, deste ou daquele modo?”. Podemos estender estas palavras às suas ações, imprevisíveis, e, por isso, tão escorregadia como uma superfície de incertezas. Ficamos à deriva. Contudo, o perfil de Bomfim não pende para a hierarquia de relevância dentro do campo intelectual, ou ter qualquer visibilidade através do *status* de se tornar um membro da Academia. Seu norte não era a diferenciação, mas de juntar aos demais intelectuais. Se a figura do intelectual

engajado, sobretudo no âmbito da educação, cabe a Bomfim, isto se deve, especialmente, à sua obra *A América Latina: males de origem*. Podemos dizer que este livro de fato o consolidou como intelectual, embora não objetivasse uma participação em um grupo seleto de intelectuais: “Imprensa, revistas, círculos de estudos, bibliotecas, universidades populares – verdadeiramente populares, e não arremedos de academias, de onde o povo foge, e com razão” (BOMFIM, 1905, 208).

Para Portella (1983, p. 125) o intelectual é um interlocutor que assume o compromisso de derrubar as barricadas e enfrentar com responsabilidade o seu dever emancipador, usando da sua instrução sem ser autoritário. No momento da *Belle Époque*, os intelectuais, como Bomfim, “escritores-cidadãos”, ou ainda, “mosqueteiros intelectuais” como afirma Sevcenko (1999, p. 78) visavam uma transformação social e cultural. A democratização era entendida como a ampliação da atuação política, pois a elite brasileira era participante ativa de fatos que mudaram o cenário político, econômico e social: abolicionista, liberal democrata e republicana. Estes intelectuais foram responsáveis por um novo ativismo político, desenvolvendo a ideia do Estado-Nação com a sofisticação que agradava as elites e com o objetivo de ampliar e favorecer as ideais de mudança e modernidade. Com este ideal de crescimento (talvez irreal) do país economicamente e culturalmente.

A participação destes intelectuais letrados se dava geralmente pelos jornais já existentes desde o final do século XIX como o *Jornal do Commercio*, a *Gazeta de Notícias* e *O Paiz* seguidos por outros que vieram a existir como o *Jornal do Brasil* (1891) e o *Correio da Manhã* (1901). As crônicas foram o gênero literário com maior destaque nesse período, tendo como veículo de difusão os jornais. Como exemplo destacamos João do Rio (pseudônimo de Paulo Barreto), e suas crônicas que discutem a relação entre o progresso e a tradição, analisando as questões da transformação urbana relacionada à consciência nacional, preservação dos monumentos do passado, da memória e do patrimônio cultural da cidade. O autor era considerado por muitos como um transgressor.

Temos ainda Olavo Bilac, poeta, jornalista, membro fundador da Academia Brasileira de Letras, e além de defensor do estilo parnasiano era também conhecido como príncipe dos poetas. Sua escrita era marcada pela dualidade de poesia refinada e prosa conservadora:

(...) encontra-se em Bilac, como representante da civilização e crítico do “atraso” urbano carioca, um perfeito porta-voz da Belle Époque carioca. Aí está a chave. Sua ironia e piedade estavam reservadas para seus compatriotas e serviam em grande parte para mascarar a vergonha e a raiva. Sua função na equipe de Pereira Passos não era mera conveniência, mas uma forte coincidência de interesses ideológicos – ele se identificava desesperadamente com o Rio “civilizado”, uma metamorfose da cidade e do cidadão que ele só podia imaginar em termos de cultura francesa (NEEDELL, 1993, p. 235).

Por fim, destacamos Lima Barreto, que ao contrário dos demais, não considerava a modernidade da cidade de forma tão idealizada e promissora, mas como uma forma de exílio dos verdadeiros habitantes e da própria cidade. Além disso, para o autor o subúrbio era abordado com outra perspectiva: a de uma construção da identidade nacional, vinda do povo. Sua crítica defendia que esta nova metrópole da *Belle Époque* era uma mera projeção de uma cultura alheia à nossa, afastada do povo, questionando a própria lógica ordenadora do espaço urbano: “Vê-se bem que a principal preocupação do atual governador do Rio de Janeiro é dividi-lo em duas cidades: uma será europeia e a outra indígena” (CARETA apud VELLOSO, 1987, p. 40).

Cabe ressaltar que, embora pertencentes a um grupo de prestígio, a maioria destes intelectuais não poderia ser considerados da elite brasileira. A vida literária não permitia uma notável recompensa financeira. A *Belle Époque* também era paradoxal na perspectiva literária, nos revelando mais uma de suas facetas, mais uma de suas fachadas: a valorização da alta cultura contrastava com as limitações do meio em termos de carreira e público leitor.

Quanto a Bomfim, retomaremos às suas vestes de intelectual, contudo lhe daremos uma especificidade, diante de sua atuação no cenário da *Belle Époque*, a de intelectual engajado. O conceito de intelectual engajado que consideramos neste estudo é a formulada por Sartre (1994): como uma figura que intervém criticamente na esfera pública trazendo consigo o seu conteúdo intelectual em diferentes áreas, sua autonomia de opinião e sua visão da atualidade (apud NOVAES, 2006, p. 161). Segundo este ponto de vista, a concepção de “engajamento intelectual” é concedida àquele que atrai e alicia, conscientemente, aquele que o lê, conforme Chauí: “A fala pública e a ação pública dos intelectuais, justamente porque balizadas pela formação da autonomia, assumem dois traços principais: a defesa de causas universais, isto é, distantes de interesses particulares e a transgressão com referência à ordem vigente” (CHAUÍ apud NOVAES, 2006, p. 20).

O termo intelectual surgiu na França, em 1894, devido ao “caso Dreyfus”, em que Alfred Dreyfus, capitão das forças armadas francesas, origem judia, foi acusado injustamente de traição por atos de espionagem em favor da Alemanha. A condenação injusta por traição desencadeou uma série de protestos de diferentes tendências políticas culminando na absolvição completa do capitão em 1906. A maior dessas manifestações foi o artigo organizado com *J'accuse*, do escritor Emile Zola. Segundo Scliar:

(...) diante dessa maré de intolerância, a esquerda e os liberais se deram conta de que não poderiam ficar calados e inermes. Alguém precisava funcionar como intérprete da realidade sócio-política e cultural, como voz da consciência. Surgia assim o intelectual. A palavra, aparentemente não existia antes do caso Dreyfus. Sua criação é atribuída ora a Clemenuz ora ao jurista Maurice Barrès, que a usou para referir-se ironicamente aos signatários de um manifesto lançado em defesa de Dreyfus (SCLIAR, 2006, p. 6).

Segundo Jean-Paul Sartre (1994), o termo intelectual surge com significado pejorativo designado a alguém que adentra inconvenientemente a assuntos que não é de seu escopo, ou ainda, aquele que ao atingir notoriedade em algum campo do saber, como a literatura, a filosofia e a ciência, abusa desse mérito adquirido saindo de seu domínio e levemente se irradiando em outros domínios. Em seu primeiro manifesto, publicado no primeiro número da revista *Les Temps Modernes* de 1945, Jean-Paul Sartre lança as premissas para uma ação por parte dos intelectuais. Situando-se em seu tempo, o intelectual engajado deveria se definir pela sua posição crítica em relação ao mundo, e atuar como um representante das forças progressistas e defensor de uma causa humanitária.

Convergente ao pensamento de Sartre, Foucault, em uma entrevista ao jornal *Le Monde*, esboçou um retrato do que seria a figura do intelectual: “é o culpado. Culpado um pouco de tudo: de falar, de silenciar, de não fazer nada, de meter-se em tudo, em suma, o intelectual é a matéria-prima a julgar, a condenar, a excluir” (apud FUSINATO, 2004, p. 2). Sartre (1994, p. 26) define o intelectual moderno como um “homem–contradição”, que se conscientiza da oposição, em si mesmo e na sociedade, e está em conflito entre o dominante e dominado, mitos, valores e tradições. O discurso sartriano prescreve um modelo de intelectual engajado que induz à diferenciação entre o falso e o verdadeiro, sua crítica é vista como aquela que se contrapõe ao seu contexto histórico usando do conhecimento com propriedade e da autocrítica como uma ferramenta para expressar a sua contradição diante do que testemunha. O intelectual engajado não



dorme, está em constante e incansável vigília sobre a sociedade, e a sua tarefa é observar aquilo que está nebuloso, disfarçado sob nuances duvidosas e trazer para a certeza. O compromisso do intelectual engajado é com a ética.

Por isso, considerar Bomfim como intelectual engajado nos parece ser uma relação próxima à mão e a luva machadiana, não apenas evidente como merecida, principalmente se considerarmos as ideias apresentadas em *A América Latina: males de origem*: através de seu contradiscurso<sup>33</sup>, sua teoria sobre o parasitismo social e seus questionamentos em relação à educação como indispensável ao progresso e à democracia. Dessa forma, podemos dizer que Bomfim atuava com um intelectual de seu tempo no cenário da *Belle Époque*, e o seu engajamento, representado pela obra *A América Latina: males de origem*, desacomodou Bomfim dos palacetes de mármore confortáveis para se envolver com a sociedade e com a política. Afinal, a palavra engajada impõe riscos, tem ação porque é comprometida e intencional. As vestes que demos a Bomfim não seguem a última moda que desfila nos bulevares, ela tem elmo, espada e escudo.

### 2.3 Penetrando no nevoeiro das aparências

Este livro deriva diretamente do amor de um brasileiro pelo Brasil, da solicitude de um americano pela América. Começou no momento indeterminado em que nasceram esses sentimentos; exprime um pouco o desejo de ver esta pátria feliz, próspera, adiantada e livre. Foram esses sentimentos que me arrastaram o espírito para refletir sobre essas coisas, e o fizeram trabalhar essas idéias – o desejo vivo de conhecer os motivos dos males de que nos queixamos todos. Desse modo, as notações, as analogias, as observações, as reflexões se acumulam (BOMFIM, 1905, p. 630).

Das publicações de Manoel Bomfim, podemos dizer que *A América Latina: males de origem* é a que possui um caráter balizador, sobretudo em relação à consolidação do autor como um intelectual engajado e cientista da educação. Na obra estão delineados os seus preceitos e

---

<sup>33</sup> Sobre o conceito de contradiscurso Brandão (1998, p. 93) sintetiza: “Embora reconheçamos que nem todo discurso refutativo tem intenções polêmicas, a noção de refutação, como foi colocada aqui está estritamente ligada à de polêmica. Se toda argumentação visa a uma modificação ou a uma imposição de um ponto de vista, na refutação, que contém sempre um componente argumentativo, isso se torna mais evidente, explícito: recusa-se claramente, a fala do interlocutor, procurando apagá-la da cena enunciativa para fazer prevalecer a sua fala. A refutação constitui, portanto, um contradiscurso e o que caracteriza uma polêmica é o contradiscurso.”

concepções concernentes à formação do povo brasileiro, tendo como referência um modelo progressista cuja educação eliminaria o atraso e garantiria a soberania nacional. Segundo Alves Filho (1979, p. 12), Bomfim começou a escrever a obra quando ainda estava em Paris, e terminou de escrevê-la no Rio de Janeiro sendo publicada em 1905. O seu principal questionamento era desvendar as raízes dos problemas do Brasil e da América Latina, que se tornavam empecilhos ao progresso e a democracia destas nações. Ao defender suas ideias, Bomfim se contrapôs às teorias explicativas vigentes e a todos os seus contemporâneos. Sua obra rompeu com a neutralidade, convidando o campo intelectual, especialmente de Sílvio Romero, ao debate cercado de polêmica e crítica. Este movimento legitimou o seu engajamento intelectual e a importância de sua obra no pensamento social e político brasileiro. Para adentrarmos as reflexões de *A América Latina: males de origem*, é necessário explicitar qual seria este paradigma científico.

De acordo com Costa (2003, p. 58) o discurso científico na passagem do século XVIII para o XIX, tinha como premissa o povo de uma nação sendo estudado na perspectiva de determinantes biológicos e climáticos. Havia uma necessidade de classificar, ordenar e hierarquizar a ciência submetendo o homem aos mecanismos da natureza, às leis da hereditariedade e do determinismo do meio geográfico.

No Brasil no movimento romântico que tinha o “bom selvagem” como uma forma de negar a realidade escravocrata entrava em crise, especialmente após a Abolição da escravidão e a Proclamação da República. Naquele momento definir a nação era um impulsionador ao mundo civilizado. Para Carvalho (1998, p. 248) a intelectualidade, inspirada na corrente americanista, enfatizava a importância de se afirmar a identidade do país, visando libertá-lo de sua situação colonial. Entre o período de 1870 a 1920 verificamos que a nação idealizada dos românticos passou a representar a nação dos problemas sociais estudados pelos “homens de ciência”, os intelectuais. É importante lembrarmos que durante todo o Império e início da República, a preocupação com a imagem do país no exterior é constante no pensamento da elite intelectual e política do país, se inspirando, assim como a *Belle Époque*, nos modelos de civilidade do Velho Mundo. Para estes intelectuais, era necessária a adaptação de teorias européias para pensar a realidade brasileira e o papel do intelectual consistia em utilizar novas teorias que possibilitassem orientar reformas sociais e políticas, ou seja, além dos ideais do tipo importação que efervesciam na Europa era necessária a adaptação à realidade brasileira.

Em *A América Latina: males de origem*, Bomfim não objetiva enfatizar a constituição da singularidade do povo, mas explicar historicamente a formação nacional brasileira (e dos latino-americanos) buscando compreender os motivos pelos quais estes povos e se mostram atrasados socialmente e economicamente. Para Manoel Bomfim, essa relação entre países civilizados e atrasados (desenvolvidos e subdesenvolvidos), tanto do Brasil quanto dos outros países da América Latina é estabelecida pelas questões econômicas e políticas, e não étnicas ou climáticas. Estas nações latino-americanas têm como herança um passado de exploração e domínio. Bomfim não chega a falar em “povo brasileiro”, mas em “povo americano”, em posição contrária à doutrina *Monroe*<sup>34</sup>, destacando que a organização econômica escravocrata brasileira durante a Colônia e o Império, colaborava para uma nação ignorante e submissa teria reduzido a população à ignorância e a abjeção. Para o autor, desde a chegada dos portugueses, a população indígena passou pelo processo violento de escravização que impediu a constituição de uma sociedade com hábito de trabalho pacífico. A introdução dos africanos, não alterou a relação entre senhor e escravo, ou ainda, parasita e parasitário.

Apesar de o autor conversar intensamente com as questões referentes à sociedade brasileira, o seu diálogo se voltava também em compreender o Brasil no contexto dos países da América Latina. Notamos, inclusive, a sua discussão em torno do sentimento latino-americano como um participante significativo do continente americano, e para isto necessitava recuperar seu nacionalismo visando o progresso. Deste modo, para Bomfim, a América Latina e a identidade do latino-americano estavam ameaçadas, uma vez que a “civilização” como “modelo europeu” transbordava sobre ela, e esse “transbordamento” era uma ameaça. Logo, era preciso realizar um esforço consciente e metódico para avançar rumo ao progresso, entrando no movimento em condições de viver “livre entre os livres” (BOMFIM, 1993, p. 263). A sua teoria do parasitismo social enfatizava que a lógica da dominação externa imposta pelo colonialismo europeu, combinada com a dominação interna imposta pelas elites teria causado profundos males aos povos latino-americanos. Segundo o autor, o parasitismo resultava em três efeitos: o

---

<sup>34</sup> Os Estados Unidos tinham assumido uma política de isolamento em relação aos assuntos que se passavam na Europa. Os líderes norte-americanos não concordavam com as práticas de intervenção dos europeus e com isso se distanciaram da Europa, depois da Santa Aliança em 1815. O presidente, James Monroe, elaborou a chamada Doutrina de Monroe que consistia em desaprovar o direito de intervenção da Santa Aliança nos países da América do Sul, resumida na frase “América para os americanos”, tende a ser considerada como o embrião do pan-americanismo, que reforça ainda mais o isolamento norte-americano (BITTENCOURT JUNIOR; CUNHA, 2010, p. 130).

enfraquecimento do parasitado; as violências que se exerceram sobre eles e a sua adaptação às condições de vida que lhe eram impostas pelos predadores:

Nas próprias sociedades humanas ocorrem freqüentemente fatos análogos. Com as desigualdades sociais e as iniquidades e vícios das instituições presentes, o regime normal é que uma parte da sociedade viva parasitariamente do trabalho da outra. Todavia, estabeleceu-se um certo equilíbrio, e as classes parasitadas têm a sua sobrevivência garantida no fato de que a extensão dos instintos egoísticos das classes parasitas, o ócio, a devassidão, a degeneração em suma, que se manifestam fatalmente sobre os exploradores, mantêm estes últimos numa situação de relativa inferioridade (BOMFIM, 1993, p.123).

Para Bomfim o Estado seria o principal agente responsável pela caracterização do povo, desde a sua colonização garantindo o máximo de tributos e extorsões através de sua administração política, instituindo uma população desconfiada das autoridades. Dessa forma, o povo americano só pode nascer nos:

(...) núcleos de refugos, revéis, escravos fugidos, índios sobreviventes, aos massacres, um ou outro branco desgarrado...e que deram origem a essas populações que, em várias partes do sertão, vêm vivendo sob o regime de um comunismo primitivo – terras de heróis, lavrando algumas nexas de mandioca, e explorando a caça e a pesca como os selvagens de outrora, sem estímulos, ignorantes, apáticos, sem educação do trabalho, carregando os resíduos de ódios das populações martirizadas (BOMFIM, 1993, p. 131).

O livro *A América Latina: males de origem*, dedicado ao Estado de Sergipe: “Ao pedaço de terra americana em que nasci” (BOMFIM, 1993, p. 5), apresenta cinco partes, divididas em capítulos, são elas respectivamente: A Europa e a América Latina; Parasitismo e degeneração; As nações colonizadoras da América do Sul, Efeitos do parasitismo sobre as novas sociedades e As novas sociedades.

Nos primeiros capítulos da obra, Manoel Bomfim reconstitui a etnografia da península ibérica na explicação da formação de seu caráter sendo responsável por dominar os Estados de suas ex-colônias através da assimilação do “traço ibérico”, estes se tornavam escravos daquela falsa nobreza e vítimas do parasitismo social, aceitando fazer parte deste jogo de interesses em que apenas os burgueses ganhavam:

O Estado era parasita dos colonos, a Igreja parasita direta dos colonos, e parasita do Estado. Com a nobreza sucedia a mesma coisa: ou parasitava sobre o trabalho escravo, nas colônias, ou parasitava nos sinecuras e pensões. A burguesia parasitava nos monopólios, no tráfico dos negros, no comércio privilegiado. A plebe parasitava nos adros das igrejas ou nos pátios dos fidalgos (BOMFIM, 1993, p. 108).

Segundo Bomfim, as sociedades são organismos em evolução, contudo homens do governo ou de “classes dirigentes” que atuam no campo político para beneficiar causas próprias ou da elite política eram conservadores e somente uma “revolução social” poderia ser capaz de manter a ordem das instituições, fazendo-as atuarem para o povo. Desse modo, para que as próprias nações sul-americanas se desprendessem deste conservadorismo e lutassem por sua independência, o ponto de partida era a educação, que é onipresente em todos os momentos da obra, entendida como a luz que possibilita a saída das sombras da ignorância:

(...) um conservantismo, não se pode dizer obstinado, por ser, em grande parte, inconsciente, mas que se pode chamar propriamente – um conservantismo essencial, mais afetivo que intelectual. Em teoria, os homens das classes dirigentes aceitam e proclamam, como boa, a maior parte das idéias gerais, comuns, de progresso; mas, nem sabem relacionar essas idéias e princípios gerais com as necessidades próprias de cada época e com as circunstâncias especiais de cada país, nem sabem fazer essa aplicação, nem são capazes, quando ela se impõe por si mesma, do menor esforço para adaptar-se a uma conduta diversa. Não suportam que as coisas mudem em torno deles. Adotam as idéias, aceitam as palavras, mas não podem aclimatar-se às coisas que essas palavras designam.

As nações sul-americanas têm que recompor toda a sua vida política, administrativa, econômica, social e intelectual; se não querem morrer entangidas, mesquinhas e ridículas, têm que travar uma luta sistemática, direta, formal, conscientemente dirigida contra o passado, respeitando apenas a sociabilidade afetiva, natural entre as populações, e os sentimentos de hombridade e independência nacional, característicos destes povos. Tudo mais será tenazmente combatido – é o meio de levar estas sociedades ao progresso, e colocá-las a par dos outros povos, e de ganhar a distância enorme que nos separa das nações (BOMFIM, 1993, p. 171).

Dessa forma, acreditava que apenas as reformas institucionais proveriam o progresso da nação, admitindo a sua posição contrária à questão racial. Para Bomfim a presença de um sentimento nacional, que fizesse a sociedade brasileira respeitar a sua heterogeneidade de território e cultura, era também necessária ao progresso da nação:

Nada existe que garanta a conservação desses laços de solidariedade e de sentimento, essa homogeneidade de idéias já existente, e que será sempre uma grande vantagem social para o Brasil, e para a humanidade em geral: a comunidade de sentimento e de linguagem, a amizade desinteressada de populações ocupando 1/16 de todas as terras do planeta, são circunstâncias que não devem ser esquecidas. Dois indivíduos que se compreendem estão mais perto de fraternizar e progredir, principalmente se a raça, a educação e os gostos morais os aproximam também (BOMFIM, 1993, p. 173).

Bomfim admite que o “parasitismo biológico” causado pelo conservadorismo é a incapacidade daqueles de vida parasitária em mudar e combater tornando a sociedade “contaminada” até a sua degeneração, impossibilitando o progresso: “o povo não se dirige por si, não se fez por si, não tem sido o senhor dos seus destinos tem sido dirigido, governado, educado pelas classes dominantes; eles é o que fizeram, e se não presta, a culpa é de quem o não soube educar” (BOMFIM, 1993, p.180). Era necessário buscar uma cura ao conservadorismo das elites políticas, por isso sua preocupação se voltava para a mentalidade do povo que sem educação torna-se cada vez mais dominado:

A cura depende, em grande parte, da importância desse “histórico”, principalmente quando as condições presentes são relativamente favoráveis, e são tais que a elas o indivíduo se poderia adaptar facilmente, se não tivesse contra si uma herança funesta. Então, num tal caso, o empenho do clínico é dirigido, todo, não contra o meio atual, pois que este é propício – mas contra o passado, para vencê-lo e eliminá-la (BOMFIM, 1993, p. 36).

Na obra não há um determinismo biológico na explicação da formação do povo. Desse modo, os valores e as práticas derivariam do sistema de vida, criando uma base psicológica comum que seria transmitida pela hereditariedade e formando o caráter nacional. As diferenças entre os homens seria uma questão de influências externas e não necessariamente biológicas, e étnicas. Contudo, Bomfim considera relevante o papel da hereditariedade na formação de um povo, como uma unidade cultural e por isso, formadora dos traços psíquicos. Os povos latino-americanos teriam sido formados pelo caráter dos povos dominantes, aqueles que os colonizaram, gerando uma herança de costumes e práticas políticas. Desse modo, a educação ofereceria ao povo o aperfeiçoamento da inteligência, levando-o à evolução. Entretanto, tinha ressalvas em relação à concepção de determinantes biológicos na explicação da evolução da cultura de um

povo: os povos “não cultos” imitariam os povos “cultos” para evoluírem, ou seja, da imitação ou da miscigenação racial.

No caso do povo brasileiro Bomfim enfatiza a sua especificidade caracterizada pela mistura do negro, indígena e branco. Esta mistura resultaria em um homem forte e cordial, representante do momento histórico em que via uma figura diferente da relação simbólica entre preto e branco/escravo e senhor. Ao apontar a cordialidade como resultando das misturas étnicas brasileiras, Bomfim considerava que a violência e falta de civilidade são conseqüências da falta de educação.

Bomfim era um estudioso das ideias de Darwin, mas tinha um discurso contrário à vertente dos adeptos à teoria das raças inferiores ou “darwinismo social” (UEMORI, 2008, p.56). Acreditava na evolução de uma nação através da cultura e da educação oferecida pela escola. Em sua concepção o darwinismo social seria uma leitura incorreta da obra de Darwin pelos sociólogos adeptos do egoísmo e da exploração, usando das teorias de conservação da espécie como uma forma de justificar a conquista de um povo sobre o outro:

Aí vem, nas entrelinhas, o nome respeitado de Darwin, servindo para pleitear a causa da injustiça e da violência. Como se vê, a concepção é a mais simples possível: “São eliminados?... é porque são inferiores; assim mesmo é que devera ser – é a seleção natural...” “Pobre Darwin! Nunca supôs que a sua obra genial pudesse servir de justificação aos crimes e às vilanias de negreiros e algozes de índios!... Ao ler-se tais despropósitos, duvida-se até da sinceridade desses escritores; Darwin nunca pretendeu que a lei da seleção natural se aplicava à espécie humana, como o dizem os teóricos do egoísmo e da rapinagem. Ele reconheceu que os seres vivos lutam pela vida; mas esta expressão “luta” não tem, na teoria, o sentido estreito a que reduzem os espíritos acanhados; luta pela vida quer dizer, para ele, tendência a viver, esforço para conservar a vida e propagá-la, e não, simplesmente, conflito material, agressão cruenta. Os processos empregados pelos seres, nesta luta, são inúmeros, e inúmeros são os tipos que resistiram e venceram sem ser por meio de luta física (BOMFIM, 1993, p. 249).

É evidenciado neste momento no texto o contradiscurso de Bomfim que incomodou a intelectualidade se afastando do paradigma científico de sua época:

Não é, portanto, pelo rigor teórico que se diferencia a produção de Bomfim da de seus contemporâneos, mas pela perspectiva crítica que assume. A diferença entre seu texto e a produção de virada do século não se dá a partir da adoção de maior rigor ou cientificidade. O texto de Bomfim se inscreve no panorama intelectual que lhe é contemporâneo como contradiscurso, discurso

crítico que se elabora no interior do próprio discurso ideológico dominante, como o seu “negativo”, a sua “contradição” (SUSSEKIND; VENTURA, 1984, p. 14).

Na segunda metade do século XIX, as teorias explicativas em relação ao progresso das nações vinham da Europa, especialmente do positivismo de Comte, do evolucionismo de Spencer, do transformismo de Darwin e da etnologia de Gobineau, dentre outros. Estas teorias moldaram o discurso explicador político-social do Brasil e estava presente no debates entre intelectuais e políticos, buscando entender a constituição da nação brasileira e o seu atraso. No fim do século XIX a ideia de que a composição multirracial era um obstáculo para a formação da nação ganhou força: a teoria da desigualdade inata das raças, defendida por Gobineau e Gustave Le Bon. Esta teoria acabou sendo adotada por uma parcela dos intelectuais brasileiros, influenciando o pensamento social e político. Segundo Schwarcz:

(...) as raças constituiriam fenômenos finais, resultados imutáveis, sendo todo cruzamento, por princípio entendido como erro. As decorrências lógicas desse tipo de postulado eram duas: enaltecer a existência de ‘tipos puros’ – e portanto não sujeitos a processos de miscigenação – e compreender a mestiçagem como sinônimo de degeneração não só racial como social (SCHWARCZ, 1993, p. 58).

Os intelectuais como Nina Rodrigues em seu livro *Os Africanos no Brasil* de 1932 considerava problemática a formação do povo brasileiro oriundo da miscigenação de raças atrasadas, não aptas a uma civilização superior. Logo, a herança dos traços e do estágio mental das raças inferiores se manifestaria nos cruzamentos inter-raciais um desequilíbrio emocional e perturbações psíquicas. Em suma, a heterogeneidade racial e cultural impediria atribuir à formação do povo brasileiro uma unidade. Na perspectiva de Nina Rodrigues, o comportamento social resulta de características inatas, por isso, a influência da população africana seria um dos principais fatores da inferioridade do povo:

(...) a raça negra no Brasil, por maiores que tenham sido os seus incontestáveis serviços à nossa civilização, por mais justificadas que sejam as simpatias de que a cercou o revoltante abuso da escravidão (...) há de constituir sempre um dos fatores da nossa inferioridade como povo (RODRIGUES, 1932, p. 100).



Em convergências as ideias de Nina Rodrigues, Euclides da Cunha aponta a existência de uma diversidade étnica no país dificultando pensar na unidade do povo brasileiro. A miscigenação apagaria as qualidades das raças superiores sobressaindo as características das raças inferiores, isto é, a miscigenação era um processo degenerativo resultante da degradação do elemento branco, o mestiço tinha “índole incoerente, desigual”:

É que nessa concorrência admirável dos povos, evoluindo todos em luta sem tréguas, na qual a seleção capitaliza atributos que a hereditariedade conserva, o mestiço é um intruso. Não lutou; não é uma integração de esforços; é alguma coisa de dispersivo e dissolvente; surge, de repente, sem caracteres próprios, oscilando entre influxos opostos de legados discordes. A tendência à regressão às raças matrizes caracteriza a sua instabilidade. É a tendência instintiva a uma situação de equilíbrio (CUNHA, 1984, p. 48).

Cunha considerava que o caráter de identidade de um povo está em sua homogeneidade étnica, dessa forma condenava a imigração européia e a miscigenação racial, rejeitando a população do litoral composta de mestiços e defendendo o sertanejo, conforme retratado em seu livro *Os Sertões* de 1963. Para ele, o sertanejo era o produto do isolamento geográfico, era homogêneo, e por isso favorecia a evolução da raça:

A uniformidade, sob estes vários aspectos, é impressionadora. O sertanejo do norte é, inegavelmente, o tipo de uma subcategoria étnica já constituída. (...) A mistura de raças mui diversas é, na maioria dos casos, prejudicial. Ante as conclusões do evolucionismo, ainda quando reaja sobre o produto o influxo de uma raça superior, despontam vivíssimos estigmas da inferior. A mestiçagem extremada é um retrocesso. O indo-europeu, o negro e o brasílio-guarani ou o tapuia, exprimem estádios evolutivos que se fronteiam, e o cruzamento, sobre obliterar as qualidades preeminentes do primeiro, é um estimulante à revivescência dos atributos primitivos dos últimos. De sorte que o mestiço — traço de união entre as raças, breve existência individual em que se comprimem esforços seculares — é, quase sempre, um desequilibrado. Foville compara-os, de um modo geral, aos históricos. Mas o desequilíbrio nervoso, em tal caso, é incurável: não há terapêutica para este embater de tendências antagonistas, de raças repentinamente aproximadas, fundidas num organismo isolado (CUNHA, 1984, p. 49).

Até 1900 Sílvio Romero defendeu a ideia do branqueamento como mecanismo de recuperação das raças inferiores supondo a sua integração à civilização em três ou quatro séculos. Defendeu que a mestiçagem era uma forma de ajuste dos elementos civilizatórios europeus e, somente a partir de 1897, passou a questionar a validade da teoria e condená-la: “(...) ou se

considere a humanidade um gênero dividido em diversas espécies, ou uma espécie dividida em diferentes variedades, é sempre certo que estas coabitam entre si e produzem uma descendência fecunda” (ROMERO, 1980, p.120).

Para Bomfim, o atraso não pode ser justificado apenas pela teoria das raças, desse modo se contrapõe atribuindo como a causa do atraso “os males”, isto é, a ignorância, e enfatizando através da teoria do parasitismo social definida pela lógica da dominação externa imposta pelo colonialismo somada à dominação interna das elites. Bomfim pontuava três efeitos causados pelo parasitismo: o enfraquecimento do parasitado, as violências que se exercem sobre eles e a adaptação do parasitado às condições de vida imposta. Diagnosticou os “males” e também o “remédio” para cura: a educação, ideia reforçada em outros escritos:

Sofremos, neste momento, uma inferioridade, é verdade, relativamente aos outros povos cultos. É a ignorância, é a falta de preparo e de educação para o progresso – eis a inferioridade efetiva; mas ela é curável, facilmente curável. O remédio está indicado: a necessidade imprescindível de atender-se à instrução popular (BOMFIM, 1932, p. 59).

É com este discurso algoz, ausente de neutralidade e por isso mesmo, incômodo que *A América Latina: males de origem* se tornou uma obra tão significativa na biografia do autor e na história do pensamento social brasileiro. Como vimos, a tríade formada por *O Brasil na América* de 1929, *O Brasil na História* de 1930, *O Brasil Nação* de 1931 são sequências realizadas por Bomfim a partir das ideias levantadas pela obra de 1905. Desse modo, podemos dizer que o livro abriu os horizontes de Bomfim em relação à intelectualidade ganhando notoriedade, e também demarcou o seu engajamento, especialmente concernente à educação.

## 2.4 Quando a América Latina tornou-se Tebas

Metáfora é o onírico da linguagem e como todos os sonhos, sua interpretação reflete tanto daquele que a interpreta quanto daquele que a produz. A interpretação dos sonhos exige colaboração entre o que sonha e o que desperta, mesmo que sejam a mesma pessoa, e o ato de interpretação é em si uma obra do imaginário. Assim compreender a metáfora requer o mesmo esforço criativo de fazer uma metáfora, um pouco direcionada por regras (DAIVDSON, 1978, p. 29).

Durante a leitura do texto *A América Latina: males de origem* observamos o uso de uma linguagem metafórica. Diante da intelectualidade brasileira do início do século XX não é difícil imaginar o desconforto, ou até mesmo repúdio, no caso de Sílvio Romero, em relação à obra. Ainda mais se compararmos a seu contemporâneo Nina Rodrigues bem menos perturbador e imparcial, obedecendo à racionalidade científica da época. Como vimos, Bomfim não optou pela neutralidade, desenvolveu uma interpretação da sociedade brasileira, e latino-americanas procurando compreender os “males de origem” ou fatores determinantes na evolução destas sociedades em comparação com as nações ibéricas, tomando de empréstimo expressões do campo da medicina e botânica. O conceito de parasitismo como “decadência e degradação” permeia a obra e surge como a causa do atraso das nações latino-americanas. Ao romper com o paradigma étnico-biológico vigente adotado por Nina Rodrigues, através de um texto crítico e metafórico, certamente a recepção da obra geraria polêmicas. De fato, se legitimou como o contradiscurso do autor e ainda demarcou o seu engajamento no campo da educação.

Bomfim transformou sua obra em Tebas<sup>35</sup>, a cidade de cem portas, que Homero<sup>36</sup> em *Iliada* e Machado de Assis em seu conto *Viver!* de 1896 retrataram, nos convidando a redescobri-la:

Ao passo que a vida tinha assim uma regularidade de calendário, faziam-se a história e a civilização, e o homem, nu e desarmado, armava-se e vestia-se, construía o tugúrio e o palácio, a rude aldeia e Tebas de cem portas, criava a ciência, que perscruta, e a arte que enleva, fazia-se orador, mecânico, filósofo, corria a face do globo, descia ao ventre da terra, subia à esfera das nuvens (ASSIS, 1994, p.15).

O trecho do conto de Machado de Assis está presente no livro de Bomfim no momento em que questionava sobre a não intenção dos representantes políticos em apoiar a educação, “fornecer às inteligências em formação as verdades positivas e sãs, adquiridas pela ciência”:

A vida como a antiga Tebas tem cem portas. Fecha-se uma, outras se abrirão... Os tempos serão retificados. O mal acabará; os ventos não espalharão mais, nem os germes da morte, nem o clamor dos oprimidos, mas tão-somente a cantiga do amor perene e a bênção da universal justiça...(BOMFIM, 1993, p. 379).

---

<sup>35</sup>Tebas é uma cidade do Antigo Egito onde se situa atualmente a cidade de Luxor.

<sup>36</sup> Homero no Livro 9 da sua *Iliada* se refere a Tebas como a cidade das cem portas na qual “montões de lingotes preciosos reluziam” (CHAUÍ, 2000, p. 34).

O livro *A América Latina: males de origem* de Bomfim tinha cem portas, isto é, um texto cercado de metáforas consideradas por ele “viciadas” e “poluídas” pela naturalização dos interesses de classe e dominação, utilizado, por exemplo, em o *Manifesto Comunista* de Marx e Engels (1848) como uma forma de criticar a própria ciência e quem a produz. Segundo Sussekind e Ventura (1984, p. 15), é com base no uso explícito da metáfora que se constrói o discurso crítico de Manoel Bomfim, partindo do pressuposto da sua intencionalidade em se opor a linguagem da ciência “neutra” que oculta a metáfora por critério do conhecimento científico. Antes de abordar as metáforas usadas por Bomfim, é necessário entender alguns pontos acerca da metáfora em sua teoria, levando em consideração a questão do uso deste recurso no meio científico.

Nos primeiros momentos do livro, em sua “Advertência”, Bomfim já reconhece a utilização de procedimentos científicos a uma linguagem “imprópria”. É possível notar seu movimento oscilante entre as metáforas biológicas e o domínio histórico e econômico, como já mencionamos, e sobretudo, pendular entre ciência e afeto. Tal pêndulo acaba por evidenciar uma ambiguidade, em um texto onde ciência e paixão se misturam: “prefiro dizer o que penso, com a paixão que o assunto me inspira; paixão nem sempre é cegueira, nem impede o rigor da lógica” (BOMFIM, 1993, p. 3). Segundo Sussekind e Ventura (1984, p. 26) as críticas em relação ao livro são justificadas por estes aspectos: o caráter metafórico, o sentimento latente, a crítica à linguagem científica dominante e a ausência da objetividade em uma obra pertencente ao meio da intelectualidade científicista. O lugar da metáfora e da analogia na obra de Bomfim são observados por Sílvio Romero (1906), Wilson Martins (1977) e Antonio Candido (2006).

Sílvio Romero (1906, p. 46-47) destaca o uso do “parasitismo” como metáfora de base: “Em certo sentido, toda a enorme categoria da existência não passa duma imensa cadeia de parasitismos”, justificando que a qualidade de parasita é um predicado extenso e não define o sujeito, logo não pode exercer a função lógica de distinguir e classificar. Desse modo, diante de uma acepção genérica a metáfora acaba falseando o real significado: por exemplo, ao usar parasitismo para a “história natural” (domínio biológico) não é possível transpô-la para a “vida social” (domínio social) em uma mesma rede metafórica, ampliando, conforme observado por Sílvio Romero (1906, p. 47), em uma metáfora genérica ou única, e de significados não rigorosos, possibilitando à metáfora: indeterminação e apropriação do real:

Constrói suas cadeias metafóricas ainda com base no biológico. Demonstra a falência de grande parte das analogias biológicas que procuram dar conta do social, não efetua a passagem de uma rede metafórica que se autocritica para um solo teórico diferente. Faz eclodir, na metáfora, um horizonte teórico outro que, embora se delineando, não adquire contornos nítidos (ROMERO, 1906, p. 53).

Tanto Wilson Martins (1977, p. 274) quanto Antônio Candido (2006, p. 271) salientam que esta transposição realizada por Bomfim torna-se um obstáculo em relação à interpretação. Para Sussekind e Ventura (1984, p. 22), a cadeia metafórica de parasitismo criada por Bomfim para interpretar o social a partir do conceito biológico não implica em um “travamento da interpretação”, ao contrário, atua como um destravamento histórico dos sistemas de referências dominantes como: racismo, positivismo, etc. Em alguns momentos a não objetividade do texto inclui a crítica ao biologismo na mesma rede metafórica usada para diferenciá-la, ou ainda no uso de hipóteses ligadas às questões históricas e econômicas sem romper com o paralelismo.

Para entendermos os usos metafóricos no texto de Bomfim, apontaremos algumas questões que motivam as críticas mencionadas, mas também ilustram as posições do autor. Primeiramente Bomfim critica o positivismo como uma doutrina capitalista e incompatível com o progresso, enfatizando a promoção da educação pelo estado e, esta sim, como transformadora de uma nação próspera. Volta-se contra o racismo e o darwinismo sociológico. No entanto, se por um lado Bomfim critica a assimilação do biológico ao social, por outro sua língua mantém-se presa ao biologismo, por exemplo, no uso de “organismo” aos fatos biológicos e sociais. A crítica à teoria da inferioridade das raças é mostrada como “sofisma abjeto do egoísmo humano” (BOMFIM, 1993, p. 190) e ainda “sociologia da cobiça” (p. 270). Para Bomfim, o atraso e a inferioridade de um povo se devem à educação.

É possível pensarmos na premissa de que certos nomes pertencem às coisas, e somente quando falta esse nome, por ausência ou recurso de estilo, recorre-se a um termo impróprio, ou seja, figurado para preencher a lacuna lexical, isto é, na criação de uma metáfora. A tentativa de estabelecer limites sobre a metáfora é estar à deriva no mar das interpretações, não podemos cercear a relação que nossa mente faz entre o literal e o figurado, principalmente no caso da metáfora existente em nosso universo linguístico cognitivo antes mesmo da linguagem. O seu caráter errante é justificado pela sua produção ao nível do pensamento. Não é o objetivo deste trabalho aprofundar a questão, desse modo faremos alguns apontamentos pertinentes ao uso deste

recurso nos limites de um discurso específico, o filosófico, convergente ao discurso crítico de Bomfim em *A América Latina: males de origem*.

Em sua investigação sobre a metáfora no discurso filosófico, Ricoeur (2005) aponta seu uso hermenêutico por interpretação, deslocando pressupostos da retórica para a semântica, desviando os problemas de sentido para os de referência. Desse modo, procurou analisar até que ponto a metáfora pode ser entendida no nível da palavra, como unidade ou tropo, e neste caso a unidade seria a frase. No primeiro caso, temos a aproximação com a teoria aristotélica. Foi definida em sua *Poética* como “a transposição do nome de uma coisa para outra, transposição do gênero para a espécie, ou da espécie para o gênero, ou de uma espécie para outra, por via de analogia” (ARISTÓTELES, 1987, p. 312).

Na *Retórica*, Aristóteles retoma a noção de transposição e afirma que “as metáforas são enigmas velados e nisso se reconhece que a transposição de sentido foi bem sucedida” (ARISTÓTELES, 1987, p. 195). No caso ao considerar a frase como a unidade de significação, segundo a teoria da significação, considerando um sentido próprio das palavras em um contexto na frase em que está inserida. O linguista I. A. Richards questiona sobre o sentido próprio de uma palavra tornando-a dependente de um contexto: “Nós somos coisas que respondem as outras coisas” (apud RICOEUR 2005, p. 196). Contudo, se entendermos que o contexto do discurso é um terreno vasto, e um enunciado metafórico as palavras atuam uma sobre as outras para produzir um sentido, logo “uma determinada ação que as palavras exercem umas sobre as outras na frase” (RICOEUR, 2005, p.195). Em suma, para o autor o papel da metáfora e suas diferentes interpretações podem estar ligado às intenções e às convenções do contexto. Desse modo, é possível pensarmos no texto de Bomfim se diferenciando da produção intelectual de seu tempo, não no sentido da construção de um novo paradigma científico, mas de ir contra ele através de um discurso crítico que transparece ao discurso científico vigente as suas contradições. Enfim, eram metáforas intencionais: palavras e contexto usados na linguagem figurada para o autor não dizer explicitamente e ainda assim ser entendido. Enfim, conforme esta proposta de Ricoeur (2005) a metáfora poderia ser usada a rigor com a ciência e controlada pelo autor.

Em oposição a esta posição, Derrida (1993) na *Mitologia branca*, desconstrói o discurso filosófico quando levanta uma suspeita universal afirmando que a metáfora é definida em seu fundamento como um recurso metafórico, ou seja, de cunho interpretativo e não-literal. O autor

utiliza o conceito de “usura” como um desgaste responsável pelo apagamento dos significados iniciais:

O sentido primitivo, a figura original, sempre sensível e material (“todas as palavras da linguagem humana foram originalmente impressas com uma figura material e...todas representavam na sua novidade alguma imagem sensível..., materialismo fatal do vocabulário...”) não é exatamente uma metáfora. É uma espécie de figura transparente, equivalente a um sentido próprio. Torna-se metáfora quando o discurso filosófico põe-na em circulação. Esquece-se, então, simultaneamente, o primeiro sentido e o primeiro deslocamento. Não notamos já a metáfora e tomamo-la pelo sentido próprio (DERRIDA, 1993, p. 251).

Tal posição converge com a de Locke, ao refletir quanto ao abuso do uso da metáfora optando pela monossímia. Para o filósofo, o uso exagerado do sentido figurado causa desvios interpretativos, confusões de ideias e ilusões de significados. As palavras ficariam viciadas e vazias em relação ao significado. Em seu *Ensaio sobre o entendimento humano* (1690) indica remédios para evitar abusos propositais das metáforas. Os autores acreditavam que o excesso do uso metafórico em um texto prejudicaria a interpretação do próprio texto e desvirtuaria o real significado daquelas palavras, ou seja, considerado um abuso. Segundo Sussekind e Ventura (1984, p. 16), Manoel Bomfim desloca o sentido homológico de “parasitismo” para uma utilização metafórica que muitas vezes devido à falta de objetividade, não consegue estabelecer uma relação crítica entre as metáforas biológicas e o domínio histórico esboçando uma mesma rede metafórica para ambos.

Vale ainda ressaltar a intencionalidade do uso metafórico por Bomfim, utilizando o sentido figurado como uma forma de denunciar o encobrimento da ciência e de seu discurso dominante, se aproximando do efeito expressivo de Nietzsche na obra *Sobre Verdade e Mentira no Sentido Extra-moral* de 1873 em que questiona a “verdade” do conhecimento humano como um universo inventado, e o intelecto acaba conservando o disfarce: mente e engana. Em seu texto, Nietzsche utiliza metáforas já conhecidas com intenções desviadas, isto é, com outros significados, nos levando a aceitar o fato de que o saber é repousar em sonhos profundos sobre o dorso de um tigre (2007, p. 21). No decorrer da obra *A América Latina: males de origem*, Nietzsche é citado como referência teórica:

(...) É neste sentido que Nietzsche tem razão quando diz ser o irrespeito e o desprestígio a condição essencial de todo progresso. As nações sul-americanas têm que recompor toda a sua vida política, administrativa, econômica, social e intelectual; se não querem morrer entangidas, mesquinhas e ridículas, têm que travar uma luta sistemática, direta, formal, conscientemente dirigida contra o passado, respeitando apenas a sociabilidade afetiva, natural entre as populações, e os sentimentos de hombridade e independência nacional, característicos destes povos (BOMFIM, 1993, p. 117).

Bomfim atribui aos termos “parasita” e “parasitário” diferentes significações que se adaptam ao período histórico e relação social abordadas, e dialogam com o seu conceito de parasitismo: metrópole/ colônia; estado/ povo; capital estrangeiro/ nação, explorador/ explorado.

A cadeia base de metáforas é relacionada ao parasitismo, mas algumas são apresentadas também em expressões zoológicas como “sanguessuga” e “varejeira”. A referência ao “sugar” ou “apropriar” também é notada na escolha de metáforas como: “ventosas”, “tentáculo” ou ainda “ferrão”. As expressões médicas e metáforas de doença são evidenciadas pelo tom quase profilático do texto, como se fosse traçado um diagnóstico da nação à espera de uma “cura” para todos os “males”, de um “remédio” entendido com a educação:

Sofremos, neste momento, uma inferioridade, é verdade, relativamente aos outros povos cultos. É a IGNORÂNCIA, é a falta de preparo e de educação para o progresso – eis a inferioridade efetiva; mas ela é curável, facilmente curável. O remédio está indicado. Eis a conclusão última desta longa demonstração: a necessidade imprescritível de atender-se à instrução popular, se a América Latina se quer salvar (BOMFIM, 1993, p. 270).

Para Sussekind e Ventura (1984, p. 56) e Candido (2006, p. 177) o uso do texto metafórico na obra pode ter dificultado a sua recepção e até mesmo o seu entendimento no campo intelectual e literário. A falta de objetividade, como mencionamos, somada ao discurso crítico em relação ao discurso científico vigente nos faz refletir em relação ao silêncio de Manoel Bomfim e de sua obra. Tal fato não se limita apenas à linguagem metafórica de sua obra. Certamente, o nebuloso texto de *A América Latina: males de origem* ofereceu aos leitores e críticos contemporâneos de Bomfim um estranhamento tão labiríntico quanto as cem portas de Tebas. Contudo, o texto da obra não deixava de ser um incômodo (CANDIDO, 2006, p. 178) uma vez que questionava, denunciava e levantava questões políticas que iam de encontro ao discurso



científico, mas também de interesses políticos. Logo, a obra, mesmo metafórica, foi engajada e por isso perigosa, e colocada à margem.

Em *A América Latina: males de origem* Bomfim sinalizou a sua preocupação com a educação, sobretudo, pública, enfatizando a importância da instrução primária. Entretanto, Bomfim optou por um texto instigante ao invés de um descritivo, trazendo para o meio intelectual questões para serem debatidas. Podemos ainda considerar a obra uma demarcação em sua trajetória como intelectual engajado e também professor. A herança desta obra pode ser percebida no decorrer da carreira de Bomfim, em suas obras posteriores como, por exemplo, na tríade<sup>37</sup> e também em seu pensamento intelectual, inclusive no âmbito da educação.

No próximo capítulo pretendemos investigar a atuação de Bomfim como intelectual da educação, refletindo como uma ciência pertencente a um campo específico de estudo de sua teoria e prática. Desse modo, em um movimento de continuidade de trabalho realizado em *A América Latina: males de origem*, Bomfim dá prosseguimentos às suas reflexões acerca dos métodos ensino e da instrução primária reforçadas por sua atuação no *Pedagogium*.

---

<sup>37</sup> *O Brasil na América de 1929, O Brasil na História e O Brasil Nação em 1931.*

## CAPÍTULO III

### MANOEL BOMFIM, UM INTELLECTUAL DA EDUCAÇÃO

#### 3.1 A educação para o progresso

A educação – a formação da pessoa humana, no que ela tem de característico e superior, é, e será sempre, o problema capital para a orientação dos nossos destinos (BOMFIM, 1919, p. 14).

Ao estudarmos as obras de Manoel Bomfim observamos sua evidente preocupação com a educação. Apesar deste trabalho ter como recorte a *Belle Époque* tropical (1898-1914), algumas das obras citadas neste capítulo não fazem parte especificamente deste período. Contudo as consideramos necessárias para a compreensão do pensamento de Manoel Bomfim em relação à educação. Deste modo as indicações destas obras terão caráter superficial, atentando apenas para algumas questões relevantes a este estudo.

Iniciaremos destacando alguns apontamentos realizados por Bomfim em seus escritos iniciais e finais. Como vimos, em *A América Latina: males de origem* de 1905 a educação era entendida como um remédio para os males do país, no entanto no último livro da tríade, *O Brasil nação* de 1931, ela se tornaria a “chave utópica” para uma revolução, pois somente a instrução seria capaz de trazer a democracia e a liberdade, e conseqüentemente o progresso da nação. No âmbito desta pesquisa foi necessário balizar os momentos que identificamos como os mais significativos relacionados à atuação de Manoel Bomfim como intelectual da educação. Em primeiro lugar, a sua atuação no *Pedagogium*, de 1896 a 1905 e de 1911 a 1919, intercalando com seu mandato de Deputado Federal pelo Estado de Sergipe (1907-1908). Em segundo lugar, em sua obra *Através do Brasil* de 1910, escrito em coautoria com Olavo Bilac. A obra, de cunho didático e cívico, além de ressaltar a preocupação com a didática e os métodos de ensino, também se destaca por sua narrativa objetiva, que leva à reflexão já em seu título: propondo descobrir o país, atravessá-lo entre linhas, paisagens e personagens.

Antes da criação do *Pedagogium*, a ideia da criação de um museu escolar/pedagógico estava inserida na representação de modernidade republicana. Segundo Bastos (2002, p. 251), uma das marcas da modernidade do século XIX inspirado no modelo europeu era o ideal da preservação da memória dos homens e dos lugares, daí a importância dos museus. Rui Barbosa<sup>38</sup>, se dedicou efetivamente à criação de um museu pedagógico nacional que atuasse como uma instituição destinada à instrução de professores e que representasse a modernidade educacional brasileira. Entre as décadas de 1870 e 1880 ocorreram muitos debates em torno da criação de instituições escolares e de um museu escolar nacional (BASTOS, 2002, p. 273).

A fundação do *Pedagogium* a partir do Decreto nº 667, de 16 de agosto de 1890 foi uma medida de Benjamin Constant pelo Ministério da Instrução Pública e Menezes Vieira (1890 a 1896) foi o primeiro diretor do *Pedagogium* que funcionou em instalações provisórias, na Rua Visconde do Rio Branco nº 13. Apenas em 12 de agosto de 1895, a instituição foi transferida para o edifício situado na Rua do Passeio, nº 66, permanecendo até a sua extinção em 1919 (ver Figura 8). Vale ressaltar que Bomfim já atuava como subdiretor em 1896, se tornando diretor no mesmo ano após a morte de Menezes Vieira. Quando Bomfim iniciou seu trabalho no instituto a situação já era instável financeiramente devido aos constantes cortes de verbas, uma constante que assombrava a instituição durante toda a sua existência.

Conforme já abordado no primeiro capítulo deste estudo, o convite feito a Bomfim para assumir o cargo no *Pedagogium* foi realizado pelo Prefeito Francisco Werneck de Almeida em 1896. Em alguns escritos a referência acerca da direção de Bomfim é registrada como se tivesse ocorrido no ano de 1897. No entanto segundo Aguiar (2000, p. 203) tal divergência é devido à cerimônia oficial de nomeação realizada em março de 1897, contudo desde o final do ano de 1896 Bomfim já ocupava o cargo de diretor.

Segundo Bastos (2002, p. 309), a partir de 1897 o *Pedagogium* é municipalizado, sendo administrado pela Prefeitura do Distrito Federal. Para a autora, este fato só colaborou para atenuar os problemas existentes na instituição e dificultar ainda mais o seu funcionamento que ainda era instável:

---

<sup>38</sup> Em *Reforma do Ensino Primário e várias Instituições Complementares da Instituição Pública* (1883) dedica um capítulo especial à criação do Museu Pedagógico Nacional (BARBOSA, 2004, p. 32).

Por ato do Congresso Nacional, do ano passado, foi transferido o *Pedagogium* para o Governo do Distrito Federal e, em fevereiro do corrente ano, efetuou-se a passagem. Semelhante fato, como era natural, trouxe uma profunda alteração à vida deste Instituto. Foi preciso modificá-lo de acordo com o regime municipal dando-se-lhe a feição mais prática, de alcance mais imediato e mais intimamente ligado aos institutos da Instrução Pública a cargo do Distrito Federal. Foi mister um novo regulamento e novos serviços foram criados. Com isto, suspendeu-se, por algum tempo, o funcionamento regular deste instituto, inclusive o serviço da Revista Pedagógica, cujo último número foi publicado em janeiro do corrente ano. Só agora nos é dado restabelecer esta publicação. Apresentando-a de novo, trazemo-la profundamente modificada. Cumprira que assim fosse. Precisamos cingi-la imediatamente aos interesses do serviço da Instrução Pública do Distrito Federal. Dedicando-a principalmente ao ensino primário, profissional e popular, procuramos dar-lhe um cunho minimamente prático. A Revista será, tanto quanto possível, um guia e um auxiliar do Professor, a quem os poderes municipais desejam fornecer todos os elementos e auxílios para o perfeito desempenho de sua missão. Compreendo que a escola, principalmente a Escola Primária, deve ser essencialmente nacional, esforçar-nos-emos sempre para que a Revista, acompanhando o progresso geral da Pedagogia, seja um dos centros, um dos fatores da adaptação desse progresso. Outro empenho mantemos: é o de fazê-la de forma e tom perfeitamente acessível a todos, de modo que os leigos e estranhos à técnica do ensino possam compreendê-la e dela retirar as instruções que desejarem. O nosso lema, pois, será: Escola Nacional Prática e Popular (Revista Educação e Ensino apud BASTOS, 2002, p. 314).

Vinculada ao *Pedagogium* a *Revista Pedagógica*, foi o primeiro periódico especializado em questões educacionais financiado pelo poder público republicano, segundo Gondra (1997, p. 374), circulou entre 1890 e 1896 e demarcou a produção do discurso da instituição. Em 1897 é criada a *Revista Educação e Ensino*, um mensário com uma proposta similar à revista anterior, tendo como redator e secretário Manoel Bomfim (AGUIAR, 2000, p. 332).

A partir do contato com a instituição, Manoel Bomfim passa a explorar em seus textos algumas questões como: a valorização do ensino público, sobretudo da escola primária como sendo um direito de todos e um dever do Estado; a preocupação com a formação de professores; a necessidade do estudo da Pedagogia como uma ciência de teoria e prática e o seu empenho em oferecer uma linguagem que pudesse ser compreendida por todos. Enfim, a educação como um benefício de todos, como uma ferramenta essencial para o progresso.



Figura 9 - Fachada do *Pedagogium* situada na Rua do Passeio, nº 66 no centro do Rio de Janeiro, próximo à Avenida Central em 1903. Fonte: Acervo do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Bomfim foi diretor do *Pedagogium* por dezessete anos, de 1896 a 1905 e de 1911 a 1919<sup>39</sup> quando a instituição foi extinta pelo prefeito Paulo de Frontin. Neste intervalo entre 1905 e 1911 executou outras funções, dentre elas a de diretor da Instrução Pública em 1906 e a de Deputado Federal por Sergipe em 1907. Contudo, seu afastamento nunca foi, de fato por completo, pois no ano de 1906 inaugurou no *Pedagogium* o primeiro laboratório de psicologia experimental, que estreitou os contatos entre a instituição e os cientistas europeus. Em *Pensar e Dizer* Bomfim faz uma breve referência ao laboratório:

Durante doze anos tive à minha disposição um laboratório de psicologia; nas pastas, ainda estão acumuladas anotações, traçados, fileiras de cifras...e nunca tive coragem para organizar uma parte qualquer desses dados e de os publicar, porque nunca obtive uma elucidação satisfatória. Afigurava-se me um problema aparentemente simples. Efeitos de sugestão sobre o esforço muscular; realizava uma série de experimentações e delas resultavam, ao lado de escassas

<sup>39</sup> Apesar de extinto em 1919, Gondra (1997) e Bastos (2002, p. 314) observam pontos de contato entre as funções do *Pedagogium* e o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP): os dois institutos foram criados e mantidos pelo governo federal com o objetivo de tratar questões educacionais de forma especializada, com periódicos próprios.

indicações positivas, novos aspectos de pesquisas, isto é, novos problemas (BOMFIM, 1923, p. 27).

Além disso, enquanto exercia seu mandato como deputado, nomeou para o cargo de diretor da instituição seu amigo pessoal Olavo Bilac dando continuidade ao seu trabalho. Segundo Aguiar (2000, p. 205), a intenção de Bomfim era transformar o *Pedagogium* em uma referência no campo da pesquisa e do ensino, por isso se empenhou na instalação do primeiro laboratório de psicologia experimental, contratou professores, ampliando a oferta de cursos, comprou livros para a biblioteca da instituição e fez assinaturas de periódicos estrangeiros, principalmente franceses. Apesar de todo esforço, o *Pedagogium* sofria constantemente com a falta de verbas para manter a instituição funcionando, inclusive para a manutenção do prédio localizado no Passeio. As dificuldades financeiras acompanharam toda a trajetória da instituição ameaçando o seu fechamento e esta situação é expressa por Bomfim em um relatório ao diretor geral da Instrução Pública em 1901:

Pouco há de relatar quanto à vida deste estabelecimento. Como sabeis esta repartição esteve suspensa nas suas funções, foi a 30 de outubro do ano passado que, por uma lei do Conselho Municipal ela foi restabelecida, e, se esse curto espaço de tempo a sua vida tem-se limitado ao simples expediente, constante do recebimento e expedição de ofícios, asseio da casa e conservação do Material. E, mesmo neste particular, sabeis que tem sido impossível zelar pela conservação do material de Física e Química e pelo instrumental da aula de Geografia, atrolhados em salas acanhadas, sem as condições necessárias à boa ordem de um estabelecimento da importância deste. Sabeis igualmente que a parte melhor do prédio está ocupada pela Academia Nacional de Medicina, com enorme prejuízo para o instituto que dirijo (BOMFIM apud BASTOS, 2002, p. 310).

Um dos motivos para o desligamento de Bomfim do *Pedagogium* foi a carreira política. Exerceu o cargo de Deputado Federal por Sergipe de 17 de agosto de 1907 até 31 de dezembro de 1908. Segundo Aguiar (2000, p. 391), quando se engajou na política sua intenção era atuar em benefício da educação, sobretudo, pública. Contudo, as disputas políticas e oligárquicas não o favoreciam o autor de *A América Latina: males de origem* que também trazia consigo ideias que não eram bem-vindas, por serem revolucionárias demais. Posteriormente, Bomfim comenta seu descontentamento na obra *Cultura e educação do povo brasileiro* publicado em 1932, afirmando: “Apenas pude verificar que é longo e penoso o movimento de ideias no mecanismo da política que se fazia e que se faz no Brasil” (BOMFIM, 1932, p. 76). A preocupação com a instrução

primária foi um motivador à atuação política de Bomfim, pois acreditava que a alfabetização era requisito para o exercício do voto e, portanto, indispensável que o eleitor fosse instruído para de fato exercer a sua cidadania. Desse modo, defendeu a criação e manutenção das escolas primárias pela União, além da organização e fundação de escolas normais e a valorização do professor e sua formação:

Não há ensino sem professores. A alma do ensino é o professor. É um absurdo acreditar no êxito se um serviço de instrução com um professorado sem o necessário preparo (...).

1ª - Caberá à União fundar e manter escolas primárias, mediante acordo com os governos estaduais, nas localidades onde não existirem, ou onde existindo forem insuficientes para a respectiva população;

2ª - Caberá à União fundar em todos os estados escolas normais para a formação do professorado primário, criando na Capital Federal uma escola normal superior para a formação do professorado das escolas normais primárias e dos cursos secundários, e também dos inspetores ou delegados fiscais de ensino;

3ª - (...) os recursos fornecidos pela União para o desenvolvimento da instrução primária, nas diversas zonas do país, serão calculados tomando-se como base a relação entre a receita do estado e a respectiva população (ANAIS DA CAMARA DOS DEPUTADOS, 1907, p. 2628- 2629).

Apesar de todo o esforço, Bomfim (1932, p. 77) se mostrou pessimista diante de sua experiência parlamentar, em *Cultura e educação do povo brasileiro* (1932, p. 77) retoma o assunto: “Não encontrei dificuldade de fazer aceitar as medidas propostas. Nenhuma foi rejeitada *in limine*. Apenas pude verificar que é longo e penoso o movimento de ideias que se fazia e que se faz no Brasil”. Após sua empreitada política, não tão afortunada quanto gostaria, Bomfim se dedica apenas à educação. No entanto, em seus escritos seus ideais estão intactos, ou seja, mantém seu foco na problemática da instrução pública:

Por hora só há um meio de podermos atingir a essa almejada unificação, caracterização e nacionalização da escola primária – é o acordo voluntário de todos os estados e dos poderes da União. Cumpre provocá-lo, e, penso, não seria difícil, sobre ser de vantagens para a causa da instrução pública e da segurança da pátria brasileira; vantagens que se mede pela inteira liberdade com que cada parte entra no acordo e pela soma de inteligências, de esforços e de competência, que virão concorrer nessa obra comum.

Parece-me que não haverá uma só parcela da nação brasileira capaz de negar seu concurso para essa obra salvadora, cujos trâmites são relativamente fáceis.

Imagine-se que os poderes de todos os estados e da União resolvem conferir a um congresso de profissionais competentes, adrede nomeados por cada uma das partes, a organização das bases gerais da instrução primária, dos programas escolares (escolas primárias e normais) e a adoção dos livros escolares?... Teríamos conseguido o essencial. Contra isso que se pode objetar? Que é uma quebra da autonomia dos estados? Não, pois eles concorrem de maneira livre, ficando senhores inteiramente da administração de suas escolas (BOMFIM, 1932, p. 77).

Em seu artigo *Instrução Popular*<sup>40</sup>, Bomfim demonstra seu interesse pelo tema da educação e pela temática da educação pública. Segundo Aguiar (2000, p. 193), esse pode ter sido o primeiro contato de Bomfim com a realidade da educação brasileira:

Foi nas páginas de um trabalho estrangeiro (*Report of the Commissioner of Education – Washington 1889*) que eu pude apreciar, pela primeira vez, num quadro geral, a instrução pública no Brasil. Foi tão profunda a impressão que me causou essa leitura, pela insignificância e pobreza patentes dos nossos recursos escolares, que nunca mais me pude furtar ao desejo de observar e estudar o problema da instrução popular entre nós. De então pra cá só tenho encontrado motivos para maior desconsolo.

O que naquelas páginas se lia, aquele quadro, era o legado da instrução pública imperial.

E, quando se considera que, na instrução pública, o que mais interessa o país é a instrução primária, por ser a que mais refere a grande maioria da nação, dotando-a com as ideias originais de toda a educação intelectual, por ser a que mais concorre para a formação do caráter nacional, e do espírito público e a única que prepara os povos para ao regime democrático, levando à massa popular a soma de conhecimentos, capaz de dar a cada um a independência então indispensável nos regimes livres – é profundamente triste verificar que essa instrução quase não existia no Brasil (BOMFIM, 1932, p. 55).

O *Report*<sup>41</sup> foi divulgado pelo governo norte-americano através de uma comissão, denominada Comissão dos Dez, também nomeada pelo governo dos Estados Unidos (GONTIJO, 2010, p. 13). O relatório produziu estatísticas acerca do ensino nos diversos estados do Brasil, avaliando os programas escolares e as condições administrativas das principais escolas do país. Em linhas gerais, podemos dizer que o documento demonstrou a precariedade da educação no país indicando que 69,2% da população era analfabeta e a inexistência do ensino secundário em muitos estados.

Para Bomfim, a importância da educação primária também estava vinculada à consolidação da cultura escolar, ou seja, considerar a escola como um espaço educativo,

<sup>40</sup> Originalmente publicado no periódico *República*, n. 291, 2/9/1897.

<sup>41</sup> O relatório foi publicado na *Revista Pedagógica*, tomo , n. 48, 15 junho de 1896.



responsável por iniciar o processo de aprendizagem durante a infância. Para isto, a profissão docente deveria ser valorizada, e encontrar saberes específicos no seu campo, como por exemplo, nas ideias e metodologias oferecidas pela disciplina da pedagogia. O objetivo de Bomfim no *Pedagogium* era estimular a formação docente através de manuais didáticos como a obra *Lições de pedagogia* de 1915 e de experiências práticas construídas, como o laboratório fundado em 1906, como descreve em prefácio da obra de 1915:

Num curso normal, a cadeira de Pedagogia devera ser a discussão sistemática da doutrina da educação, isto é, a aplicação racional dos princípios científicos – biologia, psicologia, sociologia... à arte da educação. A parte de metodologia, propriamente dita, seria feita no curso das respectivas disciplinas (BOMFIM, 1915, p. 2).

Ao tratar da educação Bomfim tem sua produção escrita dividida em três tipos: 1) os artigos publicados em jornais e revistas; 2) discursos de ocasião produzidos para solenidades e 3) os livros de conhecimentos sobre educação/pedagogia destinado aos professores ou ainda voltados ao público de idade escolar. Nos artigos publicados na imprensa, o tom é de debate, assumindo um caráter mais objetivo em expor a sua relevância social, como em *Dos sistemas de ensino* da compilação *Cultura e educação do povo brasileiro*:

Não é com a instrução ministrada do alto de uma cadeira, sob certo programa, seco, dogmático, doutoral, sem a efetiva penetração da alma pela alma indiferente às afinidades espirituais, sem verdadeira intimidade, que o ensino pode influir e produzir bom efeito sobre a inteligência inexperiente e versátil da criança. De qualquer forma o que se dá é a absorção da individualidade da criança pelo sistema criando massas e destruindo as unidades sociais.

Hoje a pedagogia compreendeu que a missão da escola não é fazer sábios, nem tão somente implantar no espírito do aluno certa dose de conhecimentos; mas sim, tomando de uma inteligência qualquer, torná-la apta a aprender. Ela instrui ensinando a estudar. Os conhecimentos que confere são antes um meio que um fim. (BOMFIM, 1932, p. 63).

Quanto aos discursos, foram elaborados para duas finalidades: a parlamentar e as de solenidades, como por exemplo, as cerimônias de formatura da Escola Normal como *O respeito à criança* proferido em setembro de 1906. Neste discurso, Bomfim discutia sobre o objeto da educação, fundante na liberdade e no respeito à individualidade da criança e chamando a atenção ao ensino autoritário da palmatória:

Convençamo-nos de que ninguém tem direito sobre a criança; esta pertence a si mesmo – ao seu futuro. O nosso papel é o de garantir-lhe a plena posse da sua personalidade, armá-la para a vida, protegê-la contra as perversões e servidões possíveis. Entrada no mundo sem conhecimentos e sem vigor, ela tem que ser defendida contra as influências perniciosas e perturbadoras, que lhe embarguem o desenvolvimento das energias pessoais e a originalidade do pensamento (BOMFIM, 1906, p. 7).

Em relação aos livros temos àqueles voltado aos professores, que descrevem sua experiência em sala de aula, como no livro *Lições de pedagogia* de 1915, composto pelos resumos de suas lições no curso de pedagogia ministrado na Escola Normal. A ele se associam os livros destinados ao público em idade escolar, como *Através do Brasil* de 1910, que visava não apenas o aprendizado formal, mas também o reforço de uma consciência nacional junto à infância brasileira.

Em *Lições de Pedagogia*, Bomfim apresentou técnicas para facilitar a aprendizagem, como, por exemplo, propor princípios básicos para o ensino escolar com exercícios repetição, assimilação, produção como a lei do hábito:

É mais fácil, bem mais fácil, evitar o erro, do que o corrigir, e impedir que ele se reproduza. Não se pode considerar o erro como fortuito acidente, que passa pela mente da criança sem outras consequências, sem deixar traços. O erro é o resultado de uma elaboração especial. A afirmação, falda ou errônea, não deixa por isso de ser um ato do espírito, e, como tal, o erro participa dessa tendência essencial, inerente a todos os nossos atos – a tendência à repetição, ou a lei do hábito. Instruir educativamente, e não procurar evitar os erros substanciais, equivale a violar as leis mais elementares da psicologia: equivale a ignorar que nós nos habituamos ao erro, como nos habituamos aos atos acertados (BOMFIM, 1915, p. 307)

Nesta obra a orientação da educação tem três eixos: o físico, o intelectual e o moral, isto é, a educação deve preparar “homens robustos, inteligentes e honestos” (BOMFIM, 1915, p. 230). O patriotismo era entendido como fundamental para a completa formação moral e social e quando desenvolvido na criança, ela se tornaria um indivíduo que progride socialmente. Este progresso se refletiria na nação. O livro *Lições de Pedagogia* dava continuidade a ideia da prática como um recurso para adquirir conhecimento como ilustrado na narrativa de *Através do Brasil*, que daremos ênfase em momento posterior:

Uma lição de moral em que a criança não sente e não vibra, é um absurdo; é lição perdida, quando não redundando em tédio e desconfiança. As lições eficazes são lições vividas, em que se criam e se forma os hábitos de sentir, pela renovação das manifestações afetivas, bem concretizadas em atos, bem definidas na consciência, com a compreensão nítida das causas e dos motivos. Não se trata de dissertar, mas de sugerir a ação, e de evocar na imaginação os transe que fazem vibrar, e movem o coração. As misérias e as dores estão por toda a parte.

Se não se traz para aí a simpatia da criança, o espetáculo se torna habitual antes de ser comovente, porque a percepção e o conhecimento antecedem a compaixão. Chegada à idade de sentir e de apiedar-se, é mister ferir a sensibilidade do infante, fazendo-o simpatizar, não só com os que riem, mas com os que sofrem; mostrar-lhe as causas de miséria, ensinar a minorá-las, e combatê-las ou afastá-las (BOMFIM, 1915, p. 369).

Consideramos no pensamento educacional de Bomfim dois aspectos: sua formação médica e seu interesse na pesquisa no campo da psicologia experimental. No primeiro caso vale destacar a sua perspectiva higienista, discutindo as relações entre civilidade e regeneração da sociedade e como a ausência delas significava a falta de ordem, portanto, o atraso da nação.

Quanto à psicologia experimental, muito se deve à criação do laboratório no *Pedagogium* em 1906, inspirado nos moldes franceses. Em geral, estas pesquisas tinham como objetivo solucionar problemas de ensino-aprendizagem de acordo com leis biológicas, sobretudo em crianças e procurar investigar as questões cognitivas que afetam o aprendizado e justificam as potencialidades e deficiências entre os indivíduos. A criança se tornou a metáfora da nação, que precisava ser tratada de acordo com métodos científicos, ela necessitava de instrução, educação sanitária, hábitos higiênicos, casa, escola, enfim, saúde do corpo e da mente. Como cientista da educação, Bomfim deixou trabalhos que convergem a psicologia e a educação, demonstrando seu interesse aos assuntos relacionados a aprendizagem e o processo cognitivo. As obras que apresentam estes aspectos são a *Noções de psicologia* de 1916 e *Pensar e Dizer* de 1923. Este último também se estende aos estudos da linguagem, contribuindo para o levantamento de questões relacionadas à linguagem e ao pensamento em relação ao léxico e ao estudo das metáforas.

### **3.2 Através do Brasil, uma aventura educativa**

A vida é ação, é movimento, é drama. Não devíamos apresentar o Brasil aos nossos pequenos leitores mostrando-lhes aspectos imotos, apagados, mortos (BOMFIM; BILAC, 2000, p. 9).

A publicação de livros didáticos também representa o pensamento educacional de Manoel Bomfim nos permitindo investigar a sua posição e suas expectativas. A sua atuação intelectual produz um movimento de ideias reforçadas quando dialoga com a sociedade. Deste movimento dialético, temos o livro *Através do Brasil* de 1910, em que Bomfim e Bilac usam da narrativa para ensinar, focalizando a cultura brasileira. Segundo Lajolo (1982, p. 54), a obra pode ser definida como a parceria mais “afinada” entre os autores, já que as obras anteriores *Prática da língua portuguesa: livro de composição para o curso complementar das escolas primária* (1899) e *Livro de Leitura para o curso complementar das escolas primárias* (1901) eram constituídas de compilações de textos alheios, como um caderno de exercícios.

Podemos dizer que estas duas últimas obras foram ante-salas para visitarmos o salão principal, onde *Através do Brasil* nos aguarda. Segundo Candido (2006, p. 99) “A literatura é uma atividade sem sossego”, por isso valem do desassossego como advertência para quando entrarmos neste incerto salão. De algum modo, termos Manoel Bomfim como anfitrião, ao lado de Bilac, já nos coloca em tarefa inquietante. Devemos nos manter atentos o bastante para observarmos o que esta obra representa no pensamento de Bomfim em relação ao ensino e à criança educanda. Embora a recepção da obra seja um ponto relevante a ser estudado, neste trabalho optamos por não abordar esta questão, deixando em aberto para estudos posteriores. .

Para Bomfim o livro de leitura teria a dupla tarefa, a de instruir; transmitindo conhecimentos, e educar; modelando o caráter e apurando os sentimentos. Para tanto, precisaria ser escrito em uma linguagem simples e acessível à compreensão da criança. Enfim, que tivesse o poder de seduzi-la para a leitura do livro, tarefa já explorada por Bilac em livros infantis anteriores. O livro *Através do Brasil* foi escrito como livro didático, conforme descrito na “Advertência e explicação” como um “livro de leitura para o curso médio das escolas primárias do Brasil” (BILAC; BOMFIM, 2000, p. 43):

Compusemos este livro de leitura para o curso médio das escolas primárias do Brasil, a fim de ser ele o único livro destinado às classes desse curso; tal é de fato, a indicação pedagógica aconselhada hoje: às primeiras classes do ensino primário não deve ser dado outro livro além do livro de leitura (...).

Entretanto, este livro é uma simples narrativa, acompanhada dos cenários e costumes mais distintivos da vida brasileira; e, em verdade, a escola primária deve ensinar muito mais do que aqui se contém, e muito mais do que se possa conter em qualquer livro de leitura (...)

Segundo este modo de entender o ensino, o nosso livro de leitura oferece bastantes motivos, ensejos, oportunidades, conveniências e assuntos, para que o professor possa dar todas as lições, sugerir todas as noções e desenvolver todos os exercícios escolares, para boa instrução intelectual de seus alunos do curso médio (...)

Além de servir de oportunidade para que o professor possa realizar as suas lições, o livro de leitura deve conter em si mesmo uma grande lição. E acreditamos que isso se dá com o nosso trabalho. Estamos certos que a criança, com a sua simples leitura, já lucrará alguma coisa: aprenderá a conhecer um pouco o Brasil; terá uma visão, a um tempo geral e concreta, da vida brasileira – suas gentes, os seus costumes, as suas paisagens, os seus aspectos distintivos.

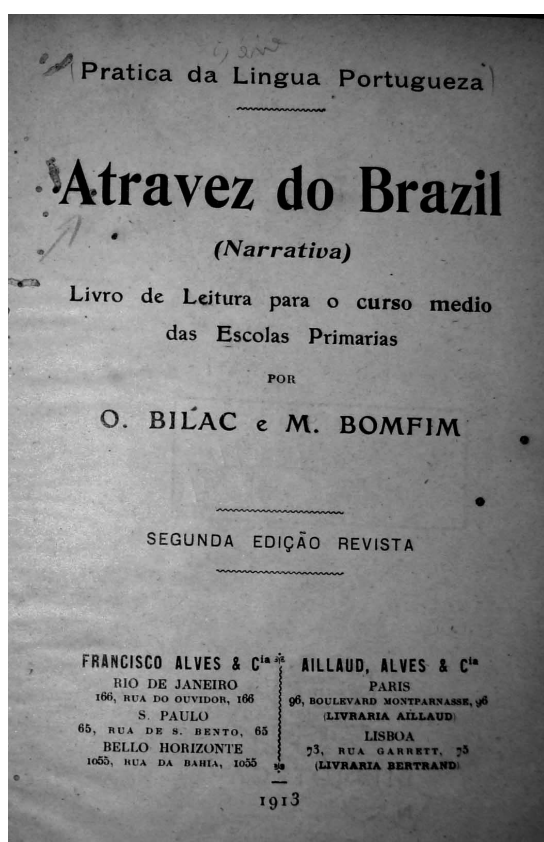


Figura 10 - Capa da segunda edição de *Atravez do Brazil* de 1913. Fonte: ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, foto tirada por mim.

Nesta perspectiva, os autores buscaram incluir em seu texto lições que alcançavam o universo físico: animais, vegetação, corpo humano e relevo geográfico. Para Lajolo (1982, p. 55), “A natureza científica e irrefutável de tais informações cria uma espécie de clima de indiscutibilidade que, por sua vez, contagia os textos responsáveis por uma interpretação

ideológica do mesmo universo”. O objetivo de Bomfim e Bilac é atribuir às crianças a função de aprender por elas mesmas, contudo sem desconsiderar a importância do professor em estimular este autoaprendizado. Segundo Freitas (2002, p. 363), a obra centraliza a aprendizagem através da leitura e esta “criança leitora” é o agente da sua própria aprendizagem, com autonomia para adquirir os conhecimentos. Todas essas considerações sobre a natureza intuitiva do processo de ensino e aprendizagem eram preocupações das teorias pedagógicas correntes na época da publicação da obra (LAJOLO, 1982, p.56).

Para Hansen (2007, p. 17), a obra de Bilac e Bomfim pode ser identificada como um livro de “ensino cívico” ou “educação cívica” apesar de não contar na indicação na capa ou em epígrafe. Desse modo, afirma que o texto da obra possui uma função cívico-pedagógica, com forte apelo patriótico, e por isso poderia ser considerada como tal, mesmo sendo especificamente um “livro de leitura”:

(...) o conjunto da literatura cívica é heterogêneo também nos projetos para o Brasil e os brasileiros que estão contidos nos diversos textos, e que implicam na divulgação de diferentes representações do país, de seus recursos e de seus problemas, de seus habitantes, da infância e da família, dos papéis sociais de homens e mulheres, do patriotismo, etc. Em alguns casos os textos privilegiavam apenas os conhecimentos sobre o país, entendidos como necessários ao cidadão consciente de seus deveres, outras vezes a formação do “cidadão perfeito” dependia da formação de um novo homem, capaz de subordinar suas escolhas, atitudes, sentimentos, enfim, toda sua vida, à pátria (HANSEN, 2007, p. 14).

Segundo Carvalho (1998, p. 254), esta literatura patriótica ou cívica, revelou uma preocupação em definir a identidade da nação e desenvolver no público infantil o sentimento de patriotismo. Desse modo, assim seria a metáfora da criança como a nação, que necessita da educação para progredir e se tornar de fato civilizada. Segundo este contexto metafórico, se estende para a mãe pátria se aproximando desta criança à procura da “pátria mãe gentil”. Toda esta alegoria exalta somente os pontos positivos trazidos pelos ideais republicanos de modernidade refletidos no grande espelho da *Belle Époque* tropical.

Podemos dizer que o início de uma produção literária voltada para o público infantil de forma específica compreende o período que vai de 1889 a 1921, predominando uma literatura infantil de textos cívicos e pedagógicos que, conforme Hansen (2007, p. 15), sofre uma mudança de paradigma em 1921 com a publicação de *Narizinho Arrebitado*, de Monteiro Lobato. Para

Arroyo (1968, p. 163), neste período inicial a literatura infantil no Brasil era vista concomitantemente com a literatura escolar, contudo buscava-se uma “reação nacional” em relação ao predomínio da literatura didática e literatura infantil que vinha de Portugal em obras originais e traduzidas. Esta reação inconformada, principalmente em relação às traduções, se manifestou de forma isolada nas regiões do país, pois não era abertamente declarada:

A literatura escolar começava a refletir, fins do século XIX e começo do século XX, a influência marcante da literatura traduzida e adaptada, em sua maior parte por autores portugueses, sem que o processo, evidentemente, excluísse não poucos autores brasileiros. Eram estes, simplesmente, autores que se inspiravam ou imitavam aqueles primeiros escritores lançados pelas editoras portuguesas, ou mesmo conhecidos nas línguas originais. As chamadas leituras escolares começaram, inclusive, a invadir o campo da ficção, de que nos ficaram raríssimos livros de valor, como por exemplo o *Através do Brasil*, de Manoel Bomfim e Olavo Bilac (ARROYO, 1968, p. 163).

Para Santos e Oliva (2004, p. 17), o livro de Bilac e Bomfim, concebido durante a *Belle Époque* tropical, foi inspirado em dois livros didáticos europeus do século XIX. O primeiro é um livro italiano cuja tradução foi adotada em escolas brasileiras: *Cuore* (Coração), de Edmundo de Amicis de 1886 e o segundo é *Le Tour de La France par Deux Enfants* (Viagem ao redor da França por duas crianças) de G. Bruno, pseudônimo de Augustine Fouillé de 1877.

A obra *Cuore* é destinada particularmente aos meninos das escolas primárias com idades entre nove e treze anos. É escrita na primeira e na terceira pessoa destacando o aspecto descritivo sobre o narrativo, com a utilização de diálogos. Além disso, o texto é apresentado em forma de diário pela personagem Enrico, um menino que descreve suas impressões sobre a vida e os fatos vividos no ambiente escolar:

O livro destaca três elementos como imprescindíveis para a concretização do processo educativo: o professor, o ato de estudar e a escola. A ênfase na importância do professor é flagrante na narrativa. Ele é mostrado, principalmente, como companheiro e disciplinador dos alunos. O estudo é destacado como ferramenta indispensável para a superação do estágio de brutalidade inicial do homem; é também visto como estratégia para retirar a criança da pobreza e da vadiagem, além de ser encarado como uma atividade quase que militar. Finalmente, a escola assume um papel decisivo e marcante; uma espécie de cordão umbilical liga o lar àquele que é o primeiro ambiente social da criança (SANTOS; OLIVA, 2004, p. 6).

A obra *Le Tour de La France par Deux Enfants* é considerada um dos maiores sucessos da literatura educacional francesa. Segundo Santos e Oliva (2004, p. 6), a prova disso são as centenas de edições que chegaram a um total de mais de seis milhões de cópias vendidas. Apesar de ser um livro de leitura, o seu objetivo não era apenas a utilização como prática de leitura, mas também fornecer subsídios para outras disciplinas, como história, geografia, ciências e instrução moral e cívica. O livro nos leva ao momento posterior à derrota sofrida pela França na Guerra Franco-Prussiana de 1871 em que dois órfãos, André de 14 anos e Julien Volden de sete anos, partem em busca do tio que vivia em Marselha, ansiosos por ajuda para adquirir a nacionalidade francesa. É o ponto inicial para uma viagem que será uma excursão pela França, como indica o título da obra. Segundo Bittencourt (2004, p. 475), de modo geral, a obra também aborda valores como ordem, senso do dever, economia, submissão à classe dominante e, especialmente, o gosto pelo trabalho.

As duas obras serviram como inspiração para a elaboração de *Através do Brasil* por seus autores, não só em sua estrutura como livro de leitura caracterizado como “romance de formação” como em sua temática. Antes de abordarmos a narrativa, vale apontar algumas considerações em torno da publicação do livro

A produção de literatura patriótica para as crianças, com uma linguagem brasileira, acessível às crianças, moveu também livreiros. A Livraria Garnier se adiantou às novas reações do mercado de obras didáticas. No entanto, Francisco Alves se tornou o primeiro editor brasileiro a incorporar a seus negócios, livrarias-editoras da França e Portugal, com sede no Rio de Janeiro invertendo o percurso dos seus concorrentes, como os Garnier. Em 1910, Manoel Bomfim, Alcindo Guanabara e Francisco Alves<sup>42</sup> tornaram-se sócios na importação de máquinas e equipamentos gráficos, e a Livraria Francisco Alves tornou-se primeira grande editora brasileira (BRAGANÇA, 2001, p. 1). A obra *Através do Brasil* foi publicada pela editora, no Brasil e na França.

Lajolo (1982, p. 20) ressalta que o livro didático tem importância na representação e reprodução de valores na sociedade, e por isso, estudar a sua utilização didática na escola é uma questão relevante. Contudo, a inconstante dicotomia apresentada pela autora, que oscila entre os “usos e abusos” da literatura na escola primária brasileira é o que permite a construção do sentido

---

<sup>42</sup> Francisco Alves é a editora mais antiga em funcionamento no país, desde 1854. Fundada como Livraria Clássica pelo imigrante português Nicolau Antônio Alves, era voltada para público escolar da Corte. Logo se tornaria uma livraria-editora de livros didáticos sob a direção do sobrinho do fundador, Francisco Alves de Oliveira



didático daquela obra. Em linhas gerais, é importante não fazer de seu uso, um abuso. Segundo esta perspectiva, o uso permite focar determinadas funções didática do livro, construindo um conhecimento a partir de uma narração criada pelo seu autor:

A literatura brasileira entrou lentamente nos programas escolares e foi tomando vulto à medida que se verificava que as tradicionais humanidades não bastavam para dar forma à sensibilidade do homem moderno, sobretudo em um país como o Brasil, que se constituía como nação e precisava desenvolver nos seus habitantes os sentimentos necessários ao funcionamento da cidadania (restrita a poucos, é claro, ao povo que teoricamente deliberava e dirigia). Ora, a fim de desenvolver o patriotismo, o orgulho nacional, o sentido de nossa diferenciação social e política, além do polimento mínimo indispensável ao exercício das funções sociais, a literatura do próprio país foi cada vez mais aparecendo como instrumento privilegiado. Literatura concebida como manifestação da língua e como expressão da sociedade e do sentimento nacional. (LAJOLO, 1982, p. 31).

Em *Através do Brasil* a narrativa se desenvolve em torno da viagem pelo país realizada por dois meninos gaúchos que estudavam em Recife, Carlos e Alfredo, o primeiro de quinze e o segundo de dez anos de idade, órfãos de mãe. Os irmãos partem em busca do pai enfermo e se aventuram em uma longa viagem repleta de paisagens e personagens que refletem a cultura brasileira de forma realista.

Algumas ideias próprias dos livros escolares da época são representadas em *Através do Brasil*. Primeiramente era a presença da criança “adulta”, principalmente por parte de Carlos, o irmão mais velho. Alfredo é mais infantilizado sendo responsável através de sua ingenuidade e curiosidade, pelas perguntas e questionamentos sobre os lugares e situações que desencadeiam em repostas didáticas:

- É difícil contar...Imaginem os senhores que o rio São Francisco se despenha, com toda a sua massa formidável de água, de uma altura de oitenta e um metros! O salto dá-se justamente uns trezentos e dez quilômetros acima da foz do rio.

- Trezentos e dez quilômetros! – disse Alfredo – Mas isso deve ser uma distância enorme!

- Ora! – disse Carlos. – O rio São Francisco é um dos maiores do globo: o seu percurso é avaliado em dois mil e novecentos quilômetros! Mas vamos ouvir este senhor, que já teve a fortuna de ver a cachoeira (BILAC; BOMFIM, 2002, p. 100).

O aspecto bucólico é outra ideia latente no livro, destacando as paisagens do interior, os sertanejos e a vida simples. Na primeira parte do livro, quando os irmãos partem de Recife, os locais atravessados pelos personagens são todos rurais. A área urbana é apresentada somente após a partida de Carlos e Alfredo da Bahia, onde seguem para o Rio de Janeiro rumo ao Rio Grande do Sul, local onde supostamente o pai estaria. Neste momento, outro importante personagem atravessa a outra parte do Brasil, Juvêncio, que não acompanha os irmãos em sua jornada, e prossegue em sua viagem até o Amazonas em busca de trabalho. Este trajeto demonstra a intencionalidade de apresentar aos leitores a outra parte do norte e nordeste que não havia sido mostrada.

Juvêncio é um personagem relevante, sobretudo para Manoel Bomfim, pois, de fato existiu. Segundo Aguiar (2000, p. 418), a personagem era real, inspirado no filho de um escravo do engenho dos Bomfim, um amigo de juventude. Para Bomfim, a obra possui estas tonalidades biográficas. O Juvêncio de *Através do Brasil* tinha entre dezesseis e dezessete anos, e dotado de grande caráter e virtudes apesar de sua vida sofrida. Era um sertanejo que representava a alegria e a liberdade, tornando-se um grande amigo de Carlos e Alfredo:

Foram-se os tempos felizes  
 Mas outros dias virão;  
 E eu cantarei mais alegre,  
 Ao lembrar o meu sertão.  
 (...) Era um rapazinho de dezesseis ou dezessete anos, vestido à moda do sertão: camisa de algodão grosso branco, paletó e calças de algodão riscado, sapatos e chapéu de couro vermelho. O tipo era simpático, moreno, entre caboclo e mulato – de rosto largo, boca rasgada, olhos vivos e inteligentes. (BILAC; BOMFIM, 2002, p. 113).

O narrador, embora não seja em primeira pessoa, participa de modo destacado dessa articulação entre o “velho” e o “novo”. Sua tarefa consiste em promover uma identidade das regiões ressaltando suas diferenças geográficas, sociais e culturais que possibilitam aos irmãos Carlos e Alfredo configurarem a representação de nação:

(...) o prosseguimento da fala do narrador cumpre ainda a função de tornar o auditório receptivo a seu discurso (...) Toda a primeira fala, portanto, mais do que desenvolver o tema proposto pelo título, apresenta as credenciais do narrador, dando credibilidade a seu discurso (LAJOLO, 1982, p. 140).

Também observamos em *Através do Brasil* a ideia de ação educativa, baseada na prática dos indivíduos, isto é, em suas experiências concretas. Este desdobramento que atenta para a realidade, para a verossimilhança, é uma tentativa de ilustrar a realidade brasileira, utilizando do plano argumentativo como pano de fundo para fundamentar as relações das personagens e sua interação com o meio. Desse modo, esta influência literária atua em nossas próprias afinidades de ideias, designando o romance de formação (ou de aprendizagem), o *Bildungsroman*, ou seja, o desenvolvimento físico, moral, psicológico, estético, social ou político das personagens geralmente se iniciando na infância:

Essa função da literatura em *Através do Brasil* reproduz, na vida das personagens, o que se pretende que ela desempenhe nos currículos escolares: é forma de transmitir valores, de celebrar cenários e de homenagear grandes vultos pátrios.

Mas chega de enunciados, temas, assuntos e demais recheios. Tudo isso redundando nas limitações ideológicas que o contexto escolar impõe aos autores didáticos (LAJOLO, 1982, p. 118).

A formação da personagem é desenvolvida à medida que a influência educativa exercida pelas personagens mais experientes se intensifica e interage com o meio em que se realiza a narrativa. Em *Através do Brasil*, a composição das personagens mais características do *Bildungsroman* apresenta o ideal comum de que a educação é aquela que evolui a sociedade para uma realidade mais ética e elevada, ou seja, a educação dos indivíduos está relacionada com a própria sociedade. Nesta perspectiva, sintetizaremos alguns pontos de *Através do Brasil* como romance de formação. Na narrativa, os irmãos Carlos e Alfredo percorrem do Nordeste ao Sul do país em busca de seu pai, em uma aventura educativa, em que diversos contextos e personagens interagem entre si. Os irmãos partem de seu colégio interno no Recife ao saber por um telegrama que seu pai Dr. Meneses, um engenheiro ferroviário que trabalhava em Águas Belas em Garanhuns estaria doente:

É a partir de estratégias desse tipo que o teto mergulha os leitores no fluxo de evocação do narrador, ao lado da curiosidade e da intimidade (...) apresenta também traços dignos de nota, no momento em que a preocupação é reconhecer, nos textos consumidos na ou produzidos para a escola, as armadilhas para o envolvimento do leitor, Sendo o livro a história de duas crianças que partem em busca do pai, nasce aí seu parentesco com as tradicionais histórias de busca e procura; na medida em que a busca leva os protagonistas por diferentes cenários

e latitudes, a história recai no périplo, na narração das andanças de um herói (LAJOLO, 1982, p. 140).

Informações imprecisas sobre o pai dificultam a viagem que é feita a cavalo, de trens, de canoas, barcos a vapor e a pé. Ao longo da viagem Juvêncio se une a Carlos e Alfredo permanecendo companheiros durante quase toda a jornada. Após muitos desencontros acerca do paradeiro de Dr. Meneses, os meninos ainda sofrem a angústia sobre a possível morte do pai. Quando os pequenos heróis chegam a Salvador, Juvêncio, até o momento um grande companheiro, tem de seguir outro rumo. Carlos e Alfredo vão ao encontro da família que se encontra no Rio Grande do Sul, enquanto Juvêncio parte para um emprego em Manaus. Neste momento, a narrativa enfoca as duas direções do Brasil: Norte e Sul. No final de sua longa jornada, os irmãos reencontram o pai, e também Juvêncio, trazido pelo Dr. Meneses, como gratidão pela amizade aos seus filhos. Neste momento, o título do capítulo justifica os acontecimentos, em “Tudo se explica”, presenciamos um final feliz para os nossos jovens aventureiros.

Em *Através do Brasil* temos a representação da literatura escolar expressando o avanço da modernidade burguesa e o processo político-cultural consolidando a temática da nação, isto é, da identidade nacional. Logo, as paisagens representam o território ora rural, ora urbano, e a integração nacional através representações geográficas, ou seja, revigorando a ideia de Estado-nação constituída pelo urbano, pelo sertão, ou ainda, pelo novo e pelo velho:

O pretense Estado-nação da Primeira República era de fato um Estado de poucos beneficiários. A nação era uma abstração inclusive mal definida num país que não possuía ainda sequer uma carta geográfica completa e detalhada do seu território, composto por frações em geral artificialmente ajustadas, herdeiras ainda em grande parte da dispersão colonial. Imensas eram as áreas totalmente desconhecidas – “as frações geográficas” como dizia por ironia – juntamente com suas populações tão rústicas quanto obscuras (SEVCENKO, 1995, p. 217).

Vale ressaltar na obra as representações da modernidade: avenidas, passagens, luzes, multidão, sobretudo na passagem de Carlos e Alfredo pela Capital Federal:

(...) todos os episódios da história urbana, todos os lentos progressos viram de sua existência; e, deslumbrados, viram e admiraram a atual grandeza da metrópole, toda a sua vida e animação: a furumada que subia das chaminés das fábricas, a multidão a formigar nas ruas e nas praças, os bondes, as carruagens, os automóveis.

A Avenida Central deslumbrou os dois meninos. A grande artéria urbana, com quase dois quilômetros de comprimento, e ladeada de magníficos prédios, parecia-lhes uma coisa ideal, uma fantasia, um sonho. E Carlos pensava, ao contemplar tantos palácios, tantas luzes, tanta beleza, na singularidade das aventuras que lhes acontecia havia pouco tempo, e no contraste entre os deslumbramentos da cidade civilizada e a simplicidade dos rudes sertões por onde tinham andado perdidos... (BILAC; BOMFIM, 2002, p. 312-313).

Acerca das personagens Carlos, Alfredo e Juvêncio, é possível compará-los a outras personagens de romances realistas, certo inacabamento em relação as suas características pessoais enquanto indivíduos. De fato, o objetivo dos autores, era limitar a composição das personagens apenas para fundamentar o social no qual estavam inseridos. Este detalhe não interfere no fator da verossimilhança e de certa forma evita supostos conflitos entre as personagens que fugissem ao escopo da narrativa, que tem como objetivo integrar, constituir a ideia de “nação” e evitar possíveis fragmentações de ideias ao leitor.

Segundo Freitas (2002, p. 363), o livro *Através do Brasil* foi o maior sucesso editorial de Bomfim, e de uma forma muito contundente interveio intelectualmente nas questões científicas, literárias e educacionais relacionadas à infância, como, por exemplo, nas atividades de aprendizagem, a centralidade do professor na formação da criança e na sua autoridade. O autor sugere que os estudos de Bomfim sobre a psicologia educacional podem ser considerados como um vestígio para o momento seguinte, da Escola Nova (FREITAS, 2002, p. 364). Podemos dizer que Bomfim deslocou aquela imagem do professor do centro do processo de formação escolar e expandiu a individualidade do educando. As crianças leitoras e educandas são concebidas, por ele, como agente da própria aprendizagem, e nesse contexto, o professor era deslocado para as margens, atuando como um condutor, um orientador dos trabalhos escolares:

Bomfim entendia a todos os professores a função de observar a instância conforme seu entendimento de que essa era uma atribuição essencial. Via a todos os educadores como cientistas voltados para a coleta de dados sobre a realidade infantil, e também os via como portadores de uma percepção de civilização que a criança, *per se*, não poderia adquirir (FREITAS, 2002, p. 365).

Em 1910 a obra foi editada e publicada pela Livraria Francisco Alves, nesta época uma parte significativa da edição dos livros brasileiros era impressa na França. Segundo Lajolo (LAJOLO apud BILAC; BOMFIM, 2000, p. 11-32), a obra circulou durante mais de meio século no ambiente escolar, e sua primeira edição teve uma tiragem de quatro mil exemplares, seguida

de uma segunda edição em 1913, com a mesma quantidade. É sabido que *Através do Brasil* teve mais de sessenta edições pela Editora Francisco Alves (AGUIAR, 2000, p. 301) sendo a última publicada por esta editora em 1962. A mais recente edição foi publicada pela editora Companhia das Letras em 2000, contendo um prefácio de Marisa Lajolo contextualizando a obra e seus autores, além de indicar referências atualizadas sobre Manoel Bomfim e Olavo Bilac, além de referências atualizadas de estudos recentes sobre a obra.

No contato com edições diferentes como, por exemplo, a segunda de 1913 e a vigésima segunda de 1922, foi possível notar algumas variações, como já apontam os estudos de Santos e Oliva (2004). Nosso objetivo não é nos aprofundar nesta questão, conforme salientado pelas autoras, tal investigação exigiria uma complexidade analítica que vai além dos limites deste trabalho. Contudo, consideramos relevante ilustrar brevemente esta questão. Dessa forma, localizamos nas edições que tivemos acesso exemplos de alterações nas fotografias, havendo uma substituição de fotos utilizada na versão de 1913 por ilustrações na versão de 1922, conforme retratado nas figuras 11 e 12 a seguir, da Praça de Maceió. Vale observar que as fotos (e as ilustrações baseadas nelas nas edições posteriores), assumem um caráter descritivo do local em que as personagens cruzam em sua trajetória pelo Brasil e, como um guia, são mostradas as praças principais, avenidas, museus, detalhes geográficos e botânicos da região, além da representação de figuras tipicamente regionais como um vaqueiro, um grupo de lavadeiras à beira de um rio e um gaúcho em seus trajes típicos.

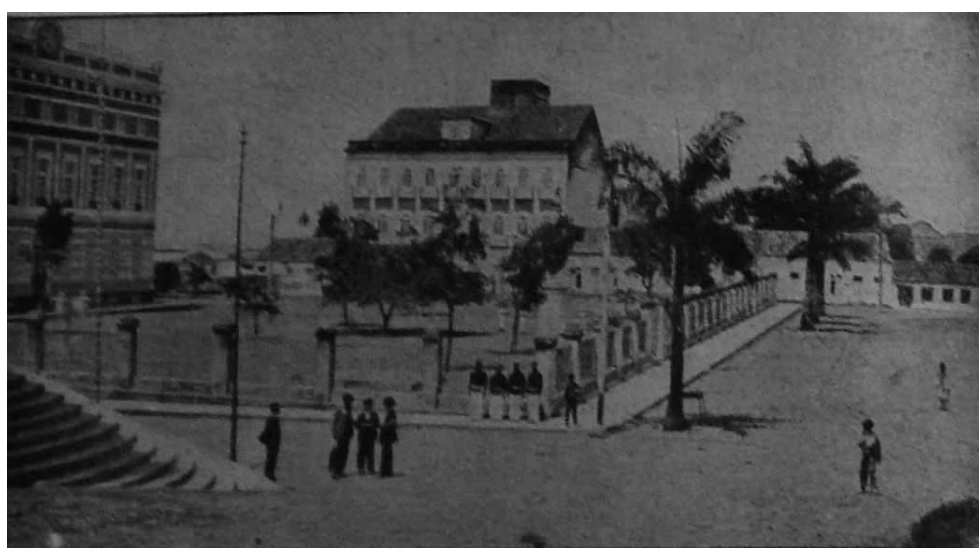


Figura 11 - Segunda edição de *Através do Brasil* de 1913. Fonte: ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, foto tirada por mim.

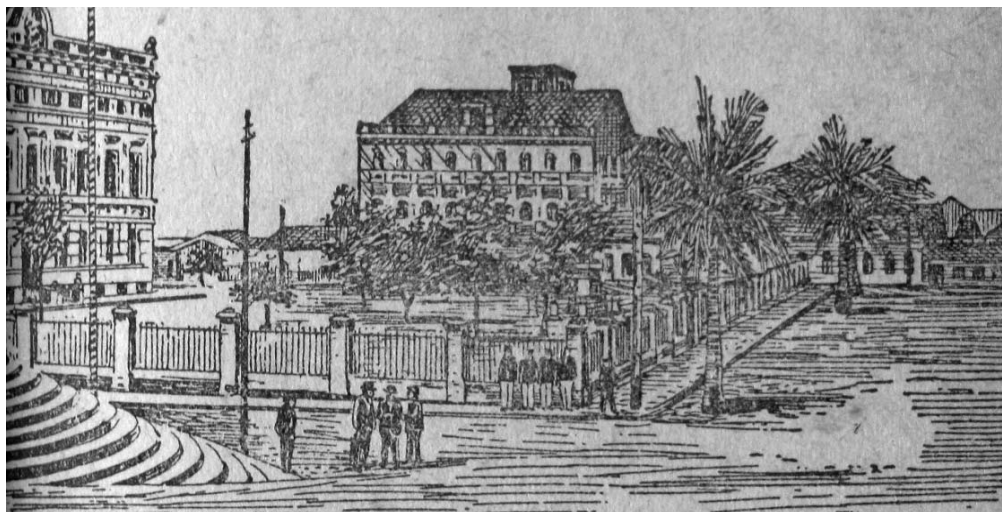


Figura 12 - Vigésima segunda edição de *Através do Brasil* de 1922. Fonte: ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, foto tirada por mim.

Enfim, podemos dizer que em *Através do Brasil*, e em suas outras obras como *A América Latina: males de origem* e as que compõem a tríade, Bomfim demonstra o seu engajamento intelectual na defesa da instrução pública, bem como na preocupação acerca do processo do aprendizado, tanto em vias experimentais quanto didáticas. O diferencial de sua contribuição é justamente o seu caráter multidisciplinar dentro das ciências sociais, mas centralizando as suas discussões no âmbito da ciência da educação. Em sua trajetória intelectual, Bomfim pode ser compreendido como um cientista da educação que admite ainda a especificação de “um cientista da educação da criança” (FREITAS, 2002, p. 363) tendo em vista a sua preocupação com os métodos de ensino e a sua rejeição pelo caráter autoritário e dogmático da escola. Para Bomfim a individualidade da criança deveria ser respeitada, e por isso, foi capaz de observar mais atentamente aquela criança educanda e chegar até ela, como ocorre em *Através do Brasil*.

Em *Conto de Escola*, publicado em 1896, Machado de Assis descreve esta escola e o método de ensino criticado por Bomfim. Ambientado no Rio de Janeiro de 1840, o conto retrata as memórias nada agradáveis de seu narrador protagonista, Pilar, nos tempos do primário. No início do conto o narrador já se mostra tentado a faltar à aula para “brincar a manhã”, no entanto a lembrança da “sova de vara de marmeleiro” de seu pai o fazia ir para a escola. Lá a punição dada pelo “mestre” também aguardava um ato impertinente:

O pior que ele podia ter, para nós, era a palmatória. E essa lá estava, pendurada do portal da janela, à direita, com os seus cinco olhos do diabo. Era só levantar a mão, despendurá-la e brandi-la, com a força do costume, que não era pouca (ASSIS, 1994, p. 43).

Não tinha vontade e ir à escola e o desestímulo de estar ali era representado pelas ações de “ler”, “escrever” e “contar” que nada atraía a personagem que preferia estar em outro lugar:

Não é preciso dizer que também eu ficara em brasas, ansioso que a aula acabasse; mas nem o relógio andava como das outras vezes, nem o mestre fazia caso da escola; este lia os jornais, artigo por artigo, pontuando-os com exclamações, com gestos de ombros, com uma ou duas pancadinhas na mesa. E lá fora, no céu azul, por cima do morro, o mesmo eterno papagaio, guinando a um lado e outro, como se me chamasse a ir ter com ele. Imaginei-me ali, com os livros e a pedra embaixo da mangueira, e a pratinha no bolso das calças, que eu não daria a ninguém, nem que me serrassem; guardá-la-ia em casa, dizendo a mamãe que a tinha achado na rua. Para que me não fugisse, ia-a apalpando, roçando-lhe os dedos pelo cunho, quase lendo pelo tato a inscrição, com uma grande vontade de espiá-la (ASSIS, 1994, p. 44).

Este cenário descrito por Machado de Assis foi observado por Manoel Bomfim enquanto se aproximava da educação. Muito além de um educador, Bomfim era um cientista que desenvolveu em seu trabalho um engajamento intelectual se preocupando preocupação com a instrução pública e o nacionalismo, e também incentivando a reflexão acerca da educação como um processo social e também científico. Assim sua discussão alcança diferentes esferas de cunho político, social e científico. Apesar de sua característica multidisciplinar, o pensamento de Bomfim concernente à educação era objetivo especialmente na relação entre a teoria e a prática.

Bomfim defendia a ideia de que o “ensinar a aprender” é o objetivo da educação, tornando o indivíduo capaz de se modificar por si mesmo e tomar as suas decisões, enfim um agente transformador, um cidadão, ao invés de um receptor passivo. Em seu entendimento este movimento de independência e individualidade deveria ser despertado na criança, Isto é, demonstrado através das personagens Carlos e Alfredo, que, “sozinhos”, vivenciaram suas próprias experiências com o mundo e aprenderam com elas.



## CONCLUSÃO

Manoel Bomfim foi um intérprete de questões vividas pelo país durante a *Belle Époque* tropical. Em sua condição de um intelectual engajado interferiu na esfera social com um discurso crítico, muitas vezes autônomo, e com uma retórica quase visceral que demonstrava a sua preocupação com a educação.

O cenário da *Belle Époque* carioca nos serviu de pano de fundo para que pudéssemos investigar as mudanças que a sociedade brasileira sofria naquele momento. Estas modificações urbanas foram apenas o ponto de partida para evidenciar as mudanças sociais, políticas e econômicas trazidas pelos ares franceses. Os espaços transformados pela urbanização da cidade demarcavam aqueles pertencentes às elites, aos menos favorecidos, às crianças e aos intelectuais. Manoel Bomfim é um representante da intelectualidade brasileira, e neste trabalho procuramos demonstrar o seu engajamento em face às discussões científicas, sobretudo, em relação à educação. Dentre algumas considerações levantadas neste estudo sobre Bomfim, vale ressaltar o caráter multidisciplinar no campo das ciências sociais e perceber na trajetória deste autor e ator, em sua produção e pensamento, constantes vestígios de sua reflexão acerca da educação. Logo, ao difundir a sua interpretação da educação como uma ciência, Bomfim também se consolidava um intelectual da educação, isto é, um cientista dela.

Cabe ressaltar as questões mais relevantes que emergiram da produção ensaística de Bomfim, especialmente da obra *A América Latina: males de origem*. A análise crítica em torno do Estado brasileiro expôs as suas ideias em relação ao domínio das elites e da exploração, abordada em sua tese do parasitismo, demonstrando que o nacionalismo de Bomfim era em favor do progresso brasileiro. O seu contradiscurso em torno do racismo científico e sobre o parasitismo também foi conceitualizado pelo autor em sua busca pelos males, ou seja, do porquê do atraso do Brasil e das nações latino-americanas. Bomfim afirmou que apenas a educação poderia ser o remédio das mazelas brasileiras. É, ao nosso ver, notado que a questão da educação pública e popular na obra foi significativamente representada, especialmente ao defender que o progresso de uma nação só é estabelecido com a educação, e para isto ela deveria ser democrática. Vale ressaltar em suas obras didáticas a preocupação do autor tanto quanto ao escopo metodológico e didático quanto na questão da valorização da identidade nacional e do

povo brasileiro. Talvez, por isso, tenha buscado em *Através do Brasil* levar a criança educanda estes ideais.

É possível concluir que a obra *A América Latina: males de origem* foi de grande importância para a o estabelecimento das ideias sociais de Bomfim. De certo modo, após sua publicação, o debate com o campo intelectual se consolidou, através de críticas e discussões em torno das questões abordadas. Assim foram evidenciadas redes de sociabilidade em torno de Bomfim, sendo composta por afinidades e rivalidades, ou seja, amigos e desafetos. Como interlocutores ressaltamos Olavo Bilac, Alcindo Guanabara e Sílvio Romero. Todos dialogaram e influenciaram Bomfim entre convergências e divergências de ideias. No caso de Olavo Bilac, este circulava nas obras de Bomfim:

Mais largo do que o mar sentindo o próprio sonho.  
 (...)
   
 É que o sonho lhe traz dentro de um pensamento  
 A alma toda cativa  
 Fartar!  
 Toda a prata que fascina,  
 Todo o marfim africano,  
 Todas as sedas da China.  
 (...) e vê, na água que vai e vem,  
 Desenrolar-se vivo o drama das conquistas.  
 Todo o oceano referve, incendiado em diamantes,  
 Desmanchado em rubis. Galeões descomunais,  
 (...) ilhas resplandecendo,  
 Costas de âmbar, parcéis de aljofres e corais (BOMFIM, 1993. p. 89).

O poema *Sagres* foi escolhido por Bomfim para compor um dos capítulos de *A América Latina: males de origem* com o propósito de fundamentar a sua discussão sobre o parasitismo e ilustrar a exploração dos países ibéricos em relação aos parasitados latino-americanos. Contudo, conforme Drummond, “Sob a pele das palavras há cifras e códigos” (2001, p. 112). Logo novos significados podem ser construídos, costurados, cosidos no mesmo movimento do tear que utilizamos para as redes apresentadas neste estudo. As palavras de Bilac, como linhas livres de consentimento, também nos remete a ideia da descoberta de um tesouro, tão reluzente que nos alcança os sonhos e ilumina nosso pensamento. De certo modo, esta sensação de descoberta descrita por Bilac é próxima daquela que temos ao ressaltarmos a figura de Manoel Bomfim.

Talvez pelo nosso desconhecimento em relação a este autor que, mesmo nas nebulosas do esquecimento, não está à deriva, ao contrário, tem seu horizonte firmado com segurança e uma

assustadora simplicidade. Esta simplicidade de Bomfim nos é demonstrada por sua postura livre em relação ao seu tempo, não sob a perspectiva atemporal. Como sugere Nietzsche (1983, p. 73) na epígrafe deste trabalho, Bomfim pertencia ao espaço e ao tempo em que deveria estar, entrelaçando sua vida e obra, alinhavando os pontos entre o ator e autor. Sendo assim, se hoje é considerado com um intelectual engajado com pensamento científico virtuoso, certamente a contemporaneidade de sua época, a *Belle Époque*, foi fundamental.

Este traço na personalidade de Bomfim, a liberdade, também colaborou para o seu nome ser esquecido. Notamos outros diversos fatores que parecem favorecer para que a figura de Bomfim ficasse sob as sombras. Neste trabalho apresentamos alguns deles como: o contradiscurso, a sua opção por não participar da Academia Brasileira de Letras, seu debate com Sílvio Romero e até mesmo o caráter interpretativo do texto de *A América Latina: males de origem*. Em um Seminário realizado em comemoração ao centenário desta obra, realizado em 2005 em Aracajú, Aguiar (2010), biógrafo do autor, admite que este esquecimento de Bomfim não é homogêneo, já que em sua cidade natal a figura do autor é freqüentemente lembrada. Desse modo, afirmar a estes fatos apresentados uma certeza seria, no mínimo, evasivo. Preferimos ter em mente que todos estes fatores foram participantes de tal processo. Enfim, buscamos contribuir com os estudos acerca do pensamento intelectual de Bomfim, especialmente concernente à educação, em algumas de suas obras, especialmente às pertencentes ao recorte histórico da *Belle Époque* tropical.

Por fim, vale ressaltar que o legado de Bomfim tem ganhado força e isto nos leva ao encontro do poema de Drummond (2001, p. 112), que descreve a flor que nasce do asfalto, e mesmo desbotada e em meio às náuseas de seu tempo é uma sobrevivente assim como Bomfim. Esta força da qual emerge a figura de Manoel Bomfim, iniciada por Darcy Ribeiro em 1984, e em contínuo movimento, tem feito Bomfim ganhar mais espaço no meio acadêmico, como notamos, por exemplo, nas referências bibliográficas deste trabalho. Desse modo, podemos concluir que este estudo também tem o intuito de contribuir e se somar aos outros existentes e aos que estão por vir, e assim dar prosseguimento ao objetivo de retirar Manoel Bomfim da gaveta.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANAIS DA CAMARA DOS DEPUTADOS, 1907, p. 2628- 2629. Disponível em <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/1>>. Acesso em 5 jan. 2011.

ABREU, Martha, SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca. (Org.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

AGUIAR, Ronaldo Conde. *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

\_\_\_\_\_. Manoel Bomfim: um intérprete dissonante dos males da América. In: BITTENCOURT JÚNIOR, Antonio; CRUZ, José Vieira da (Org.). *Manoel Bomfim e a América Latina: a dialética entre o passado e o presente*. Aracaju: Diário Oficial, 2010.

ALVES FILHO, Aluizio. *Manoel Bomfim: combate ao racismo, educação popular e democracia racial*. São Paulo: Expressão popular, 2008.

AMORA, Antônio Soares. *Introdução à Teoria da Literatura*. 13. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

ANDRADE, Yara Rodrigues de. *(Im)possível nação: o Brasil de Manoel Bomfim e Paulo Prado no início do século XX*. (Dissertação de Mestrado). PUC- SP, São Paulo, 2008.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *A rosa do povo*. 23. ed. São Paulo: Record, 2001.

ANTUNES, Mitsuko Aparecida. Uma interpretação do Brasil por Manoel Bomfim: contribuição à discussão sobre as relações entre História da Psicologia e Identidade. In: *Interações. Revista da Universidade São Marcos*, São Paulo, v. II, n. 1, p. 7-16, 1998. Disponível em <[http://www.smarcos.net/images/editora/Interacoes\\_04.pdf](http://www.smarcos.net/images/editora/Interacoes_04.pdf)>. Acesso em 20 dez.. 2010.

\_\_\_\_\_.; RONCA, Antonio Carlos. Um educador esquecido. In: *Revista Educadores Brasileiros*. 2. ed. São Paulo: Segmento, abril, 2001.

ARISTÓTELES. *Poética*. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

ARROYO, Leonardo. *Literatura Infantil Brasileira*. São Paulo: Melhoramentos, 1968.

ASSIS, Machado de. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

BARBOSA, Rui. Reforma do ensino primário: e várias instituições complementares da instrução pública. In: *Obras completas de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Imprensa Biblos, 2004.

BARNES, John. Redes Sociais e Processo Político. In: FELDMAN -BIANCO, B. (Org.). *A Antropologia das Sociedades Contemporâneas*. São Paulo: Global, 1987.

BARRETO, Lima. *Os Bruzudangas*. São Paulo: Martin Claret, 2009.

BASTOS, Elide Rugai ; RIDENTI, Marcelo Siqueira; ROLLAND, Denis. (Org.). *Intelectuais: sociedade e política*. São Paulo: Cortez, 2003.

BASTOS, Maria Helena Câmara. *Pro pátria laboremus: Joaquim José Menezes Vieira (1848-1897)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

BILAC, Olavo. Crônica. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 07 fev. 1904.

\_\_\_\_\_. BILAC, Olavo. *Vossa Insolência*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. ; BOMFIM, M. *Através do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1913.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. 22. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1922.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BOMFIM, Manoel. *Olavo Bilac; estudo sobre a vida intelectual deste poeta*. In: *Kosmos*, Rio de Janeiro, 1904.

\_\_\_\_\_. *O progresso pela instrução*. Rio de Janeiro: Instituto Profissional, 1904.

\_\_\_\_\_. *A América Latina: males de origem*. Parasitismo Social e evolução. Rio de Janeiro: 1905.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

\_\_\_\_\_. *O Respeito à criança*. Rio de Janeiro: Instituto Profissional, 1906.

\_\_\_\_\_. Uma carta a propósito da crítica do sr. Sylvio Romero ao livro América Latina. In: *Os Annaes*. Rio de Janeiro, ano II. n. 74, 1906.

\_\_\_\_\_. *Lições de pedagogia: teoria e prática da educação*. Rio de Janeiro, 1915.

\_\_\_\_\_. *Noções de psicologia*. 2. ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1917.

\_\_\_\_\_. *Primeiras Saudades: Prática da Língua Portuguesa (Leitura para o 1º ano do Curso Médio das Escolas Primárias)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1920.

\_\_\_\_\_. *O methodo dos tests: com applicações á linguagem no ensino primario*. Rio de Janeiro, 1928.

\_\_\_\_\_. *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1929.

\_\_\_\_\_. *O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1931.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

\_\_\_\_\_. *O Brasil na História: deturpação das tradições, degradação política*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1930.

\_\_\_\_\_. *Cultura e Educação do povo brasileiro: pela difusão da instrução primária*. 1932.

\_\_\_\_\_. *Pensar e Dizer: estudo do símbolo no pensamento e na linguagem*. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1974.

BOTELHO, André. *O batismo da instrução: atraso, educação e modernidade em Manoel Bomfim*. (Dissertação de Mestrado). UNICAMP, São Paulo, 1997.

\_\_\_\_\_. *Aprendizado do Brasil: a nação em busca dos seus portadores sociais*. Campinas: Unicamp, 2002.

\_\_\_\_\_. *Através do Brasil: um romance de formação da modernidade brasileira*. *Ciência e Trópico*, Recife, v. 26, n.1, jan/jun. 1998.

\_\_\_\_\_. Retrato de Manoel Bomfim, flagrante da história intelectual brasileira. *Trapézio*, Campinas, v. 2, 2002. Disponível em < <http://www.ifcs.ufrj.br/~nusc/bomfim.pdf>>. Acesso em 8 set. 2009.

BITTENCOURT JÚNIOR, Antonio; CRUZ, José Vieira da (Org.). *Manoel Bomfim e a América Latina: a dialética entre o passado e o presente*. Aracaju: Diário Oficial, 2010. .

BRANDAO, Helena. *Subjetividade, argumentação e polifonia: a propaganda da Petrobrás*. 2. ed. São Paulo: Edunesp, 1998.

BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CAMARA, Sônia. *Sob a guarda da República: a infância minorizada no Rio de Janeiro da década de 1920*. Rio de Janeiro: Quartet, 2010.

\_\_\_\_\_.; COCKELL, Marcela. O intelectual educador Manoel Bomfim e a interpretação do Brasil e da América Latina. In: ANAIS II ENCONTRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2010, Unirio.

- CAMPOS, Humberto de. *Diário Secreto*. Rio de Janeiro: O cruzeiro, 1954.
- CANDIDO, A. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.
- \_\_\_\_\_. *A Educação pela noite*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Formação da Literatura Brasileira*. São Paulo: FAPESP, 2009.
- CARDOSO, Mirian Limoeiro. *O mito do método*. Boletim Carioca de Geografia. Rio de Janeiro, Ano XXV, 1976.
- CARONE, Edgar. *A República Velha: instituições e classes sociais*. 3. ed. São Paulo: Difel, 1975.
- CARVALHO, José Murilo de. Aspectos históricos do pré-modernismo brasileiro. In: CARVALHO, J. (et al.). *Sobre o pré-modernismo*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.
- \_\_\_\_\_. Brasil: Nações Imaginadas. In: CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *A Escola e a República e outros ensaios*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 2000.
- COCKELL, Marcela. Pelos becos e pela Avenida da Belle Époque carioca. In: *SOLETRAS*, Rio de Janeiro, ano X, n. 20, p. 105-118, jul/dez. 2010. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/soletras/20/09.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2010.
- COSTA LIMA, Luiz. *A literatura e o leitor: textos de estética da recepção*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1979.
- COSTA, W. P. Viagens e peregrinação: a trajetória de intelectuais de dois mundos. In: BASTOS, E. R.; RIDENTI, M.; ROLLAND, D. (Org.). *Intelectuais: sociedade e política*. São Paulo: Cortez, 2003.
- CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Três, 1984.
- DAVIDSON, D. What Metaphors Mean. In: SACKS, S. *On Metaphor*. The University of Chicago Press, 1978.
- DENIS, Benoit. *Literatura e engajamento de Pascal a Sartre*. São Paulo: EDUSC, 2002.

DIMAS, Antonio. *Bilac, o jornalista*. São Paulo: EDUSP, 2006.

DERRIDA, J. A Mitologia Branca. In: *Margens da filosofia*. Campinas: Papyrus, 1991.

FAORO, Raymundo. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. São Paulo: Globo, 2001.

FARIA, Luiz de Castro. *A Antropologia no Brasil: espetáculo e excelência*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

FERREIRA, Almir. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 25 nov. 1931.

FILHO, Aluizio Alves. *Pensamento político no Brasil: Manoel Bomfim um ensaísta esquecido*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979.

FREITAS, Marcos Cezar de. Da ideia de estudar a criança no pensamento social brasileiro: a contraface de um paradigma. In: KUHLMANN JR., Moysés; FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Os Intelectuais na História da Infância*. São Paulo: Cortez, 2002.

FUSINATO, Sócrates. A imprevisibilidade da escrita a instigar a atitude crítica do intelectual. In: ANAIS DO CONGRESSO INTERNACIONAL ABRALIC. Porto Alegre, 2004.

GHIRALDELLI, P. (Org.). *Infância, Escola e Modernidade*. São Paulo: Cortez, 1997.

GOMES, Ângela de Castro. Essa gente do Rio...os intelectuais cariocas e o modernismo. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 6, n.11, 1993.

GONDRA, José Gonçalves. O veículo de circulação da Pedagogia Oficial da República: a Revista Pedagógica. In: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v. 78, n. 188, 189, 190, p. 374-395, jan/dez. 1997. Disponível em: < <http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article>>. Acesso em: 20 fev. 2011.

\_\_\_\_\_.; SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no Império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.

GONTIJO, Rebeca. Manoel Bomfim (1868-1932) e O Brasil na História. (Dissertação de Mestrado) UFF, Rio de Janeiro, 2001.

\_\_\_\_\_. *Manoel Bomfim*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco Coleção, 2010. Disponível em <[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=205211](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=205211)> Acesso em: 20 dez. 2010.

GOUVÊA, Maria Cristina S. A literatura como fonte para a história da infância: possibilidades e limites. In: FERNANDES, Rogério; LOPES, Alberto, FARIA FILHO, Luciano Mendes (Org.). *Para a compreensão histórica da infância*. Porto, Lisboa: Campo das letras, 2006.

\_\_\_\_\_. Manoel Bomfim, pensador da história na Primeira República. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 23, n. 45, jul, 2003.



- HANSEN, Patrícia Santos. *Brasil um país novo: literatura cívico-pedagógica e a construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República*. (Tese de doutorado). USP, São Paulo, 2007.
- JORGE, Fernando. *Vida e poesia de Olavo Bilac*. 5. ed. São Paulo: Novo Século, 2007.
- LACERDA, Rodrigo. *110 anos da Academia Brasileira de Letras*. Rio de Janeiro: ABL, 2007.
- LAJOLO, Marisa. *Usos e Abusos da Literatura na Escola: Bilac e a literatura escolar na República Velha*. Rio de Janeiro: Globo, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Infância de papel e tinta*. In: FREITAS, M. C. (Org.). *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2001.
- \_\_\_\_\_ e ZILBERMAN, R. *A formação da leitura no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1999.
- LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1992.
- LIMA, Nísia Trindade Verônica. *O movimento de favelas no Rio de Janeiro: políticas do Estado e lutas sociais (1954-1973)*. (Dissertação de Mestrado) IUPRJ, Rio de Janeiro, 1989.
- LUZ, Madel T. *Medicina e Ordem Política brasileira: política brasileira e instituições de saúde (1850-1930)*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.
- MAN, Paul de. *The Epistemology of Metaphor*. In: SACKS, S. *On Metaphor*. The University of Chicago Press, 1978.
- MARTINS, Wilson. *Profeta da quinta revolução*. In: BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.
- MAUL, Carlos. *Nota explicativa*. In: BOMFIM, Manoel. *O Brasil*. Anotações por Carlos Maul (Org.). São Paulo: Editora Nacional, 1935.
- MOTA, Maria Aparecida Rezende. *Silvio Romero: dilemas e combates no Brasil da virada do século XX*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- NEEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- NEVES, Margarida de Souza. *Uma escrita do tempo: memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas*. In: CANDIDO, Antonio (et al). *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: Unicamp, Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.
- \_\_\_\_\_. *O povo na rua: um conto de duas cidades*. In: PECHMAN, Robert Moses (Org.). *Olhares sobre a cidade*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

\_\_\_\_\_. Tempos de Progresso: uma capital em Trompe L'oeil . O Rio de Janeiro, cidade-capital da República Velha. In: MAGALDI, A.; ALVES, C., GONDRA, J. (Org.). *Educação no Brasil: História, Cultura e Política*. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 2003.

NIETZSCHE, Friedrich. *Sobre verdade e mentira no sentido extramoral*. São Paulo: HEDRA, 2008.

\_\_\_\_\_. Considerações extemporâneas. In: LEBRUN, G. (Org.). *Nietzsche*. São Paulo: Abril, 1983.

NOVAES, Adauto (Org.). *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6. ed. Campinas: UNICAMP, 2007.

PÉCAULT, Daniel. *Intelectuais e política no Brasil*. Entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

PECHMAN, Robert Moses (Org.). *Olhares sobre a cidade*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O Imaginário da Cidade: visões literárias do Urbano – Paris, Rio de Janeiro*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

PINTO, A. P. *Os Sertões de Euclides da Cunha* (Vocabulário e Notas Lexicológicas). Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1930.

POMPÉIA, Raul. *O Ateneu*. 3. ed. São Paulo: Martin Claret, 2008.

PORTELLA, Eduardo. *O intelectual e o poder*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

PRADO, Antônio Arnoni. Mutilados da Belle Époque. In: SCHWARZ, Roberto. *Os pobres na literatura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PRIORI, Angelo; CANDELORO, Vanessa D. de Moraes. Manoel Bomfim: a educação como resposta para “os males” do Brasil. In: PRIORI, A.; CANDELORO, V. (Org.). *Dilemas do Desenvolvimento Brasileiro – Séc XIX*. Curitiba: Instituto Memória, 2009.

REIS, José Carlos. Manoel Bomfim e a Identidade nacional Brasileira. In: LOPES, Marco Antônio (Org.) *Grandes Nomes da História Intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil 2 de Calmon a Bomfim a favor do Brasil: a favor do Brasil direita ou esquerda?* . Rio de Janeiro: FGV, 2006.

REIS, José Roberto Franco. *Higiene mental e eugenia: o projeto de "regeneração nacional" da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-1930)*. (Dissertação de Mestrado). IFCH/ UNICAMP, São Paulo, 1994.

RIBEIRO, Darcy. Manoel Bomfim, antropólogo. In: *Revista do Brasil*. Ano I, n. 2. Rio de Janeiro: Secretaria de Ciência e Cultura, 1984.

RIEDEL, Gustavo. Acta da sessão do conselho executivo realizada em 14 de fevereiro de 1925. Actas e trabalhos da Liga Brasileira de Hygiene Mental. In: *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental. Jornal do Commercio*, 1925.

RICOEUR, Paul. *A Metáfora Viva*. 2. ed. Edições Loyola: São Paulo, 2005.

RIZZINI, I. (Org.). *Olhares sobre a criança no Brasil: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: USU Editora Universitária, 1997.

RODRIGUES, Antônio Edmilson M. *Política e Letras: a pátria e a nação em Através do Brasil*. Disponível em <<http://www.pucrj.br>>. Acesso 12 dez. 2009.

RODRIGUES, Nina. Os Últimos africanos: nações pretas que se extinguem. In: *Os Africanos no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1982.

ROMERO, Silvio. *A América Latina- Analyse do livro de igual título do Dr. Manoel Bomfim*. Porto: Livraria Chardon, 1906.

\_\_\_\_\_. *Provocações e Debates: contribuições para o estudo do Brasil Social*. Rio de Janeiro: Livraria Chardon, 1910.

\_\_\_\_\_. *História da literatura brasileira*. 4. ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1949

ROSA, Zita de Paula. *O Tico-Tico: mito da formação sadia*. (Tese de doutorado). USP, São Paulo, 1991.

SAINT- EXUPERY, Antoine de. *Vôo Noturno*. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

SAID, Edward. *Representações do intelectual: As Conferências Reith de 1993*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SANTOS, Claudefranklin Monterio; OLIVA, Terezinha A. As multifaces de Através do Brasil. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 24, n. 48, jul/dez, 2004.

SANTOS, Wilmihara Benevides da Silva Alves dos. *Povo e Raça na formação da nação: um debate entre Manoel Bomfim e Silvio Romero*. (Dissertação de Mestrado). UNESP, Marília, São Paulo, 2006.

SARTRE, Jean-Paul. *Que é a literatura?* São Paulo: Ática, 1993.

\_\_\_\_\_. *Em defesa dos intelectuais*. São Paulo: Ática, 1994.

SCHWARCZ, L.M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

- \_\_\_\_\_. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SILVA, Márcia. *Leitura, História e História da Leitura*. São Paulo: Mercado das Letras, 2000.
- \_\_\_\_\_. Gente da terra brasileira da nação. Pensando o Brasil: a construção de um povo. In: MOTA, C. G. (Org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. Formação histórica. São Paulo: Senac, 2000.
- SCLIAR, Moacir. A consciência de uma nação. In: *Folha de S. Paulo*. 09 jun. 2006.
- SEVCENKO, Nicolau. *A corrida para o século XXI: no loop da montanha-russa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- \_\_\_\_\_. (Org.). *História da vida privada no Brasil. República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- SUSSEKIND, Flora; VENTURA, Roberto. *História e dependência: cultura e sociedade em Manoel Bomfim*. São Paulo: Moderna, 1984.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- UEMORI, Celso Nobrou. *Explorando em campo minado: a sinuosa trajetória intelectual de Manoel Bomfim em busca da identidade nacional*. (Tese de Doutorado). PUC-SP, São Paulo, 2006.
- \_\_\_\_\_. Darwin por Manoel Bomfim. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 28, n. 5, dez, 2008.
- VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- \_\_\_\_\_. *Subjetividade e sociedade: uma experiência de geração*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. A literatura como espelho da nação. In: *Estudos históricos*. n. 2. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.
- \_\_\_\_\_. *As tradições populares na Belle Époque carioca*. Rio de Janeiro: Funarte, 1988.

VENTURA, Roberto. Manoel Bomfim, um rebelde atual. *CULT: Revista Brasileira de Literatura*, São Paulo, n. 34, mai 2000.

VEIGA, Cynthia Greive. *História da Educação*. São Paulo: Ática, 2007.

WANDERBROOCK JUNIOR, Durval; BOARINI, Maria Lucia. Educação Higienista, contenção social: a estratégia da Liga Brasileira de Hygiene Mental na criação de uma educação sob medida (1914-1945). In: *Navegando pela História da Educação Brasileira*. Disponível em <<http://www.histedbr.fae.unicamp.br/histedbr/jornada7.pdf>>. Acesso em 25 fev. 2011.

WELLMAN, Barry. *Sociological theory*. 1983.

## ANEXO

## Quadro biográfico de Manoel Bomfim

<b>1868</b>	Nascimento de Manoel José do Bomfim em Aracaju, Sergipe
<b>1884</b>	Comunica à família que vai estudar medicina
<b>1886</b>	Ingressa na Faculdade de Medicina da Bahia
<b>1888</b>	Tranferre-se para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro
<b>1890</b>	Conclui a Faculdade de Medicina com a tese <i>Das Nefrites</i> ; Publica: <i>Parecer sobre as águas do rio Poxim</i> . Em colaboração com Narciso Marques no jornal <i>O Republicano</i>
<b>1891</b>	Nomeado médico da Secretaria de Polícia do Rio de Janeiro Casa-se com Natividade Aurora de Oliveira
<b>1892</b>	Torna-se tenente cirurgião da Brigada Policial
<b>1893</b>	Por razões políticas muda-se para Mococa, São Paulo exercendo a medicina;

1901	<p>Funda com Tomás Delfino e Rivadávia Correia a revista quinzenal <i>A Universal</i></p> <p>Publica:  <i>Livro de Leitura para o curso complementar das escolas primárias</i> com Olavo Bilac  <i>A sociedade do futuro</i> na revista <i>A Universal</i></p>
1902	<p>É convidado pelo Prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Francisco Furquim Werneck de Almeida, para ocupar o cargo de subdiretor do <i>Pedagogium</i>, no mesmo ano se torna diretor</p> <p>Viaja para a França em comissão pedagógica nomeada pela Prefeitura para estudar psicologia</p> <p>Insere a sua atuação no magistério</p> <p>Torna-se redator e secretário do jornal <i>A República</i></p> <p>Publica:  <i>Compêndio de zoologia geral</i></p>
1903	<p>Torna-se redator da <i>Revista Educação e Ensino</i> e <i>Revista Pedagógica</i></p> <p>Retorno da Europa</p>
1904	<p>posteriormente compilados na obra <i>Cultura e educação do povo brasileiro em Paris</i></p> <p>Participa da criação da Universidade Popular (Upel) com Elysio de Carvalho, José Veríssimo e Rocha Pombo</p> <p>Funda com Alcindo Guanabara o jornal <i>A Nação</i></p> <p><i>Nacionalização da escola na Revista Educação e ensino</i></p> <p>Publica:  <i>Elementos de zoologia e botânica gerais, das alucinações auditivas dos "perseguidos."</i> e <i>O fato psíquico</i></p> <p>É nomeado diretor da Instrução Pública do Distrito Federal e diretor interino da Escola Normal do Rio de Janeiro</p> <p><i>Olavo Bilac: estudo sobre a vida intelectual do poeta</i></p> <p><i>O progresso pela instrução</i> na coletânea <i>Discursos</i> de Medeiros e Albuquerque, Américo Xavier e Sérvulo Lima</p>
1905	<p>É nomeado diretor interino da Instrução Pública Municipal deixando a direção do <i>Pedagogium</i></p> <p>Com Luís Bartoloneu e Renato de Castro cria a revista infantil <i>O Tico-Tico</i></p> <p>Publica:  <i>A América Latina: males de origem</i>  <i>História das terras brasileiras</i>  <i>O ciúme</i></p>

1906	<p>Crítica desfavorável de Silvio Romero ao livro <i>América Latina: males de origem</i></p> <p>Resposta de Manoel Bomfim em <i>Uma carta: a propósito da crítica do Sr. Silvio Romero ao livro A América Latina</i></p> <p>Discurso <i>O respeito à criança</i></p>
1907	<p>É exonerado do cargo de diretor interino da Instrução Pública Municipal para assumir o cargo de Deputado Federal pelo estado de Sergipe</p>
1908	<p>Tenta a reeleição sem êxito passando a se dedicar à produção intelectual e literária</p>
1910	<p>Monta com Alcindo Guanabara e Francisco Alves uma firma de importação de máquinas e equipamentos gráficos</p> <p>Publica: <i>Através do Brasil</i> com Olavo Bilac; <i>Cemitério para cães</i> pela revista <i>A Ilustração Brasileira</i></p>
1911	<p>Morre sua Mãe Maria Joaquina</p> <p>Reassume a direção do <i>Pedagogium</i></p>
1914	<p>Publica: <i>A obra do germanismo</i> no <i>Jornal do Commercio</i></p>
1915	<p>Publica: <i>Lições de pedagogia: teoria e prática de educação</i> <i>Pobre instrução Pública</i>, em jornal não identificado; <i>A crise...</i> no <i>Jornal do Commercio</i></p>
1916	<p>É nomeado professor de psicologia aplicada em educação na Escola Normal</p> <p>Publica:</p>



	<i>Noções de psicologia</i>
1918	Comunica à esposa a existência de uma filha ilegítima
1919	Extinção do <i>Pedagogium</i>  Publica: <i>O Pedagogium no Jornal do Commercio</i> <i>Cultura progressiva da ignorância no Jornal do Brasil</i> <i>Valor positivo da educação no Jornal do Commercio</i>
1920	Publica: <i>Primeiras Saudades</i> . Esta obra concorreu ao Prêmio Francisco Alves da ABL e recebeu menção honrosa
1921	Publica: <i>O dever de educar no Jornal do Commercio</i>
1922	Publica: <i>The Brazilian em Brazilian Business</i> <i>A cartilha</i> <i>Lições e leituras, Crianças e homens, Livro dos mestres</i>
1923	Publica: <i>Pensar e dizer: estudo do símbolo no pensamento e na linguagem</i>
1924	Participa da implantação de testes de inteligência no ensino primário em comissão da Liga Brasileira de Higiene Mental no Rio de Janeiro, resultando no livro <i>O Método dos Testes</i>

---

<b>1925</b>	Para ajudar ao filho, Anibal se desfaz de seu patrimônio
<b>1926</b>	Publica: <i>O método dos testes: com aplicações à linguagem do ensino primário</i>
<b>1928</b>	Começam os seus problemas de saúde em virtude de um câncer  Publica: <i>Os Brasis no Jornal do Commercio</i>
<b>1929</b>	Publica: <i>Crítica da escola ativa em A Academia</i> <i>O Brasil na América: caracterização da formação brasileira</i>
<b>1930</b>	Publica: <i>O Brasil na história: deturpação dos trabalhos, degradação política</i> <i>O Brasil nação: realidade e soberania</i>
<b>1932</b>	Morre em 19 de abril sem que <i>Cultura e educação do povo brasileiro</i> , obra seja publicada. Lançada postumamente, a obra concorreu ao prêmio Francisco Alves da ABL e foi premiada em segundo lugar Obras inacabadas: <i>Moral de Darwin</i> e <i>Plástica na poesia brasileira</i>

---